

PORTARIA Nº 6.509/2020 – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA/ANEEL

Foi publicada no DOU de 18/09/2020, a Portaria da Agência Nacional de Energia Elétrica, que inclui os arts. 16-A e 16-B, altera os Anexos I e II e acrescenta o Anexo III na Portaria nº 6.405, de 27 de maio de 2020, que dispõe sobre as competências e o detalhamento dos procedimentos para os trabalhos de revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto no âmbito da ANEEL.

➤ **Veja:**

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/09/2020 | Edição: 180 | Seção: 1 | Página: 71

Órgão: Ministério de Minas e Energia/Agência Nacional de Energia Elétrica/Diretoria/ANEEL

PORTARIA Nº 6.509, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020

Inclui os arts. 16-A e 16-B, altera os Anexos I e II e acrescenta o Anexo III na Portaria nº 6.405, de 27 de maio de 2020.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso IX, e no art. 9º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 349, de 28 de novembro de 1997, do Ministério de Minas e Energia, e considerando o disposto nos artigos 10 e 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 e que consta no Processo nº 48500.002380/2020-64, resolve:

Art. 1º O Capítulo VI da Portaria nº 6.405, de 27 de maio de 2020, passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 16-A e 16-B:

"Art. 16-A A relação de atos normativos inferiores a decreto emitidos pela ANEEL e vigentes em 15 de setembro de 2020 está listada no Anexo III desta Portaria."

"Art. 16-B As relações atualizadas dos atos normativos vigências e de temas, assim como os atos normativos afetos a cada pertinência temática, podem ser consultados em seção específica no sítio eletrônico da ANEEL (www.aneel.gov.br)."

Art. 2º O Anexo I da Portaria nº 6.405, de 2020, passa a vigorar na forma do Anexo I a esta Portaria.

Art. 3º O Anexo II da Portaria nº 6.405, de 2020, passa a vigorar na forma do Anexo II a esta Portaria

Art. 4º A Portaria nº 6.405, de 2020, passa a vigorar acrescida do Anexo III, na forma do Anexo III a esta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ
PEPITONE DA
NÓBREGA**

ANEXO I - Relação de temas indicados, total de normas principais por tema, marco de consolidação e Unidades Organizacionais - UOrgs responsáveis

Tema	Total de normas vigentes	Etapa decreto	Uorg envolvida
Acesso ao Sistema de Transmissão	13	IV	SRT
Administração dos Serviços de Transmissão	5	V	SRT
Análise de Impacto Regulatório	1	II	CT-Reg
Aspectos tributários - CCC-ISOL	1	II	SFF
Atendimento aos jogos olímpicos	2	I - revogação	SRD/SFE/SFF
Atos Normativos	1	II	SGE
Autorização para comercializadores de energia	2	V	SRM
Cadastro de Inadimplentes	1	II	SAF
Cadastro Institucional	1	II	SGE
Campos elétricos e magnéticos	1	II	SRD/SRT/SRG
Classificação das Instalações de Transmissão	6	IV	SRT
Compartilhamento de informações entre ANEEL e ANA sobre unidades consumidoras associadas às atividades de irrigação e aquicultura	1	II	SRD
Compartilhamento de infraestrutura	2	III	SRD
Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo	1	II	SRD
Conselho de Consumidores	1	II	SMA
Contabilidade Regulatória	3	III	SFF

Conta-COVID	1	II	SGT
Contratação de Energia	25	V	SRM
Convenção de Comercialização de Energia Elétrica	9	V	SRM
Cooperativas de eletrificação rural	2	III	SCT
Credenciamento de Empresas Avaliadoras de Ativos	1	II	SFF
Declaração de Utilidade Pública - DUP	1	II	SRT/SRG/SCT/SCG
Direitos do usuário do serviço público de distribuição energia elétrica	19	V	SRD
Direitos e obrigações de agentes de geração autorizados	1	II	SRG
Eficiência Energética	7	I - revogação	SPE
Eficiência Energética - PROPEE	1	II	SPE
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	2	I - revogação	SPE
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento - Auditoria de projetos	1	II	SPE
Execução Descentralizada	1	II	AID
Fiscalização dos agentes do setor elétrico	1	II	SFF/SFE/SFG
Glossário - Transmissão	5	V	SRT
Governança dos Serviços de Geração	4	IV	SRG
Incorporação de DIT	1	II	SRD
Instalações e Equipamentos de Transmissão	7	III	SRT
Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico	1	II	SFF
Medidas para preservação do serviço de distribuição em decorrência da COVID-19	1	II	SRD
Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE	18	V	SRM
Micro e minigeração distribuída	1	II	SRD
Outorga a agente de Geração	8	IV	SRG
Outorga a agente de Geração - Norma ANEEL/ANA	1	II	SRG
Pesquisa e Desenvolvimento	3	I - revogação	SPE
Pesquisa e Desenvolvimento - PROP&D	1	II	SPE

Planos de Universalização	4	V	SRD
Preço de referência para o compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações	1	II	SRD
Prestação do Serviço de Transmissão	7	III	SRT
Procedimentos de Comercialização	86	V	SRM
Procedimentos de distribuição	5	V	SRD
Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET	38	V	SRM
Procedimentos e requisitos de outorga - fontes eólica, fotovoltaica e termelétrica	1	II	SCG/SRG
Procedimentos e requisitos de outorga - Potenciais hidráulicos	1	II	SCG/SRG
Processo Decisório	2	III	SGE
Processo tarifário de Permissionárias de Distribuição	2	V	SGT/SRM
Processo tarifário de Transmissoras	1	II	SGT
Produção e Comercialização de Energia	27	V	SRG
Produção e Comercialização de Energia - Norma ANEEL/ANA	1	II	SRG
Regimento Interno da ANEEL	1	II	DIR
Regras de Comercialização	15	V	SRM
Regulação Prudencial e Corporativa	9	V	SRM/SFF
Resolução de Conflitos entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo	1	II	SRD/SMA
Ressarcimento de estudos para leilões	1	II	SRT
Sistemas Isolados	4	IV	SRG
Tarifas	2	IV	SGT

ANEXO II - Relação de normas principais que serão objeto de consolidação em cada tema

Legendas

REN: Resolução Normativa

RES: Resolução (anteriores a 2004)

REC: Resolução Conjunta

DSP: Despacho

PRT: Portaria

Tema: Análise de Impacto Regulatório - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
REN 798/2017	Aprova a revisão da Norma de Organização ANEEL nº 40, de 12 de março de 2013, que dispõe sobre a realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR) no âmbito da Agência.

Tema: Aspectos tributários - CCC-ISOL - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
REN 303/2008	Estabelece metodologia e procedimentos para a apuração, demonstração e validação do montante do ICMS contabilizado como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído à Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados - CCC - ISOL, pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

Tema: Atos Normativos - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
RES 001/2004	Estabelece critérios para classificação e numeração de Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e dá outras providências.

Tema: Cadastro de Inadimplentes - Consolidar por inserção - Marco II

Norma	Ementa
REN 538/2013	Estabelece procedimentos relativos ao Cadastro de Inadimplentes com Obrigações Intrassetoriais, bem como disciplina a solicitação e a emissão eletrônica do Certificado de Adimplimento.

Tema: Cadastro Institucional - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
REN 804/2018	Dispõe sobre o Cadastro Institucional e sobre a Notificação Eletrônica no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e dá outras providências.

Tema: Campos elétricos e magnéticos - Consolidar por inserção - Marco II

Norma	Ementa
REN 398/2010	Regulamenta a Lei 11.934 de 05.05.2009, no que refere-se aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica na frequência de 60 Hz.

Tema: Conselho de Consumidores - Consolidar por inserção - Marco II

Norma	Ementa
-------	--------

REN 451/2011	Estabelece as condições gerais para a criação, organização e funcionamento dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica, no âmbito das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, e dá outras providências.
-----------------	---

Tema: Credenciamento de Empresas Avaliadoras de Ativos - Declarar Consolidado - MarcoII

Norma	Ementa
REN 635/2014	Aprova os Procedimentos para Credenciamento de Empresas Avaliadoras de Ativos e dá outras providências.

Tema: Declaração de Utilidade Pública - DUP - Declarar Consolidado - MarcoII

Norma	Ementa
REN 740/2016	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública - DUP, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração e de Transporte de Energia Elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados e dá outras providências.

Tema: Direitos e obrigações de agentes de geração autorizados - Consolidar por inserção - Marco II

Norma	Ementa
REN 389/2009	Estabelece os deveres, direitos e outras condições gerais aplicáveis às outorgas de autorizações a pessoas jurídicas, físicas ou empresas reunidas em consórcio interessadas em se estabelecerem como Produtores Independentes de Energia Elétrica ou Autoprodutores de Energia de Elétrica, tendo por objeto a implantação e/ou a exploração de central geradora de energia elétrica.

Tema: Eficiência Energética - PROPEE - Consolidar por inserção - Marco II

Norma	Ementa
REN 556/2013	Aprova os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética - PROPEE

Tema: Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento - Auditoria de projetos - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
REN 618/2014	Estabelece disposições relativas à contratação de auditoria para os Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica.

Tema: Execução Descentralizada - Consolidar por inserção - Marco II

Norma	Ementa
REN 417/2010	Estabelece os procedimentos para a delegação de competência da ANEEL aos Estados e ao Distrito Federal, para a execução de atividades descentralizadas em regime de gestão associada de serviços públicos.

Tema: Fiscalização dos agentes do setor elétrico - Consolidar por inserção - Marco

II

Norma	Ementa
REN 846/2019	Aprova procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e dispõe sobre diretrizes gerais da fiscalização da Agência.

Tema: Incorporação de DIT - Consolidar por inserção - Marco II

Norma	Ementa
REN 758/2017	Estabelece as condições gerais para a incorporação das Demais Instalações de Transmissão - DIT listadas no Anexo ao Ativo Imobilizado pelas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Tema: Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
REN 674/2015	Aprova a revisão do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, instituído pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009.

Tema: Medidas para preservação do serviço de distribuição em decorrência da COVID-19 - Consolidar por inserção - Marco II

Norma	Ementa
REN 878/2020	Medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).

Tema: Micro e minigeração distribuída - Consolidar por inserção - Marco II

Norma	Ementa
REN 482/2012	Estabelece as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuídas aos sistemas de distribuição de energia elétrica e o sistema de compensação de energia elétrica; ficam aprovadas as revisões 4 do Módulo 1 - Introdução, e 4 do Módulo 3 - Acesso ao Sistema de Distribuição, do PRODIST, de forma a contemplar a inclusão da Seção 3.7 - Acesso de Micro e Minigeração Distribuída com as adequações necessárias nesse Módulo.

Tema: Pesquisa e Desenvolvimento - PROP&D - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
REN 754/2016	Aprova os Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - PROP&D, bem como altera os Submódulos 2.7 e 9.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

Tema: Procedimentos e requisitos de outorga - fontes eólica, fotovoltaica e termelétrica - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
REN 876/2020	Estabelece os requisitos e procedimentos necessários à obtenção de outorga de autorização para exploração e à alteração da capacidade instalada de centrais

	geradoras Eólicas, Fotovoltaicas, Termelétricas e outras fontes alternativas e à comunicação de implantação de centrais geradoras com capacidade instalada reduzida.
--	--

Tema: Procedimentos e requisitos de outorga - Potenciais hidráulicos - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
REN 875/2020	Estabelece os requisitos e procedimentos necessários à aprovação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico de bacias hidrográficas, à obtenção de outorga de autorização para exploração de aproveitamentos hidrelétricos, à comunicação de implantação de Central Geradora Hidrelétrica com Capacidade Instalada Reduzida e à aprovação de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica de Usina Hidrelétrica sujeita à concessão.

Tema: Processo tarifário de Transmissoras - Consolidar por inserção - Marco II

Norma	Ementa
REN 762/2017	Definição dos procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016, e dar outras providências.

Tema: Regimento Interno da ANEEL - Consolidar por inserção - Marco II

Norma	Ementa
PRT MME 349/1997	Aprova o regimento interno da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Tema: Ressarcimento de estudos para leilões - Consolidar por inserção - Marco II

Norma	Ementa
REN 594/2013	Estabelece valores dos estudos que compõem leilões de geração e de transmissão e procedimentos para ressarcimento aos desenvolvedores destes estudos.

Tema: Compartilhamento de informações entre ANEEL e ANA sobre unidades consumidoras associadas às atividades de irrigação e aquicultura - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
REC 005/2016	Estabelece as condições e os procedimentos para fornecimento de informações de unidades consumidoras associadas às atividades de irrigação e aquicultura para a Agência Nacional de Águas - ANA.

Tema: Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa

REC 001/1999	Aprova o Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infra-estrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.
--------------	---

Tema: Outorga a agente de Geração - Norma ANEEL/ANA - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
REC 1305/2015	Estabelece diretrizes e procedimentos para outorga de direito de uso de recursos hídricos para empreendimentos hidrelétricos em operação comercial em cursos d'água de domínio da União.

Tema: Preço de referência para o compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
REC 004/2014	Aprova o preço de referência para o compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações, a ser utilizado nos processos de resolução de conflitos, e estabelece regras para uso e ocupação dos Pontos de Fixação.

Tema: Produção e Comercialização de Energia - Norma ANEEL/ANA - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
REC 003/2010	Estabelece as condições e os procedimentos a serem observados pelos concessionários e autorizados de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas visando ao monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico, sedimentométrico e de qualidade da água associado a aproveitamentos hidrelétricos, e dar outras providências.

Tema: Resolução de Conflitos entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
REC 002/2001	Aprova o Regulamento Conjunto de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

Tema: Conta-COVID - Declarar Consolidado - Marco II

Norma	Ementa
REN 885/2020	Dispõe sobre a CONTA-COVID, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para estes fins e os procedimentos correspondentes.

Tema: Compartilhamento de infraestrutura - Consolidar por compilação - Marco III

Norma	Ementa
-------	--------

REN 375/2009	Regulamenta a utilização das instalações de distribuição de energia elétrica, como meio de transporte, para a comunicação digital ou analógica de sinais.
REN 797/2017	Estabelece os procedimentos para o compartilhamento de infraestrutura de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica com agentes do mesmo setor, bem como com agentes dos setores de Telecomunicações, Petróleo, Gás, com a Administração Pública Direta ou Indireta e com demais interessados.

Tema: Contabilidade Regulatória - Consolidar por compilação - Marco III

Norma	Ementa
REN 396/2010	Institui a Contabilidade Regulatória e aprova alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001.
REN 605/2014	Aprova o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, instituído pela Resolução Normativa nº 444, de 26 de outubro de 2001.
REN 814/2018	Reorganização do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e delegação de competência para sua alteração.

Tema: Cooperativas de eletrificação rural - Consolidar por compilação - Marco III

Norma	Ementa
REN 205/2005	Estabelece os procedimentos e as condições gerais, para o enquadramento de cooperativas de eletrificação rural, como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e autorização para operação de instalações de distribuição de uso privativo, em área rural, bem como aprova o modelo de Contrato de Permissão.
RES 012/2002	Estabelece as condições gerais para a regularização de cooperativas de eletrificação rural, nos termos do art. 23 da Lei 9.074 de 07.07.1995.

Tema: Instalações e Equipamentos de Transmissão - Consolidar por compilação -

Marco III

Norma	Ementa
REN 067/2004	Estabelece critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, e dá outras providências
REN 068/2004	Estabelece os procedimentos para acesso e implementação de reforços nas Demais Instalações de Transmissão, não integrantes da Rede Básica, e para a expansão das instalações de transmissão de âmbito próprio, de interesse sistêmico, das concessionárias ou permissionárias de distribuição, e dá outras providências.
REN 443/2011	Estabelece a distinção entre melhorias e reforços em instalações de transmissão sob responsabilidade de concessionárias de transmissão e dá outras providências.
REN 586/2013	Estabelece os critérios para considerar o sistema Manaus plenamente integrado ao Sistema Interligado Nacional - SIN, as diretrizes para operação daquele sistema e para contabilização da energia transacionada com o SIN até sua plena interligação.

REN 756/2016	Aprova a revisão 2016.12 dos Módulos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 e dos Submódulos 10.1 a 10.17 dos Procedimentos de Rede e dá outras providências.
REN 841/2018	Estabelece critérios para entrada em operação de Funções Transmissão sob responsabilidade de Transmissoras a serem integradas ao Sistema Interligado Nacional.

Tema: Prestação do Serviço de Transmissão - Consolidar por compilação - Marco

III

Norma	Ementa
REN 191/2005	Estabelece os procedimentos para a determinação da capacidade operativa das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, componentes do Sistema Interligado Nacional, bem como define as Funções Transmissão e os respectivos Pagamentos Base.
REN 318/2008	Estabelece prazo para aplicação da metodologia que considera, para efeito do cálculo da Parcela Variável Por Indisponibilidade - PVI, as indisponibilidades de transformadores e de reatores, de concessionárias de transmissão de energia elétrica, que tiveram como causa a contaminação do óleo por enxofre corrosivo.
REN 669/2015	Estabelece os requisitos mínimos de manutenção das instalações de transmissão de Rede Básica, conforme Anexo.
REN 729/2016	Estabelece as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das instalações sob responsabilidade de concessionária de transmissão integrantes da rede básica e das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas a interligações internacionais que se conectam à rede básica, conforme Resolução Normativa ANEEL 442 de 26.07.2011.
REN 853/2019	Estabelece as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica associada à disponibilidade e à capacidade operativa de Funções Transmissão Conversora - FT Conversora - e dá outras providências.
RES 247/1999	Altera as condições gerais da prestação de serviços de transmissão e contratação do acesso, compreendendo os Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST, Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST e do Contrato de Conexão do Sistema de Transmissão - CCT, vinculadas à celebração dos contratos iniciais de compra e venda de energia elétrica.
RES 513/2002	Estabelece os procedimentos para determinação de adicional financeiro devido a sobrecargas que ocasionem perda adicional de vida útil em instalações de transmissão do sistema elétrico, integrantes ou não da rede básica.

Tema: Processo Decisório - Consolidar por compilação - Marco III

Norma	Ementa
REN 273/2007	Aprova a revisão da Norma de Organização ANEEL 001, que dispõe sobre os procedimentos para o funcionamento, a ordem dos trabalhos e os processos decisórios da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nas matérias relativas à regulação e à fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica

REN 698/2015	Aprova a revisão da Norma de Organização ANEEL nº 18, que trata dos procedimentos gerais referentes às Reuniões Deliberativas Públicas da Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Tema: Acesso ao Sistema de Transmissão - Consolidar por compilação - Marco IV
Norma	Ementa
REN 056/2004	Estabelece os procedimentos para acesso das centrais geradoras participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, regulamentando o art. 3º, § 5º da Lei 10.438 de 26.04.2002, incluído pela Lei 10.762 de 11.11.2003, e regulamentado pelo Decreto 5.025 de 30.03.2004.
REN 067/2004	Estabelece critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, e dá outras providências
REN 068/2004	Estabelece os procedimentos para acesso e implementação de reforços nas Demais Instalações de Transmissão, não integrantes da Rede Básica, e para a expansão das instalações de transmissão de âmbito próprio, de interesse sistêmico, das concessionárias ou permissionárias de distribuição, e dá outras providências.
REN 191/2005	Estabelece os procedimentos para a determinação da capacidade operativa das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, componentes do Sistema Interligado Nacional, bem como define as Funções Transmissão e os respectivos Pagamentos Base.
REN 320/2008	Estabelece critérios para classificação de instalação de transmissão como de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada - ICG para o acesso à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, de centrais de geração a partir de fonte eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas.
REN 442/2011	Regulamenta as disposições relativas às instalações de transmissão de energia elétrica destinadas a interligações internacionais de que tratam os §§ 6º e 7º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, incluídos pela Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e o art. 21 do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, e dá outras providências.
REN 561/2013	Torna sem efeito a responsabilidade das concessionárias de transmissão e dos usuários com Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST por indenizar as concessionárias e permissionárias de distribuição pelos valores pagos a título de ressarcimento de danos elétricos em unidades consumidoras.
REN 666/2015	Regulamenta a contratação do uso do sistema de transmissão em caráter permanente, flexível, temporário e de reserva de capacidade, as formas de estabelecimento dos encargos correspondentes e dá outras providências.
REN 722/2016	Estabelece critérios para o acesso à Rede Básica de acordo com o Decreto nº 5.597, de 28 de novembro de 2005.
RES 008/2000	Altera data limite para assinatura dos Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT.
RES 245/2002	Estabelece as regras para o acesso temporário aos sistemas de transmissão e de distribuição de energia elétrica por centrais geradoras contratadas com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE.

RES 247/1999	Altera as condições gerais da prestação de serviços de transmissão e contratação do acesso, compreendendo os Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST, Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST e do Contrato de Conexão do Sistema de Transmissão - CCT, vinculadas à celebração dos contratos iniciais de compra e venda de energia elétrica.
RES 281/1999	Estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.

Tema: Classificação das Instalações de Transmissão - Consolidar por compilação - Marco IV

Norma	Ementa
REN 067/2004	Estabelece critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, e dá outras providências
REN 320/2008	Estabelece critérios para classificação de instalação de transmissão como de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada - ICG para o acesso à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, de centrais de geração a partir de fonte eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas.
REN 442/2011	Regulamenta as disposições relativas às instalações de transmissão de energia elétrica destinadas a interligações internacionais de que tratam os §§ 6º e 7º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, incluídos pela Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e o art. 21 do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, e dá outras providências.
RES 066/1999	Estabelece a composição da Rede Básica do sistema elétrico interligado brasileiro, suas conexões e as respectivas empresas usuárias das instalações.
RES 166/2000	Atualiza a composição da rede básica do sistema elétrico interligado, suas conexões e as respectivas empresas usuárias das instalações.
RES 262/1998	Estabelece a composição da rede básica dos sistemas elétricos interligados nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, as receitas permitidas vinculadas às referidas instalações, a tarifa de uso da transmissão da rede básica e os encargos de conexão.

Tema: Governança dos Serviços de Geração - Consolidar por compilação - Marco IV

Norma	Ementa
REN 455/2011	Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação por parte do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS de empresa de auditoria independente para auditoria dos dados de entrada do Programa Mensal de Operação - PMO e suas revisões e dos dados apurados e sistemas utilizados pelo Centro Nacional de Operação do Sistema Elétrico - CNOS com impacto no planejamento eletroenergético e na contabilização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 707/2016	Aprova o Plano de Contas do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
REN 780/2017	Estabelece critérios para o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS desempenhar as atividades de gestão orçamentária, e dá outras providências.

RES 307/1998	Aprova o Estatuto do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
-----------------	---

Tema: Outorga a agente de Geração - Consolidar por compilação - Marco IV

Norma	Ementa
REN 235/2006	Estabelece os requisitos para a qualificação de centrais termelétricas cogeneradoras de energia e dá outras providências.
REN 262/2007	Dispõe sobre os procedimentos para assegurar a prorrogação das concessões de uso do bem público dos empreendimentos de geração de energia elétrica de que trata o Decreto 5.911 de 27.09.2006.
REN 467/2011	Estabelece, os requisitos e critérios para modificação do regime de exploração das concessões de aproveitamentos hidrelétricos para geração de energia elétrica destinada a serviço público, nos termos dos §§ 3º, 4º e 5º, art. 20 da Lei 10.848 de 15.03.2004, com a redação dada pelas Leis 11.488 de 15.06.2007 e 12.111 de 09.12.2009.
REN 501/2012	Estabelece os procedimentos para o mapeamento dos bens imóveis e das áreas vinculados à concessão de usinas hidrelétricas.
REN 859/2019	Estabelece a metodologia para cálculo do valor do pagamento pelo Uso de Bem Público - UBP, por aproveitamentos hidrelétricos alcançados pelo art. 2º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.158, de 21 de setembro de 2017.
RES 067/2001	Estabelece o procedimento para o cálculo e recolhimento da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, devida pelos concessionários e autorizados de geração hidrelétrica, dá outras providências e revoga as Portarias DNAEE 304 de 29.04.1993, 827 de 20.07.1993 e as disposições da Portaria 033 de 02.03.1995, que com esta conflitem.
RES 088/2001	Estabelece a metodologia para rateio da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica, devido pelas centrais hidrelétricas e royalties de ITAIPU Binacional, entre Estados, Distrito Federal e municípios.
REN 596/2013	Estabelece os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não.

Tema: Sistemas Isolados - Consolidar por compilação - Marco IV

Norma	Ementa
REN 447/2011	Estabelece os procedimentos para adequação das instalações físicas, contratos comerciais e rotinas de operação, necessários à interligação de sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.
REN 801/2017	Estabelece os procedimentos para planejamento, formação, processamento e gerenciamento das parcelas Carvão Mineral e Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, associadas à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Tema: Tarifas - Consolidar por compilação - Marco IV

Norma	Ementa
REN 349/2009	Estabelece os critérios para o cálculo locacional da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição aplicável às centrais geradoras - TUSDg conectadas no nível de tensão de 138 kV ou 88 kV, e dá outras providências.
REN 559/2013	Estabelece o procedimento de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST.

Tema: Administração dos Serviços de Transmissão - Consolidar por compilação - Marco V

Norma	Ementa
REN 861/2019	Dispõe sobre a definição da Base de Dados das Instalações de Transmissão de energia elétrica e dá outras providências.
RES 263/2002	Prorroga o prazo de entrega da revisão do módulo 19 dos Procedimentos de Rede, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
RES 281/1999	Estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.
RES 351/1998	Autoriza o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a executar as atividades de coordenação e controle da operação de geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.
RES 675/2003	Autoriza a utilização, em caráter provisório, dos módulos 8, 10 e 14 e dos submódulos 10.21, 10.22, 10.23 e 10.24, dos Procedimentos de Rede.

Tema: Autorização para comercializadores de energia - Consolidar por compilação - Marco V

Norma	Ementa
REN 570/2013	Estabelece os requisitos e procedimentos atinentes à comercialização varejista de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN.
REN 678/2015	Estabelece os requisitos e os procedimentos atinentes à obtenção e à manutenção de autorização para comercializar energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN.

Tema: Contratação de Energia - Consolidar por compilação - Marco V

Norma	Ementa
REN 167/2005	Estabelece as condições para a comercialização da energia elétrica, proveniente de geração distribuída, por concessionária, permissionária ou autorizada de serviço público de distribuição, que atue no Sistema Interligado Nacional - SIN.
REN 225/2006	Estabelece as condições para a anuência, no âmbito do Sistema Integrado do Comércio Exterior - SISCOMEX, às operações de importação e de exportação de energia elétrica, realizadas no Sistema Interligado Nacional - SIN e no sistema isolado.
REN 247/2006	Estabelece as condições para a comercialização de energia elétrica, oriunda de empreendimentos de geração que utilizem fontes primárias incentivadas, com

	unidade ou conjunto de unidades consumidoras cuja carga seja maior ou igual a 500 kW, no âmbito do Sistema Interligado Nacional - SIN.
REN 337/2008	Estabelece as disposições relativas à contratação de energia de reserva e aprova o modelo do Contrato de Uso da Energia de Reserva - CONUER.
REN 376/2009	Estabelece as condições para contratação de energia elétrica, no âmbito do Sistema Interligado Nacional - SIN, por Consumidor Livre, e dá outras providências.
REN 380/2009	Estabelece os critérios para aplicação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de que trata o parágrafo 5º do art. 28 do Decreto 5.163 de 30.07.2004.
REN 411/2010	Aprova o modelo de edital dos leilões de ajuste para compra de energia elétrica, delega a execução à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e dá outras providências.
REN 421/2010	Estabelece critérios para cálculo do montante de reposição e contratações adicionais dos agentes de distribuição do Sistema Interligado Nacional - SIN, para contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes em leilão "A-1".
REN 452/2011	Estabelece as diretrizes para a cessão de energia e lastro entre usinas à biomassa comprometidas com Contratos de Energia de Reserva e regulamenta a penalidade de que trata o art. 7º do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008.
REN 453/2011	Estabelece os critérios para cálculo do montante de exposição ou sobrecontratação involuntária, em atendimento aos artigos 2º, 3º e 18 do Decreto 5.163 de 30.07.2004.
REN 514/2012	Estabelece as condições para a contratação de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência, em observância ao disposto no Decreto 7.805 de 14.09.2012.
REN 521/2012	Dispõe sobre o cálculo da alocação inicial de cotas de garantia física e potência, da definição dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR sujeitos à cessão compulsória e redução de montantes, e da revisão extraordinária das tarifas de distribuição, nos termos da Medida Provisória 579 de 11.09.2012.
REN 530/2012	Estabelece as condições para a comercialização da energia proveniente das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 pertencentes à Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear, em observância ao disposto na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009.
REN 600/2014	Estabelece alterações na Cláusula 14 dos Contratos de Energia de reserva dos 1º e 3º Leilões de Energia de Reserva.
REN 658/2015	Estabelece a possibilidade de alteração da obrigação de entrega de energia dos CCEARs por disponibilidade proveniente de Leilões de Energia Nova e o critério de alocação dos custos decorrentes da operação de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito, cujo Custo Variável Unitário seja superior ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças
REN 690/2015	Regula o disposto na Portaria MME 044 de 10.03.2015, e aprova o Edital de Chamada Pública para Incentivo à Geração Própria e seu Anexo.

REN 693/2015	Estabelece os critérios para aplicação do mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia elétrica e de potência de contrato de comercialização de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração.
REN 711/2016	Estabelece critérios e condições para celebração de acordos bilaterais entre partes signatárias de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR; aprova a nova versão do Submódulo 4.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata dos Demais Componentes Financeiros, e revoga a Resolução Normativa ANEEL 508, de 04.09.2012.
REN 783/2017	Estabelece os critérios e procedimentos para controle dos contratos de comercialização de energia elétrica.
REN 824/2018	Regulamenta o § 13 do art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que dispõe sobre a venda de excedentes, altera as Resoluções Normativas nº 693, de 15 de dezembro de 2015 e nº 711, de 21 de dezembro de 2016.
RES 353/2003	Estabelece as condições gerais para a venda exclusiva de excedentes de energia elétrica, decorrentes da liberação dos Contratos Iniciais ou Equivalentes, mediante licitação, na modalidade de leilão público, para consumidores finais, nos termos do § 5º, inciso I, art. 27 da Lei 10.438 de 26.04.2002, acrescido pelo art. 6º da Lei 10.604 de 17.12.2002, e da Resolução CNPE 003 de 22.05.2003.
RES 423/2002	Estabelece as condições gerais para comercialização, por meio de leilões públicos, da energia elétrica das geradoras sob controle federal.
RES 667/2002	Estabelece os procedimentos para a determinação dos preços dos contratos de compra de energia elétrica dos consumidores finais das concessionárias de serviço público de geração.
RES 674/2002	Estabelece os procedimentos para implementação do Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica - SAMP, em substituição ao Acompanhamento de Mercado Padronizado - AMP.

Tema: Convenção de Comercialização de Energia Elétrica - Consolidar por compilação - Marco V

Norma	Ementa
REN 109/2004	Institui a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, estabelecendo a estrutura e a forma de funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 545/2013	Estabelece disciplina atinente ao desligamento de agentes e à impugnação de atos praticados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e dá outras providências.
REN 571/2013	Estabelece critérios e condições para o credenciamento de instituições financeiras no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e altera a Resolução Normativa ANEEL 531, de 21.12.2012.
REN 622/2014	Dispõe sobre as garantias financeiras e a efetivação de registros de contratos de compra e venda de energia elétrica, associados à comercialização no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e dá outras providências.

REN 701/2016	Estabelece as condições e os procedimentos para o monitoramento do mercado de energia elétrica e dá outras providências.
REN 751/2016	Regula os procedimentos de homologação e fiscalização dos custos administrativos, financeiros e tributários (CAFTs) incorridos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE na gestão de contas setoriais.
REN 759/2017	Estabelece procedimentos e requisitos atinentes ao Sistema de Medição para Faturamento - SMF para instalações conectadas ao sistema de distribuição.
RES 552/2002	Estabelece os procedimentos relativos à liquidação das operações de compra e venda de energia elétrica, no mercado de curto prazo, no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, e trata das garantias financeiras e penalidades.
RES 635/2002	Autoriza o Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE a criar mecanismos para efetuar a liquidação financeira de que trata o art. 11 da RES ANEEL 552 de 14.10.2002, por meio de compensação de créditos e débitos contabilizados mensalmente, e/ou por meio de operações no âmbito de grupos de empresas vinculadas.

Tema: Direitos do usuário do serviço público de distribuição energia elétrica - Consolidar por compilação - Marco V

Norma	Ementa
REN 056/2004	Estabelece os procedimentos para acesso das centrais geradoras participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, regulamentando o art. 3º, § 5º da Lei 10.438 de 26.04.2002, incluído pela Lei 10.762 de 11.11.2003, e regulamentado pelo Decreto 5.025 de 30.03.2004.
REN 229/2006	Estabelece as condições gerais para a incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao Ativo Imobilizado em Serviço das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, e dá outras providências.
REN 247/2006	Estabelece as condições para a comercialização de energia elétrica, oriunda de empreendimentos de geração que utilizem fontes primárias incentivadas, com unidade ou conjunto de unidades consumidoras cuja carga seja maior ou igual a 500 kW, no âmbito do Sistema Interligado Nacional - SIN.
REN 376/2009	Estabelece as condições para contratação de energia elétrica, no âmbito do Sistema Interligado Nacional - SIN, por Consumidor Livre, e dá outras providências.
REN 414/2010	Estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada.
REN 470/2011	Estabelece as disposições relativas às Ouvidorias das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; inclui o inciso XX no art. 5º da Resolução Normativa ANEEL 063 de 12.05.2004 e dá outras providências.
REN 472/2012	Estabelece a metodologia para apurar a Diferença Mensal de Receita - DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, e dá outras providências.

REN 473/2012	Estabelece critérios de ressarcimento à distribuidora para migração, no todo ou em parte, de unidades consumidoras do sistema de distribuição para o de transmissão, conforme disposto no Decreto 5.597 de 2005; o disposto aplica-se também ao acesso à Rede Básica de transmissão de unidades de produção e de consumo de autoprodutores.
REN 488/2012	Estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural.
REN 493/2012	Estabelece os procedimentos e as condições de fornecimento por meio de Microsistema Isolado de Geração e Distribuição de Energia Elétrica - MIGDI ou Sistema Individual de Geração de Energia Elétrica com Fonte Intermitente - SIGFI.
REN 502/2012	Regulamenta sistemas de medição de energia elétrica de unidades consumidoras do Grupo B.
REN 506/2012	Estabelece as condições de acesso ao sistema de distribuição por meio de conexão a instalações de propriedade de distribuidora a serem seguidas pelos acessantes e pela acessada.
REN 547/2013	Estabelecer os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de bandeiras tarifárias.
REN 581/2013	Estabelece os procedimentos e as condições para a prestação de atividades acessórias, para o fornecimento de energia elétrica temporária com desconto na tarifa e para a exportação de energia elétrica para pequenos mercados em regiões de fronteira pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.
REN 610/2014	Regulamenta as modalidades de pré-pagamento e pós-pagamento eletrônico de energia elétrica.
REN 733/2016	Estabelece as condições para a aplicação da modalidade tarifária horária branca.
REN 819/2018	Estabelece os procedimentos e as condições para a realização de atividades de recarga de veículos elétricos.
RES 145/2001	Autoriza as concessionárias e permissionárias de energia elétrica a negociarem demanda de potência e/ou uso do sistema elétrico, bem como a respectiva energia associada.
REN 480/2012	Estabelece os procedimentos técnicos contábeis para a transferência, sem ônus, ao Poder Público Municipal dos ativos de iluminação pública registradas no Ativo Imobilizado das concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia, de que trata a Resolução ANEEL nº 414 de 15.09.2012.

Tema: Glossário - Transmissão - Consolidar por compilação - Marco V

Norma	Ementa
REN 056/2004	Estabelece os procedimentos para acesso das centrais geradoras participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, regulamentando o art. 3º, parág. 5º da Lei 10.438 de 26.04.2002, incluído pela Lei 10.762 de 11.11.2003, e regulamentado pelo Decreto 5.025 de 30.03.2004.

REN 067/2004	Estabelece critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, e dá outras providências
REN 191/2005	Estabelece os procedimentos para a determinação da capacidade operativa das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, componentes do Sistema Interligado Nacional, bem como define as Funções Transmissão e os respectivos Pagamentos Base.
REN 722/2016	Estabelece critérios para o acesso à Rede Básica de acordo com o Decreto nº 5.597, de 28 de novembro de 2005.
REN 729/2016	Estabelece as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das instalações sob responsabilidade de concessionária de transmissão integrantes da rede básica e das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas a interligações internacionais que se conectam à rede básica, conforme Resolução Normativa ANEEL 442 de 26.07.2011.

Tema: Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE - Consolidar por compilação

- Marco V

Norma	Ementa
RES 018/1999	Homologa o Acordo de Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
RES 073/2002	Estabelece as normas, estrutura e forma de funcionamento para a transição no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, do período de auto-regulado para a regulamentação por parte da ANEEL.
RES 091/2003	Estabelece as condições para implementação do limite de contratação de energia elétrica para agentes participantes do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, conforme definido no Decreto 4.562 de 31.12.2002.
RES 102/2002	Institui a Convenção do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, estabelecendo a estrutura e a forma de funcionamento do MAE.
RES 103/2002	Autoriza o Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, a atuar segundo regras e procedimentos de mercado estabelecidos pela ANEEL, na viabilização de compra e venda de energia elétrica.
RES 223/1999	Regulamenta a comercialização de energia não assegurada para consumidores do grupo tarifário "A".
RES 237/2003	Determina ajustes no cronograma para implantação das regras do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, estabelecido por meio da Resolução ANEEL 446 de 22.08.2002.
RES 246/2003	Estabelece as condições gerais para a compra de energia elétrica, por meio de licitação, na modalidade de leilão, pelas concessionárias do serviço público de distribuição, conforme disposto no Decreto 4.562 de 31.12.2002.
RES 249/1998	Estabelece as condições de participação dos agentes no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE e diretrizes para estabelecimento do Mecanismo de Realocação de Energia.

RES 290/2000	Homologa as Regras do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, e fixa as diretrizes para sua implantação gradual.
RES 352/2003	Estabelece as condições para implementação da sistemática de verificação do lastro de contratos de venda de energia elétrica, registrados no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, conforme o art. 5º da Resolução ANEEL 249 de 11.08.1998, bem como altera o art. 1º da Resolução ANEEL 091 de 27.02.2003.
RES 390/2001	Estabelece os procedimentos para consumidores adquirirem diretamente de autoprodutores e produtores independentes de energia elétrica, parcela excedente à meta de consumo fixada durante o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.
RES 447/2002	Estabelece as condições gerais para implementação do que dispõe o art. 2º da Lei 10.438 de 26.04.2002, regulamentando o tratamento a ser dado à compra das sobras líquidas contratuais e ao rateio da energia livre no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
RES 688/2003	Aprova as Regras de Mercado, componentes da versão 3.5, que incorpora incentivo à eficiência de usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.

Tema: Planos de Universalização - Consolidar por compilação - Marco V

Norma	Ementa
REN 175/2005	Estabelece as condições para a revisão das metas rurais dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando à prorrogação dos prazos de execução do Programa LUZ PARA TODOS, biênio 2009-2010, mediante o disposto nos Termos de Compromisso firmados entre as concessionárias e permissionárias de distribuição e o Ministério de Minas e Energia - MME
REN 488/2012	Estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural.
REN 563/2013	Altera as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural, altera os arts. 2º, 3º, 4º e revoga o parágrafo 5º do art. 3º da Resolução Normativa ANEEL 488 de 15.05.2012; bem como altera o art. 27 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010.
RES 223/2003	Estabelece as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de pedidos de fornecimento ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos arts. 14 e 15 da Lei 10.438 de 26.04.2002, bem como fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Tema: Procedimentos de Comercialização - Consolidar por compilação - Marco V

Norma	Ementa
DSP 499/2003	Aprova o Procedimento do Mercado para Revisão da Sazonalização de Energia Assegurada - PM-CO.07, vinculado às Regras de Mercado, na versão 3.1, que trata da redução dos benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis -

	CCC, que deverá ser divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
DSP 570/2003	Aprova o Procedimento do Mercado para Divulgação de Resultados - PM-DR.01, vinculado às Regras de Mercado, na versão 3.1, que trata da redução dos benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, que deverá ser divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
DSP 642/2003	Aprova o Procedimento de Mercado para estabelecer Preços do MAE (PM_PE.01), vinculado às Regras do Mercado, componentes da versão 3.1.b, que considera a alteração da sistemática de estabelecimento do Preço Mínimo do Mercado de Curto prazo (PMAE_min), que deverá ser divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
DSP 710/2003	Aprova o Procedimento de Mercado para Modelagem de Contratos Derivados do Leilão de Excedentes de Energia Elétrica - PM ME.03, que deverá ser divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
DSP 712/2003	Aprova o Procedimento de Mercado para Aplicação de Penalidade por Insuficiência de Contratação e Penalidade por Insuficiência de Lastro de Venda, PM - AM.08, que deverá ser divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
DSP 121/2004	Aprova o Procedimento do Mercado para a Manutenção do Cadastro do Sistema Elétrico - PM-ME.02, atualizado em função da versão 3.5 da Regra de Mercado, que incorpora incentivo a usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, e deverá ser divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
DSP 1073/2004	Aprova e determina que os procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica especificados, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 487/2005	Aprova a versão 2 do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC.A.C.01 - Celebração de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, de Leilão de compra de energia elétrica, proveniente de empreendimentos existentes, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que divulgue o referido Procedimento.
DSP 762/2005	Aprova os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica versão 2005, Lote 2, especificados, bem como determina que tenham aplicação imediata, e que sejam divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e que o Acordo Operacional celebrado entre a CCEE e o Operador Nacional do Sistema - ONS, seja divulgado por ambos.
DSP 1202/2005	Aprova e determina que os procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica especificados, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 1578/2005	Aprova e determina que os procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica especificados, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de

	Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 1945/2005	Aprova o procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.10, e determina sua aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 523/2006	Aprova e determina que o procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.11, tenha aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 777/2006	Aprova e determina que o Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.12, tenha aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 778/2006	Aprova e determina que o Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC CO.12, tenha aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 1523/2006	Aprova e determina que o Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.10, tenha aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 2773/2006	Aprova e determina que os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC CO.02, PdC CO.07 e PdC CO.11, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 648/2007	Aprova e determina que os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.02 e PdC AC.03, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 649/2007	Aprova e determina que os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC DR.01, PdC AM.09 e PdC AM.12, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 650/2007	Aprova e determina que os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC CO.01, PdC CZ.01, PdC AC.05 e PdC Glossário de Termos da CCEE, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 651/2007	Aprova e determina que o Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC PE.01 tenha aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o divulgue incorporando o disposto na Nota Técnica SEM/ANEEL 085 de 12.03.2007.

DSP 1141/2007	Aprova e determina que os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.04 e PdC LF.02 tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 1246/2007	Aprova e determina que os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC AG.01, PdC AG.02 e PdC AG.03, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 1247/2007	Aprova e determina que os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC ME.01 e PdC ME.02, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 1514/2007	Promove a alteração do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC LF.02 - Liquidação Financeira do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, bem como determina a divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1997/2007	Aprova a nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.11 - Divulgação de Informações de Autoprodução e Produção Independente de Energia para Aplicação das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão, bem como determina a aplicação imediata e a divulgação do referido Procedimento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 3665/2007	Aprova o Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.13 - registro, tratamento e apuração de indisponibilidades de Usinas Hidráulicas não despachadas centralizadamente e participantes do MRE, bem como determina que o referido Procedimento de Comercialização, tenha aplicação a partir de janeiro de 2008 e a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 3720/2007	Aprova a nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.11 - Divulgação de Informações de Autoprodução e Produção Independente de Energia para Aplicação das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão, bem como determina a aplicação imediata e a divulgação do referido Procedimento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 934/2008	Aprova a nova versão dos Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC ME.04 - Mapeamento de Pontos de Medição no SCDE, PdC ME.05 - Manutenção do Cadastro de Medição do SCDE, PdC ME.06 - Coletar Dados de Medição do SCDE e PdC ME.07 - Penalidades de Medição, bem como determina a aplicação imediata e a divulgação dos referidos Procedimentos, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1563/2008	Aprova modificação na formulação algébrica das Regras de Comercialização, versão 2008, referente ao cálculo das Garantias Financeiras, bem como determina que as concessionárias de distribuição afetadas pela Resolução Normativa ANEEL 218 de 11.04.2006, encaminhem à ANEEL os comprovantes especificados, e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

	realize os cálculos até que as alterações no Módulo de Liquidação das Regras de Comercialização, versão 2008, sejam incorporadas ao Sistema de Contabilização e Liquidação Financeira - SCL, e a CCEE incorpore alterações no Procedimento de Comercialização PdC LF.01 - Liquidação Financeira.
DSP 2167/2008	Aprova a nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.14 - Gestão de Pagamento de Penalidades, bem como determina a aplicação imediata e a divulgação do referido Procedimento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 3042/2008	Aprova a nova versão dos Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica, relacionados, e determina a aplicação imediata e a divulgação dos referidos Procedimentos, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, bem como revoga a alínea ii do inciso I do Despacho ANEEL 1.141 de 16.04.2007.
DSP 4250/2008	Aprova a nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.14 - Gestão de Pagamento de Penalidades, bem como determina a aplicação imediata e a divulgação do referido Procedimento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 4312/2008	Aprova a nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica LF.01 - Liquidação Financeira, bem como determina a aplicação imediata e a divulgação do referido Procedimento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 570/2009	Aprova as alterações do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC ME.02, versão 3 - Manutenção do Cadastro do Sistema Elétrico no SCL, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a divulgação da alteração tratada.
DSP 633/2009	Aprova o Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06, versão 1 - Alterações de Dados Contratuais de CCEARs, CCGs, CERs e CONUERs, e a celebração de Termos Aditivos e Termos de Cessão, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a divulgação do aludido Procedimento.
DSP 1119/2009	Aprova o Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC LF.04 - Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva, e determina sua aplicação imediata e a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1533/2009	Aprova a nova versão dos Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.10 - Aferição e Aplicação de Penalidades - Cobertura de Consumo, Lastro para Venda de Energia Elétrica e Potência e Indisponibilidade de Geração por Falta de Combustível, e determina a aplicação imediata e sua divulgação, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 2044/2009	Aprova a Versão 4 do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC CO.01 - Contratos Bilaterais, determina sua aplicação imediata e a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 2667/2009	Aprova a nova versão dos Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.02, PdC AC.03 e PdC AC.04, cessão e redução de montantes

	de energia elétrica de CCEARs, e determina a aplicação imediata e sua divulgação, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 3017/2009	Determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ajuste a premissa 10.2.2 do Procedimento de Comercialização PdC CO.01 - Contratos Bilaterais, aprovado pelo Despacho ANEEL 2.044 de 02.06.2009, conforme consta da Nota Técnica SEM/ANEEL 085 de 12.08.2009, e divulgue a alteração tratada, no prazo determinado.
DSP 3736/2009	Aprova as alterações do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC LF.01 - Liquidação Financeira, versão 4, LF.03 - Aporte das Garantias Financeiras, versão 1 e AM.14 - Gestão do Pagamento de Penalidades, versão 3, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a divulgação das alterações tratadas.
DSP 3755/2009	Homologa, nos termos do Anexo, o modelo de distrato ao Contrato de Constituição de Garantias de Pagamento - CCG, constante no endereço eletrônico e no processo citados, a ser utilizado nos casos de substituição do CCG, ou de alteração que enseje sua rescisão, e determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, no Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06, realize as alterações necessárias no Anexo, item 14.17, e que vincule no PdC AC.06 o prazo de constituição de nova garantia financeira, à entrada em vigor do modelo de Distrato ao CCG, e promova a divulgação das alterações mencionadas; e revoga o Despacho SEM/ANEEL 3.143 de 25.08.2008.
DSP 378/2010	Encerra vigência do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC ME.03 - Modelagem de Contratos Decorrentes do Leilão de Excedentes de Energia Elétrica.
DSP 391/2010	Aprova as alterações dos Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC ME.01 - Registra Dados de Medição no SCDE versão 4, ME.02 - Manutenção do Cadastro do Sistema Elétrico no SCL, versão 5, ME.04 - Mapeamento dos Pontos de Medição no SCDE, versão 2, PdC ME.05 - Manutenção do Cadastro de Medição do SCDE, versão 2, ME.06 - Coletar Dados de Medição no SCDE, versão 2, e ME.07 - Apuração de Não-Conformidades e Penalidades de Medição, versão 2, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a divulgação das alterações tratadas.
DSP 725/2010	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.02 - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, Cessão e Redução de Montantes de Energia Elétrica de CCEAR's, bem como determina a divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 811/2010	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC ME.02 - Manutenção do Cadastro do Sistema Elétrico no SCL, bem como determina a aplicação imediata e divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 824/2010	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC LF.04 - Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de

	Reserva, e determina sua aplicação imediata e a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1079/2010	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC LF.01 - Liquidação Financeira e LF.03 - Aporte de Garantias Financeiras, bem como determina a aplicação imediata e divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1497/2010	Aprova as alterações dos Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.04 - Administrar Votos e Contribuição Associativa, AM.10 - Aferição e Aplicação de Penalidades - Cobertura de Consumo, Lastro para Venda de Energia Elétrica, Potência e Indisponibilidade de Geração por Falta de Combustível, AM.11 - Divulgação das Informações de Autoprodução e Produção Independente de Energia para Aplicação das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão, AM.12 - Representação Contábil de Agentes, CO.02 - Sazonalização de Contrato Inicial, Energia Assegurada e Garantia Física, CO.07 - Revisão da Sazonalização de Energia Assegurada, CZ.02 - Recontabilização e Ajustes na Contabilização e Liquidação e CZ.03 - Solicitação de Recontabilização, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a divulgação das alterações tratadas, e realize os reprocessamentos da matriz de comercialização de energia incentivada relativos às solicitações julgadas procedentes pelo Conselho de Administração da CCEE.
DSP 1669/2010	Aprova os termos aditivos para comprador e sucessão de vendedor anexos ao Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06: Alterações de Dados Contratuais de CCEARs, CCGs, CERs e CONUERs, e a celebração de Termos Aditivos e Termos de Cessão, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a divulgação do aludido Procedimento.
DSP 2199/2010	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC CZ.01 - Cronograma Geral de Contabilização, bem como determina a aplicação imediata e divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 2363/2010	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC DR.01 - Divulgação de Resultados, bem como determina a aplicação imediata e divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 2953/2010	Aprova, a inclusão como anexo, ao Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06, - Alterações de Dados Contratuais de CCEARs, CCGs, CERs e CONUERs, e a celebração de Termos Aditivos e Termos de Cessão, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a divulgação do aludido Procedimento.
DSP 3623/2010	Aprova a nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06 - Alteração de Dados Contratuais de CCEAR, CCG, CER e CONUER e Celebração de Termos Aditivos e Termos de Cessão, bem como

	determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que divulgue e aplique de forma imediata o referido Procedimento.
DSP 1655/2011	Aprova a Versão 3 do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC PE.01 - Estabelecer Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), determina sua aplicação imediata e a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1699/2011	Aprova as alterações do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica ME.07 - Apuração de Não-Conformidades e Penalidades de Medição, versão 3, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a divulgação da alteração tratada.
DSP 2120/2011	Aprova os Termos Aditivos Matriz/Filial para Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06: Alterações de Dados Contratuais de CCEARs, CCGs, CERs e CONUERs e Celebração de Termos Aditivos e Termos de Cessão, bem como determina a aplicação imediata e divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e revoga o Despacho SEM/ANEEL 2.484 de 25.08.2010.
DSP 3154/2011	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06: alterações de dados contratuais de CCEARs, CCGs, CERs e CONUERs, celebração de Termos Aditivos e Termos de Cessão; e determina sua aplicação imediata e a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 3291/2011	Aprova e determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue o Formulário de Solicitação de Recontabilização, em anexo, ao Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC CZ.03, o texto elucidativo sobre a hipótese de incidência de penalidade por insuficiência de lastro para venda de energia e/ou cobertura contratual de consumo para os agentes envolvidos, decorrente do processamento da recontabilização.
DSP 4761/2011	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.02 - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), Cessão e Redução de Montantes de Energia Elétrica de CCEAR's, bem como determina a divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1758/2012	Determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE utilize o critério vigente de cálculo das penalidades por Infração na Coleta do SCDE, conforme dispõe a versão 3 do Procedimento de Comercialização PdC ME.07 - Apuração de Não-Conformidades e Penalidades de Medição, para cobrar as penalidades que estão sobrestadas do período de junho a dezembro e notificar os agentes das penalidades apuradas e ainda não notificadas de janeiro a abril de 2011.
DSP 2354/2012	Determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que inclua no Procedimento de Comercialização - PdC, relativo ao processamento da Receita de Venda de CCEAR por Disponibilidade - RRV, destinado ao Novo Sistema de contabilização e Liquidação - NSCL, a previsão de correção monetária aos pagamentos efetuados pelas distribuidoras signatárias de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs,

	em razão de recálculo efetuado por comando ou autorização da ANEEL; bem como que apure os valores de correção monetária referentes aos meses de janeiro e fevereiro às receitas de venda dos CCEARs do 1º Leilão de Energia Nova, celebrados pela UTE Euzébio Rocha, conforme Ofício SEM/ANEEL 056 de 2010.
DSP 3215/2012	Aprova a organização dos documentos e respectiva estrutura dos Procedimentos de Comercialização - PdCs aplicáveis ao Novo Sistema de Contabilização e Liquidação - Novo SCL, submódulos: 1.1 - Adesão à CCEE, 1.2 - Cadastro de agentes, 1.3 - Votos e contribuições, 1.4 - Atendimento, 2.1 - Coleta e ajuste de dados de medição, 4.1 - Cálculo e aporte de garantias financeiras, 5.1 - Contabilização e recontabilização, 5.2 - Liquidação no mercado de curto prazo, 6.1 - Penalidades de medição e 6.2 - Notificação e gestão de pagamentos de penalidades, bem como determina a aplicação imediata e a divulgação dos referidos Procedimentos, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 3572/2012	Aprova o 3º conjunto dos PdCs aplicáveis ao Novo SCL, constituído dos submódulos: 3.1 - Contratos do Ambiente Livre, 3.3 - Sazonalização e Revisão da Sazonalização de Garantia Física, 3.4 - Comercialização de Potência, 3.5 - Reajuste da Receita de Venda; bem como determina a aplicação imediata e a divulgação dos referidos procedimentos, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 283/2013	Aprova o cronograma com as atividades referentes à operacionalização das garantias financeiras associadas ao mercado de curto prazo e as alterações de prazo de atividades dos Procedimentos de Comercialização impactados, conforme consta da Nota Técnica SEM/ANEEL 012 de 01.02.2013; bem como determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue as alterações citadas.
DSP 534/2013	Determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE proceda as correções no Procedimento de Comercialização PdC 6.1 - Penalidades e Multas de Medição, aprovadas pelo Despacho SEM /ANEEL 3.215 de 15.10.2012; determina que a aplicação da penalidade por infração na coleta de dados de medição seja represada até a adequação do Sistema de Coleta de Dados de Medição - SCDE; bem como determina que a CCEE divulgue aos agentes de mercado o disposto neste Despacho.
DSP 1019/2013	Aprova o 2º conjunto dos PdCs aplicáveis ao Novo SCL, constituído dos submódulos: 7.1 - Apuração de Energia de Reserva, 7.2 - Liquidação Financeira de Energia de Reserva, 8.1 - MCSD Mensal, Trocas Livres e Anual 4%, 8.2 - MCSD Contratação Escalonada, 8.3 - Liquidação Financeira das Cessões do MCSD, e 8.4 - MCSD Ex-post; aprova o submódulo 7.3 - Cessões de Energia de Reserva; ; bem como determina a aplicação imediata e a divulgação dos referidos procedimentos, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 4099/2013	Autoriza a CCEE, de forma precária e excepcional para o ano de 2013, a antecipar as datas limites estabelecidas em Procedimento de Comercialização nas semanas do natal e do ano novo, e determina que a CCEE divulgue a

	alteração no prazo máximo de um dia útil a contar da publicação deste Despacho.
DSP 4881/2014	Aprova a adequação dos Procedimentos de Comercialização; determina a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e condiciona a aprovação do uso da notificação eletrônica dos Agentes pela CCEE ao parecer jurídico.
DSP 1741/2015	Aprova a adequação dos Procedimentos de Comercialização, bem como, determina a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 2808/2015	Aprova a adequação dos Procedimentos de Comercialização; e determina a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1454/2016	Aprova o Procedimento de Comercialização PdC 3.2 - Contratos do Ambiente Regulado; bem como determina a divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1600/2016	Aprova os Procedimentos de Comercialização 1.1, 1.2, 2.1 e 6.1, conforme condições em Anexo.
DSP 1877/2016	Determina que a CCEE apresente a metodologia que será utilizada para cumprir a disciplina estabelecida nas premissas 3.6.1.2 e 3.6.2 do Submódulo 1.6 - Comercialização Varejista, dos Procedimentos de Comercialização; bem como aprova a revisão do Submódulo 1.6 dos Procedimentos de Comercialização, conforme Anexo.
DSP 2113/2016	Aprova a adequação do Procedimento de Comercialização - PdC 5.3 - Conta Bandeiras, e determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue o aludido PdC em prazo determinado.
DSP 2769/2016	Aprova o Procedimento de Comercialização - PdC 8.1 - MCSD Mensal, Trocas Livres e 4%, conforme Anexo II da Nota Técnica citada; determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica divulgue o aludido PdC, em prazo determinado, e conforme as condições detalhadas.
DSP 3117/2016	Aprova o Procedimento de Comercialização - PdC 1.7 - Monitoramento do Mercado, conforme Anexo II da Nota Técnica SRM/ANEEL 257 de 30.11.2016; e determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue o aludido PdC em prazo determinado.
DSP 3236/2016	Aprova o modelo de Termo Aditivo ao CCEARs da Usina Hidrelétrica Dardanelos, participante do 03º LEN ANEEL 004 de 2006, e determina, em prazo determinado, que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE providencie a disponibilização dos contratos para que as partes envolvidas procedam o cumprimento dos prazos constantes no Procedimento de Comercialização submódulo 3.2. no tocante a celebração dos respectivos instrumentos contratuais, conforme modelo constante do Anexo I.
DSP 1618/2017	Determina que, para o Contrato de Energia de Reserva ANEEL 131, de 2010, o cálculo do valor do ressarcimento seja pela média aritmética dos preços mensais vigentes no ano de suprimento; determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica credite em favor da Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A, na primeira apuração de energia de reserva, os valores

	<p>citados, resultado do total da diferença entre o valor pago e o valor devido na Liquidação de Energia de Reserva, referente ao mês de junho de 2015 (1º ano de suprimento) e ao mês de junho de 2016 (2º ano de suprimento); aprova o modelo de Termo Aditivo, referente à Pequena Central Hidrelétrica Inxú, constante do Anexo; e determina que a CCEE providencie a disponibilização do termo aditivo para o cumprimento dos prazos constantes no Procedimento de Comercialização submódulo 3.2.</p>
DSP 1911/2017	<p>Aprova os Procedimentos de Comercialização - PdCs 1.1 - Adesão à CCEE, 1.2 - Cadastro de agentes, 1.4 - Atendimento; 1.5 - Desligamento da CCEE, 3.1 - Contratos do Ambiente Livre, 3.2 - Contratos do Ambiente Regulado; 3.6 - Liquidação Financeira relativa à contratação de Angra 1 e 2, 3.7 - Liquidação Financeira relativa às cotas de garantia física, 7.1 - Apuração da Energia de Reserva, 7.3 - Cessão de Energia de Reserva, conforme Anexo II da Nota Técnica SRM/ANEEL 107/2017, de 30.06.2017 e determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue esses PdCs no prazo determinado; e aprova o PdC 8.1 - MCSD mensal, trocas livres e 4% conforme Anexo II da Nota Técnica citada e determina que a CCEE divulgue no prazo determinado.</p>
DSP 1975/2018	<p>Aprova o Procedimento de Comercialização - PdC 8.5 - MCSD de Energia Nova; aprova os PdCs alterados em razão das Regras de Comercialização - versão 2018.1.0: 1.2 - Cadastro de Agentes, 1.3 - Votos e contribuições, 1.4 - Atendimento, 3.2 - Contratos do Ambiente Regulado, 3.5 - Receita de Venda de CCEAR, 7.1 - Apurações da energia de reserva e 8.1 - MCSD mensal, trocas livres e 4%, conforme Anexos da Nota Técnica citada, e determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue os aludidos PdCs em prazo determinado.</p>
DSP 004/2019	<p>Aprova o modelo de Termo de Cessão, anexo ao Procedimento de Comercialização - PdC 8.1 - MCSD mensal; bem como, determina a divulgação do mesmo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.</p>
DSP 2542/2019	<p>Aprova o Procedimento de Comercialização 1.1 - Adesão à CCEE, 1.2 - Cadastro de Agentes e 1.6 - Comercialização Varejista, conforme Anexo, com vigência a partir da data de implantação da nova plataforma de cadastro de agentes pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o que deve ocorrer até o prazo determinado, e determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue a data de implantação da nova plataforma com antecedência mínima estabelecida; e os Procedimentos de Comercialização aprovados por meio deste despacho na data de implantação da nova plataforma.</p>
DSP 2626/2019	<p>Aprova os Procedimentos de Comercialização 3.1 - Contratos do Ambiente Livre, 3.5 - Receita de Venda de CCEAR, 3.8 - Mecanismo de Venda de Excedentes e 8.1 - MCSD de Energia Existente, conforme Anexo; estabelece que o direito de que trata o item 3.19 do submódulo 8.1 dos Procedimentos de Comercialização se extingue no último processamento do MCSD Mensal de 2020 em relação aos consumidores cativos que já tenham migrado para o mercado livre e em relação àqueles que migrarem até 31.12.2019; e determina a CCEE que: encaminhe à ANEEL proposta de alteração das Regras de</p>

	Comercialização e dos Procedimentos de Comercialização para que o MCSD 4% promova trocas livres entre as distribuidoras e posteriormente a redução contratual limitada a 4%, com vigência a partir do ano seguinte a realização do mecanismo; realize, em outubro de 2019, dois MCSD, na seguinte ordem: um MCSD Trocas Livres a partir de 2020, em razão da realização de Leilão A-1, conforme condições detalhadas.
DSP 741/2020	Aprova o Submódulo 1.6 - Comercialização Varejista dos Procedimentos de Comercialização, conforme Anexo; e determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue o Submódulo aprovado por meio deste Despacho.

Tema: Procedimentos de distribuição - Consolidar por compilação - Marco V

Norma	Ementa
REN 395/2009	Aprova os Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, e dá outras providências.
REN 414/2010	Estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada.
REN 730/2016	Altera a Resolução Normativa ANEEL nº 395, de 15 de dezembro de 2009.
REN 775/2017	Altera a Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 15/09/2010, seção 1, p. 115 o Módulo 7.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET e institui o Módulo 11 - Informações na Fatura de Energia Elétrica dos Procedimentos de Distribuição - PRODIST.
REN 499/2012	Aprova o Módulo 9 - Ressarcimento de Danos Elétricos dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST; alterados os arts. 203 a 208 e o 210; revogado o art. 209; incluído o art. 209-A; bem como altera a redação das descrições referentes aos arts. 207 e 208 da tabela do Anexo III da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010.

Tema: Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET - Consolidar por compilação - Marco V

Norma	Ementa
REN 435/2011	Define a estrutura dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que consolida a regulamentação acerca dos processos tarifários.
REN 457/2011	Aprova o Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que define a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Terceiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica - 3CRTP; altera o parágrafo 21 do Anexo IV da Resolução Normativa 234 de 31.10.2006, com redação dada pela Resolução Normativa ANEEL 338 de 25.11.2008; bem como dá nova redação aos artigos 1º, 3º, 7º, 8º e 10 da Resolução Normativa ANEEL 294 de 11.12.2007.
REN 472/2012	Estabelece a metodologia para apurar a Diferença Mensal de Receita - DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa

	diferença, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, e dá outras providências.
REN 478/2012	Aprova o Submódulo 6.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata do encargo de conexão dos consumidores do subgrupo tarifário A1; revoga o parág. 42 do Submódulo 7.3 do PRORET, e dá nova redação aos parágs. 41 e 44 do submódulo citado; bem como revoga o art. 24 da Resolução Normativa ANEEL 166 de 10.10.2005.
REN 509/2012	Aprova os Submódulos 5.9 e 6.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamenta o cálculo do encargo setorial CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos e o cálculo da TAR - Tarifa Atualizada de Referência.
REN 515/2012	Aprova o Submódulo 5.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamenta o cálculo das quotas de custeio e das de energia elétrica referente ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA; bem como revoga a Resolução Normativa ANEEL 127 de 06.12.2004.
REN 537/2013	Aprova os Submódulos 8.1, 8.3 e 10.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, os quais definem conceitos gerais, metodologias aplicáveis, procedimentos gerais a serem aplicados ao processo de definição da Estrutura Tarifária e a organização geral e os prazos para execução dos processos relativos ao Primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica (ICRTP-P).
REN 549/2013	Dispõe sobre o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE às concessionárias de distribuição nos termos do art. 4º-A do Decreto 7.891 de 23.01.2013.
REN 559/2013	Estabelece o procedimento de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST.
REN 589/2013	Define os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.
REN 604/2014	Aprova o módulo 3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, que estabelece os critérios e a metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual das concessionárias de distribuição, e altera o art. 7º-A da Resolução Normativa ANEEL 421, de 30.11.2010.
REN 607/2014	Aprova a revisão Submódulos 7.1, 7.2, 7.3, 8.3 e o Submódulo 11.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; altera o parágrafo 1º do art. 1º e acrescenta o Anexo I na Resolução Normativa ANEEL 435 de 24.05.2011; altera o art. 2º e inclui o art. 3º-A da Resolução Normativa ANEEL 167 de 10.10.2005, altera o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL 421 de 30.11.2010, bem como, revoga a Resolução Normativa ANEEL 206 de 22.12.2005.
REN 608/2014	Aprova o Submódulo 12.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, de alteração do parágrafo 1º, do art. 1º, e acrescenta o Módulo 12 e submódulo 12.3, na Resolução Normativa ANEEL 435, de 24.05.2011.

REN 631/2014	Estabelece os critérios e procedimentos para revisão da alocação de cotas de garantia física e de potência das usinas hidrelétricas enquadradas na Lei 12.783 de 11.01.2013, às concessionárias de distribuição.
REN 649/2015	Aprova o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata das Bandeiras Tarifárias; altera o Anexo I da Resolução Normativa ANEEL 435, de 24.05.2011; revoga o item 10 do Submódulo 7.1 e o item 4.4 do Submódulo 7.3 do PRORET; altera a Resolução Normativa ANEEL 109, de 26.10.2004; acrescenta os artigos 5º-A e 6º-A na Resolução Normativa ANEEL 547, de 16.04.2013; altera o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL 538, de 05.03.2013, que passa a vigorar com o inciso XXVI renumerado e com a inclusão do inciso XXVII.
REN 657/2015	Aprova o Módulo 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição.
REN 703/2016	Aprova o Módulo 4 e Submódulo 6.1 do PRORET, e dá outras providências.
REN 716/2016	Agrupa as áreas de concessão atendidas por concessionárias de distribuição de energia elétrica sujeitas a controle societário comum e tratamento tarifário da nova área de concessão.
REN 731/2016	Define a metodologia de cálculo da depreciação acumulada das usinas de geração hidrelétrica e termelétrica de energia elétrica, excetuada a aplicada aos investimentos no projeto básico, para fins de indenização ou reconhecimento na base tarifária.
REN 748/2016	Estabelece os termos e condições para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica por Distribuidora Designada, nos termos do art. 9º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e da Portaria nº 388, de 26 de julho de 2016-MME e dá outras providências.
REN 770/2017	Homologa o Submódulo 6.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que estabelece os procedimentos e critérios de cálculo de tarifas relativas à Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional.
REN 774/2017	Aprova os Submódulos 9.3 e 10.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, os quais definem os procedimentos para o reajuste anual das receitas das concessionárias de transmissão.
REN 785/2017	Aprova o Submódulo 11.2 dos Procedimentos de Regulação tarifária - PRORET, que regulamenta a alocação de cotas de garantia física e de potência das usinas enquadradas na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e dá outras providências.
REN 788/2017	Aprovar o Submódulo 8.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata da Subvenção para Cooperativas com Reduzida Densidade de Carga.
REN 791/2017	Aprova o submódulo 2.9 do Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET
REN 800/2017	Regulamentação da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - Decreto nº 9022/2017.
REN 812/2018	Aprova o Submódulo 10.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que dispõe sobre as Informações Periódicas da Distribuição.

REN 816/2018	Aprova os Submódulos 9.1: Revisão periódica das receitas das concessionárias existentes e 9.2: Revisão periódica das receitas das concessionárias licitadas dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET
REN 818/2018	Aprova os Submódulos 12.1 e 12.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamenta a revisão da receita anual de geração das usinas hidrelétricas enquadradas no regime de cotas de garantia física e potência da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e dá outras providências.
REN 837/2018	Regulamentação do Encargo de Serviço de Sistema - ESS e do Encargo de Energia de Reserva - EER, para fins de cobertura tarifária.
REN 856/2019	Aprova o Submódulo 12.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual define os procedimentos para o reajuste da Receita Anual de Geração das usinas hidrelétricas enquadradas no regime de cotas de garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.
RES 023/1999	Regulamenta a fixação de Reserva Global de Reversão - RGR.
REN 775/2017	Altera a Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 15/09/2010, seção 1, p. 115 o Módulo 7.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET e institui o Módulo 11 - Informações na Fatura de Energia Elétrica dos Procedimentos de Distribuição - PRODIST.
REN 464/2011	Aprova o Módulo 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição; altera o Anexo I da Resolução Normativa ANEEL 435 de 24.05.2011; altera inciso II do art. 5º da Resolução Normativa ANEEL 077 de 18.08.2004; bem como altera o caput do art. 59 da Resolução Normativa 414 de 09.09.2010.

Tema: Processo tarifário de Permissionárias de Distribuição - Consolidar por compilação - Marco V

Norma	Ementa
REN 704/2016	Aprova o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que define as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; e aprova a minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.
REN 813/2018	Definição dos procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo das tarifas iniciais para cooperativas de eletrificação rural a serem enquadradas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Tema: Produção e Comercialização de Energia - Consolidar por compilação - Marco V

Norma	Ementa
REN 062/2004	Estabelece os procedimentos para o cálculo do montante correspondente à energia de referência de empreendimento de geração de energia elétrica, para fins de participação no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia

	Elétrica - PROINFA, nos termos do Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, e dá outras providências
REN 077/2004	Estabelece os procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para empreendimentos hidrelétricos e aqueles com base em fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada.
REN 167/2005	Estabelece as condições para a comercialização da energia elétrica, proveniente de geração distribuída, por concessionária, permissionária ou autorizada de serviço público de distribuição, que atue no Sistema Interligado Nacional - SIN.
REN 228/2006	Estabelece os requisitos para a certificação de centrais geradoras termelétricas na modalidade de geração distribuída, para fins de comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, conforme disposto no art. 14, inciso II, do Decreto nº 5.163, de 30.07.2004.
REN 406/2010	Estabelece os critérios a serem observados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no suprimento de energia elétrica à República Argentina e à República Oriental do Uruguai, no ano de 2010.
REN 409/2010	Estabelece critérios e procedimentos para participação de empreendimento hidrelétrico não despachado centralizadamente no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.
REN 425/2011	Aprova os critérios para definição das instalações de geração de energia elétrica de interesse do sistema elétrico interligado e daquelas passíveis de descentralização das atividades de controle e fiscalização, sob coordenação da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG/ANEEL.
REN 492/2012	Estabelece critérios para empreendimentos que entraram em operação comercial no período de 31.12.2010 a 30.12.2011 permanecerem no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.
REN 541/2013	Estabelece as disposições relativas ao padrão de qualidade do serviço de geração de energia elétrica prestado por concessionárias de usinas hidrelétricas alcançadas pela Lei 12.783 de 11.01.2013 e o Decreto 7.805 de 14.09.2012.
REN 583/2013	Estabelece os procedimentos e condições para obtenção e manutenção da situação operacional e definição de potência instalada e líquida de empreendimento de geração de energia elétrica.
REN 595/2013	Estabelece as condições para contratação de energia elétrica em caso de atraso do início da operação comercial de unidade geradora ou empreendimento de importação de energia
REN 614/2014	Consolida as normas referentes à apuração de indisponibilidade de unidade geradora ou empreendimento de importação de energia conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, estabelece novos critérios de apuração e de verificação de lastro e dá outras providências.
REN 684/2015	Estabelece os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.

REN 696/2015	Estabelece critérios para classificação, formulação do Plano de Segurança e realização da Revisão Periódica de Segurança em barragens fiscalizadas pela ANEEL.
REN 697/2015	Estabelece os procedimentos para prestação de serviços ancilares e adequação de instalações de centrais geradoras motivada por alteração na configuração do sistema elétrico.
REN 792/2017	Estabelece os critérios e as condições do programa da Resposta da Demanda.
REN 795/2017	Estabelece os critérios e procedimentos para a atualização do valor do patamar da função de custo do déficit de energia elétrica de que trata a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 7/2016
REN 817/2018	Estabelece os critérios para tratamento do Excedente Financeiro e das Exposições Financeiras na contabilização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 836/2018	Aprova o Submódulo 12.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que define a metodologia de cálculo das cotas-partes das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e da Usina Hidrelétrica de Itaipu e dá outras providências.
REN 843/2019	Estabelece critérios e procedimentos para elaboração do Programa Mensal da Operação Energética - PMO e para a formação do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD.
REN 858/2019	Estabelece os critérios e procedimentos para o cálculo dos limites máximo e mínimo do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e do valor da tarifa de energia de otimização referente à cessão de energia efetuada pelo comercializador de energia da Usina Hidroelétrica Itaipu (TEOItaipu).
RES 169/2001	Estabelece critérios para a utilização do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, por centrais hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
RES 248/2002	Atualiza procedimentos, fórmulas e limites de repasse dos preços de compra de energia elétrica para as tarifas de fornecimento de concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.
RES 488/2002	Estabelece para os contratos de compra de energia, de centrais termelétricas integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT, os valores normativos conforme quadro especificado, regulamentando o estabelecido na Resolução CNPE 007 de 21.08.2002, no que se refere à aplicação destes valores, vigentes até a data da edição da Resolução ANEEL 248 de 06.05.2002, para a energia gerada pelos empreendimentos especificados.
REN 065/2004	Estabelece a energia assegurada de pequenas centrais hidrelétricas e a energia de referência de usinas eólicas e usinas termelétricas a biomassa.
Tema: Regras de Comercialização - Consolidar por compilação - Marco V	
Norma	Ementa

REN 152/2005	Autoriza alterações em um subconjunto de expressões algébricas das Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão janeiro/2005, aprovadas pela Resolução Normativa nº 145, de 1º de fevereiro de 2005.
REN 168/2005	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, referentes aos módulos de Penalidades e ao de Cálculo das Garantias Financeiras e Rateio de Inadimplência.
REN 210/2006	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão janeiro/2006, de que trata a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica instituída pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004.
REN 275/2007	Aprova a alteração das Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2007, em face da consideração dos efeitos do Termo de Compromisso firmado entre ANEEL e a Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS.
REN 281/2007	Fixa o prazo para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE republicar as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2007, em face ao critério de alívio de exposições financeiras de autoprodução adotados nas Regras de Comercialização, versão 2006.
REN 305/2008	Aprova as Regras de Comercialização referentes ao repasse do custo de sobrecontratação de energia elétrica e altera dispositivos da Resolução Normativa nº 255, de 6 de março de 2007.
REN 584/2013	Estabelece prazos e condições para sazonalização e modulação de garantia física de usinas de geração de energia elétrica, bem como para sazonalização da energia vinculada referente à Usina Hidrelétrica - UHE Itaipu.
REN 661/2015	Aprova a alteração do módulo de encargos das regras de comercialização de energia elétrica aplicáveis ao novo Sistema de Contabilização e Liquidação, de modo a estabelecer a classificação das restrições de operação entre subsistemas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, aplicável ao rateio dos encargos de serviços do sistema motivados por restrições de operação.
REN 764/2017	Estabelece o montante de energia elegível, a valoração e as condições de pagamento para os participantes do Mecanismo de Realocação de Energia do custo do deslocamento da geração hidrelétrica decorrente de geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e de importação de energia sem garantia física.
REN 869/2020	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL.
RES 040/2003	Aprova as Regras de Mercado, componentes da versão 3.1, que estabelecem a modulação ex-ante de contratos iniciais, para fins de contabilização e liquidação das transações de compra e venda de energia elétrica, no período de 01.01.2003 a 30.06.2003.
RES 462/2003	Aprova as Regras de Mercado, componentes da versão 3.1.b, que considera a alteração da sistemática de estabelecimento do Preço Mínimo do Mercado de Curto Prazo (PMAE_min), de que trata a Resolução ANEEL 377 de 30.07.2003.
REN 881/2020	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL.

REN 879/2020	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL. Tema: Regulação Prudencial e Corporativa - Consolidar por compilação - Marco
--------------	---

V

Norma	Ementa
REN 149/2005	Estabelece os procedimentos para solicitação de anuência, pelos agentes prestadores de serviço de energia elétrica, para alteração de atos constitutivos, e indica os casos previamente autorizados.
REN 378/2009	Estabelece procedimentos para análise de atos de concentração e infrações à ordem econômica no setor de energia elétrica.
REN 484/2012	Estabelece os procedimentos a serem adotados pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica para obtenção de anuência à transferência de controle societário.
REN 691/2015	Disciplina a desvinculação, por iniciativa de agente setorial, de bens vinculados aos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia.
REN 699/2016	Regulamenta o inciso XIII do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que trata dos controles prévio e a posteriori sobre atos e negócios jurídicos entre as concessionárias, permissionárias e autorizadas e suas partes relacionadas, revoga a Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008, e dá outras providências.
REN 747/2016	Estabelece critérios para limitação de distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio em razão da violação de indicadores de continuidade, para as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica com contratos de concessão que contenham cláusulas relativas à restrição de proventos.
REN 766/2017	Disciplina a constituição de garantias pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e dá outras providências.
REN 787/2017	Regulamenta a avaliação da qualidade dos sistemas de governança corporativa a ser aplicada as distribuidoras de energia elétrica, e dá outras providências.

ANEXO III - Relação de atos normativos inferiores a decreto emitidos pela ANEEL e vigentes em 15 de setembro de 2020.

Legendas

REN: Resolução Normativa

RES: Resolução (anteriores a 2004)

REC: Resolução Conjunta

DSP: Despacho

PRT: Portaria

Ato	Ementa
-----	--------

PRT MME 349/1997	Aprova o regimento interno da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
RES 064/1998	Determina que os concessionários e permissionários do serviço público de energia elétrica publiquem as demonstrações financeiras de cada exercício até o dia 25 de abril do ano seguinte.
RES 242/1998	resolve que os concessionários de serviço de distribuição de energia elétrica deverão aplicar anualmente recursos de, no mínimo, 1% da receita operacional anual apurada no ano anterior para o desenvolvimento de ações com o objetivo de incrementar a eficiência no uso e na oferta de energia elétrica.
RES 244/1998	Estabelece os critérios de cálculo dos montantes de energia e demanda de potência, a serem considerados nos contratos iniciais.
RES 249/1998	Estabelece as condições de participação dos agentes no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE e diretrizes para estabelecimento do Mecanismo de Realocação de Energia.
RES 262/1998	Estabelece a composição da rede básica dos sistemas elétricos interligados nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, as receitas permitidas vinculadas às referidas instalações, a tarifa de uso da transmissão da rede básica e os encargos de conexão.
RES 271/1998	Dá nova redação aos arts. 2º e 7º da RES ANEEL 249 de 11.08.1998, que trata da participação no Mercado Atacadista de Energia - MAE e do Mecanismo de Realocação de Energia.
RES 307/1998	Aprova o Estatuto do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
RES 351/1998	Autoriza o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a executar as atividades de coordenação e controle da operação de geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.
RES 380/1998	Permite que a coordenação do Comitê Executivo do Grupo Coordenador para Operação Interligada - GCOI, seja exercida pelo presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
RES 018/1999	Homologa o Acordo de Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
RES 023/1999	Regulamenta a fixação de Reserva Global de Reversão - RGR.
RES 066/1999	Estabelece a composição da Rede Básica do sistema elétrico interligado brasileiro, suas conexões e as respectivas empresas usuárias das instalações.
RES 223/1999	Regulamenta a comercialização de energia não assegurada para consumidores do grupo tarifário "A".
RES 247/1999	Altera as condições gerais da prestação de serviços de transmissão e contratação do acesso, compreendendo os Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST, Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST e do Contrato de Conexão do Sistema de Transmissão - CCT, vinculadas à celebração dos contratos iniciais de compra e venda de energia elétrica.

RES 261/1999	Regulamenta a obrigatoriedade de aplicação de recursos das concessionárias de energia elétrica em ações de combate ao desperdício de energia elétrica e pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor elétrico para o biênio 1999/2000.
RES 281/1999	Estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.
REC 001/1999	Aprova o Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infra-estrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.
RES 334/1999	Autoriza as concessionárias do serviço público de energia elétrica a desenvolverem projetos visando a melhoria do fator de carga de unidades consumidoras.
RES 008/2000	Altera data limite para assinatura dos Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT.
RES 023/2000	Estabelece o Plano de Contas a ser utilizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, a partir de 01.01.2000, com os objetivos, características e naturezas, as instruções gerais e o elenco de contas.
RES 112/2000	Dá nova redação ao Inciso IV do art. 3º da Resolução ANEEL 351, de 11.11.1998, que autoriza o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a coordenar e controlar a operação de geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.
RES 166/2000	Atualiza a composição da rede básica do sistema elétrico interligado, suas conexões e as respectivas empresas usuárias das instalações.
RES 271/2000	Estabelece para os concessionários e permissionários do serviço público de distribuição de energia elétrica, os critérios de aplicação de recursos em ações de combate ao desperdício de energia elétrica e pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor elétrico brasileiro.
RES 290/2000	Homologa as Regras do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, e fixa as diretrizes para sua implantação gradual.
RES 383/2000	Aprova alterações no Estatuto do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, referendadas pela Assembléia Geral Ordinária da Associação.
RES 554/2000	Estabelece que a Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - ASMAE, apresente Plano de Ação abrangendo todo o período necessário à conclusão da implantação das regras do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
RES 044/2001	Estabelece as diretrizes e condições para os contratos iniciais de compra e venda de energia elétrica e demanda de potência entre as concessionárias especificadas.
RES 067/2001	Estabelece o procedimento para o cálculo e recolhimento da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, devida pelos concessionários e autorizados de geração hidrelétrica, dá outras providências e revoga as Portarias DNAEE 304 de 29.04.1993, 827 de 20.07.1993 e as disposições da Portaria 033 de 02.03.1995, que com esta conflitam.

RES 088/2001	Estabelece a metodologia para rateio da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica, devido pelas centrais hidrelétricas e royalties de ITAIPU Binacional, entre Estados, Distrito Federal e municípios.
REC 002/2001	Aprova o Regulamento Conjunto de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.
RES 145/2001	Autoriza as concessionárias e permissionárias de energia elétrica a negociarem demanda de potência e/ou uso do sistema elétrico, bem como a respectiva energia associada.
RES 153/2001	Altera os critérios de aplicação de recursos para o ciclo 2000 / 2001, estabelecidos nos Programas Anuais de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica, pela Resolução ANEEL 271 de 19.07.2000.
RES 186/2001	Altera o art. 2º e promove ajustes na Resolução ANEEL 153 de 18.04.2001, que trata dos critérios para aplicação de recursos em ações de combate ao desperdício, referentes ao Programa Anual de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica, para o ciclo 2000 / 2001.
RES 208/2001	Altera a Resolução ANEEL 281 de 01.10.1999, que estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica, com prazo de republicação integral da mesma.
RES 169/2001	Estabelece critérios para a utilização do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, por centrais hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
RES 332/2001	Exclui das tarifas de energia elétrica, por ocasião dos reajustes tarifários, a parcela destinada à implantação e operação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
RES 340/2001	Homologa as normas para comercialização temporária de energia elétrica em razão do programa emergencial de racionamento, adequadas ao disposto nas Resoluções GCE/PR 022 de 04.07.2001 e 029 de 24.07.2001, a serem implantadas pela Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - ASMAE
RES 352/2001	Prorroga o prazo estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL 185 de 21.05.2001, de recolhimento da parcela dos recursos destinados à Pesquisa & Desenvolvimento - P & D, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT
RES 390/2001	Estabelece os procedimentos para consumidores adquirirem diretamente de autoprodutores e produtores independentes de energia elétrica, parcela excedente à meta de consumo fixada durante o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.
RES 394/2001	Estabelece critérios para aplicação de recursos em projetos de combate ao desperdício de energia elétrica.
RES 502/2001	Aprova o Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico Brasileiro, versão novembro de 2001

RES 600/2001	Estabelece os procedimentos e critérios para recolhimento de valores referentes aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica, da competência de novembro e dezembro de 2001, em favor da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC.
RES 597/2001	Prorroga as condições especiais para comercialização temporária de energia elétrica oriunda de excedentes de centrais cogeneradoras, autoprodutoras e centrais geradoras de emergência.
RES 012/2002	Estabelece as condições gerais para a regularização de cooperativas de eletrificação rural, nos termos do art. 23 da Lei 9.074 de 07.07.1995.
RES 072/2002	Estabelece os procedimentos a serem observados pelas empresas de energia elétrica para registro contábil dos efeitos decorrentes da Medida Provisória 014 e Resolução GCE 091, ambas de 21.12.2001.
RES 073/2002	Estabelece as normas, estrutura e forma de funcionamento para a transição no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, do período de auto-regulado para a regulamentação por parte da ANEEL.
RES 101/2002	Revoga a Resolução ANEEL nº 162, de 20 de abril de 2001.
RES 102/2002	Institui a Convenção do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, estabelecendo a estrutura e a forma de funcionamento do MAE.
RES 103/2002	Autoriza o Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, a atuar segundo regras e procedimentos de mercado estabelecidos pela ANEEL, na viabilização de compra e venda de energia elétrica.
RES 245/2002	Estabelece as regras para o acesso temporário aos sistemas de transmissão e de distribuição de energia elétrica por centrais geradoras contratadas com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE.
RES 248/2002	Atualiza procedimentos, fórmulas e limites de repasse dos preços de compra de energia elétrica para as tarifas de fornecimento de concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.
RES 263/2002	Prorroga o prazo de entrega da revisão do módulo 19 dos Procedimentos de Rede, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
RES 357/2002	Estabelece procedimentos para revisão da receita anual permitida vinculada às instalações de transmissão da Rede Básica e de Conexões da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, e fixa os valores da primeira etapa.
RES 358/2002	Estabelece o valor das tarifas de uso das instalações de transmissão de energia elétrica, componentes da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado.
RES 423/2002	Estabelece as condições gerais para comercialização, por meio de leilões públicos, da energia elétrica das geradoras sob controle federal.
RES 447/2002	Estabelece as condições gerais para implementação do que dispõe o art. 2º da Lei 10.438 de 26.04.2002, regulamentando o tratamento a ser dado à compra das sobras líquidas contratuais e ao rateio da energia livre no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.

RES 482/2002	Homologa o montante relativo as variações de valores financeiros de itens da "Parcela A", constantes dos contratos de concessão, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, para as concessionárias de distribuição de energia elétrica, conforme determinação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
RES 483/2002	Homologa o montante relativo a compra de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, durante a vigência do Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica, no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, para as concessionárias de distribuição de energia elétrica, conforme determinação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
RES 484/2002	Fixa os prazos máximos de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, conforme determinação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
RES 487/2002	Altera o art. 3º da Resolução ANEEL 248 de 06.05.2002, referente aos procedimentos para o cálculo dos limites de repasse dos preços de compra de energia elétrica para as tarifas de fornecimento.
RES 488/2002	Estabelece para os contratos de compra de energia, de centrais termelétricas integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT, os valores normativos conforme quadro especificado, regulamentando o estabelecido na Resolução CNPE 007 de 21.08.2002, no que se refere à aplicação destes valores, vigentes até a data da edição da Resolução ANEEL 248 de 06.05.2002, para a energia gerada pelos empreendimentos especificados.
RES 493/2002	Estabelece a metodologia e critérios gerais para definição da base de remuneração, visando a revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição de energia elétrica.
RES 513/2002	Estabelece os procedimentos para determinação de adicional financeiro devido a sobrecargas que ocasionem perda adicional de vida útil em instalações de transmissão do sistema elétrico, integrantes ou não da rede básica.
RES 552/2002	Estabelece os procedimentos relativos à liquidação das operações de compra e venda de energia elétrica, no mercado de curto prazo, no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, e trata das garantias financeiras e penalidades.
RES 610/2002	Altera os artigos 6º e 12, e revoga o inciso III do artigo 11 da Resolução ANEEL 552 de 14.10.2002, que estabelece os procedimentos relativos à liquidação das operações de compra e venda de energia elétrica, a curto prazo, no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
RES 635/2002	Autoriza o Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE a criar mecanismos para efetuar a liquidação financeira de que trata o art. 11 da RES ANEEL 552 de 14.10.2002, por meio de compensação de créditos e débitos contabilizados mensalmente, e/ou por meio de operações no âmbito de grupos de empresas vinculadas.
RES 655/2002	Acrescenta o parágrafo 6º ao art. 14, da Resolução ANEEL 281 de 01.10.1999, que trata das condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e

	a conexão dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como prorroga o prazo de que trata o art. 4º da Resolução ANEEL 358 de 28.06.2002, relativo aos contratos.
RES 667/2002	Estabelece os procedimentos para a determinação dos preços dos contratos de compra de energia elétrica dos consumidores finais das concessionárias de serviço público de geração.
RES 674/2002	Estabelece os procedimentos para implementação do Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica - SAMP, em substituição ao Acompanhamento de Mercado Padronizado - AMP.
RES 763/2002	Autoriza o Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE a realizar, de forma condicionada, a liquidação financeira de que dispõe o art. 11 da Resolução 552, de 14 de outubro de 2002.
RES 040/2003	Aprova as Regras de Mercado, componentes da versão 3.1, que estabelecem a modulação ex-ante de contratos iniciais, para fins de contabilização e liquidação das transações de compra e venda de energia elétrica, no período de 01.01.2003 a 30.06.2003.
RES 091/2003	Estabelece as condições para implementação do limite de contratação de energia elétrica para agentes participantes do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, conforme definido no Decreto 4.562 de 31.12.2002.
RES 223/2003	Estabelece as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de pedidos de fornecimento ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos arts. 14 e 15 da Lei 10.438 de 26.04.2002, bem como fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.
RES 237/2003	Determina ajustes no cronograma para implantação das regras do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, estabelecido por meio da Resolução ANEEL 446 de 22.08.2002.
RES 246/2003	Estabelece as condições gerais para a compra de energia elétrica, por meio de licitação, na modalidade de leilão, pelas concessionárias do serviço público de distribuição, conforme disposto no Decreto 4.562 de 31.12.2002.
RES 329/2003	Altera o parágrafo 2º do art. 2º da Resolução ANEEL 246 de 23.05.2003, que estabelece as condições gerais para a compra de energia elétrica, por meio de licitação, na modalidade de leilão, pelas concessionárias do serviço público de distribuição, conforme disposto no Decreto 4.562 de 31.12.2002.
RES 331/2003	Estabelece os critérios gerais para homologação dos Termos Aditivos aos Contratos Iniciais e Equivalentes, conforme previsto no parág. 7º do art. 27 da Lei 10.438 de 26.04.2002, regulamentado pelo art. 1º do Decreto 4.767 de 26.06.2003.
RES 352/2003	Estabelece as condições para implementação da sistemática de verificação do lastro de contratos de venda de energia elétrica, registrados no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, conforme o art. 5º da Resolução ANEEL 249 de 11.08.1998, bem como altera o art. 1º da Resolução ANEEL 091 de 27.02.2003.

RES 353/2003	Estabelece as condições gerais para a venda exclusiva de excedentes de energia elétrica, decorrentes da liberação dos Contratos Iniciais ou Equivalentes, mediante licitação, na modalidade de leilão público, para consumidores finais, nos termos do parág. 5º, inciso I, art. 27 da Lei 10.438 de 26.04.2002, acrescido pelo art. 6º da Lei 10.604 de 17.12.2002, e da Resolução CNPE 003 de 22.05.2003.
DSP 499/2003	Aprova o Procedimento do Mercado para Revisão da Sazonalização de Energia Assegurada - PM-CO.07, vinculado às Regras de Mercado, na versão 3.1, que trata da redução dos benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, que deverá ser divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
RES 396/2003	Altera o prazo de vigência estabelecido no parág. 2º do art. 4º da Resolução ANEEL 169 de 03.05.2001, que estabelece critérios para a utilização do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, por centrais hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
RES 462/2003	Aprova as Regras de Mercado, componentes da versão 3.1.b, que considera a alteração da sistemática de estabelecimento do Preço Mínimo do Mercado de Curto Prazo (PMAE_min), de que trata a Resolução ANEEL 377 de 30.07.2003.
DSP 642/2003	Aprova o Procedimento de Mercado para estabelecer Preços do MAE (PM_PE.01), vinculado às Regras do Mercado, componentes da versão 3.1.b, que considera a alteração da sistemática de estabelecimento do Preço Mínimo do Mercado de Curto prazo (PMAE_min), que deverá ser divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
RES 476/2003	Altera o art. 10 da Resolução no 283, de 18 de junho de 2003, relativo ao prazo para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, os Produtores Independentes de Energia - PIEs contratados e as concessionárias ou permissionárias de serviços de distribuição se adequarem às condições de despacho previstas naquela Resolução.
DSP 570/2003	Aprova o Procedimento do Mercado para Divulgação de Resultados - PM-DR.01, vinculado às Regras de Mercado, na versão 3.1, que trata da redução dos benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, que deverá ser divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
DSP 710/2003	Aprova o Procedimento de Mercado para Modelagem de Contratos Derivados do Leilão de Excedentes de Energia Elétrica - PM ME.03, que deverá ser divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
DSP 712/2003	Aprova o Procedimento de Mercado para Aplicação de Penalidade por Insuficiência de Contratação e Penalidade por Insuficiência de Lastro de Venda, PM - AM.08, que deverá ser divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
RES 675/2003	Autoriza a utilização, em caráter provisório, dos módulos 8, 10 e 14 e dos submódulos 10.21, 10.22, 10.23 e 10.24, dos Procedimentos de Rede.

RES 688/2003	Aprova as Regras de Mercado, componentes da versão 3.5, que incorpora incentivo à eficiência de usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.
RES 727/2003	Estabelece, em face do art. 10 da Lei 10.762 de 11.11.2003, a forma e o prazo para a sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, em favor de titulares de concessão já outorgada referente a aproveitamento hidrelétrico com potência maior que 30 MW, a ser implantado inteiramente em sistema elétrico isolado e que substitua geração termelétrica que utilize derivado de petróleo.
RES 001/2004	Estabelece critérios para classificação e numeração de Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e dá outras providências.
DSP 121/2004	Aprova o Procedimento do Mercado para a Manutenção do Cadastro do Sistema Elétrico - PM-ME.02, atualizado em função da versão 3.5 da Regra de Mercado, que incorpora incentivo a usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, e deverá ser divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.
REN 046/2004	Altera a Resolução ANEEL 459 de 05.09.2003, que trata da utilização de recursos provenientes de uso de bem público (UBP) e multas aplicadas pela ANEEL, exclusivamente, para dar suporte à implantação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos.
REN 056/2004	Estabelece os procedimentos para acesso das centrais geradoras participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, regulamentando o art. 3º, parág. 5º da Lei 10.438 de 26.04.2002, incluído pela Lei 10.762 de 11.11.2003, e regulamentado pelo Decreto 5.025 de 30.03.2004.
REN 062/2004	Estabelece os procedimentos para o cálculo do montante correspondente à energia de referência de empreendimento de geração de energia elétrica, para fins de participação no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, nos termos do Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, e dá outras providências
REN 065/2004	Estabelece a energia assegurada de pequenas centrais hidrelétricas e a energia de referência de usinas eólicas e usinas termelétricas a biomassa.
REN 067/2004	Estabelece critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, e dá outras providências
REN 068/2004	Estabelece os procedimentos para acesso e implementação de reforços nas Demais Instalações de Transmissão, não integrantes da Rede Básica, e para a expansão das instalações de transmissão de âmbito próprio, de interesse sistêmico, das concessionárias ou permissionárias de distribuição, e dá outras providências.
REN 070/2004	Estabelece as receitas anuais permitidas para as concessionárias de transmissão de energia elétrica, pela disponibilização das instalações de transmissão, integrantes da rede básica, e das demais instalações de transmissão.
REN 077/2004	Estabelece os procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para empreendimentos

	hidrelétricos e aqueles com base em fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada.
REN 078/2004	Determina ao Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, a responsabilidade pela elaboração de documentos, pertinentes à realização do Leilão de compra e venda de energia, previsto no art. 25 do Decreto 5.163 de 30.07.2004, a serem apresentados à ANEEL.
REN 084/2004	Altera os arts. 3º, 7º, 9º, 15 e 16, e revoga o parág. 3º do art. 3º e o parágrafo único do art. 9º, da Resolução ANEEL 249 de 06.05.2002, que estabelece critérios e procedimentos para a definição de encargos tarifários relativos à aquisição de energia elétrica e à contratação de capacidade de geração ou potência pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, bem como determina o prazo para republicação atualizada da mesma.
REN 109/2004	Institui a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, estabelecendo a estrutura e a forma de funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 115/2004	Determina ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que proceda à revisão dos Procedimentos de Rede, adequando-os à legislação vigente, estabelecendo o prazo para entrega.
DSP 1073/2004	Aprova e determina que os procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica especificados, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
REN 150/2005	Altera a forma de cálculo de garantias financeiras das Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão janeiro / 2005, aprovadas pela Resolução Normativa ANEEL 145 de 01.02.2005
REN 149/2005	Estabelece os procedimentos para solicitação de anuência, pelos agentes prestadores de serviço de energia elétrica, para alteração de atos constitutivos, e indica os casos previamente autorizados.
REN 152/2005	Autoriza alterações em um subconjunto de expressões algébricas das Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão janeiro/2005, aprovadas pela Resolução Normativa nº 145, de 1º de fevereiro de 2005.
REN 155/2005	Estabelece os critérios a serem utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e Pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, na determinação dos limites de disponibilidade de geração e de garantia física de energia, para a Usina Termelétrica Uruguaiana e das Interconexões de Garabi, da Companhia de Interconexão Energética - CIEN.
DSP 487/2005	Aprova a versão 2 do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC.A.C.01 - Celebração de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, de Leilão de compra de energia elétrica, proveniente de empreendimentos existentes, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que divulgue o referido Procedimento.

REN 154/2005	Altera a redação do art. 2º, e do inciso III, parág. 1º do art. 6º, da Resolução ANEEL 223 de 29.04.2003, que estabelece as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica.
REN 157/2005	Altera a redação do art. 3º da Resolução Normativa ANEEL 077 de 18.08.2004, que estabelece os procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição.
DSP 762/2005	Aprova os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica versão 2005, Lote 2, especificados, bem como determina que tenham aplicação imediata, e que sejam divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e que o Acordo Operacional celebrado entre a CCEE e o Operador Nacional do Sistema - ONS, seja divulgado por ambos.
DSP 1202/2005	Aprova e determina que os procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica especificados, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
REN 167/2005	Estabelece as condições para a comercialização da energia elétrica, proveniente de geração distribuída, por concessionária, permissionária ou autorizada de serviço público de distribuição, que atue no Sistema Interligado Nacional - SIN.
DSP 1578/2005	Aprova e determina que os procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica especificados, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
REN 168/2005	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, referentes aos módulos de Penalidades e ao de Cálculo das Garantias Financeiras e Rateio de Inadimplência.
DSP 1945/2005	Aprova o procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.10, e determina sua aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
REN 173/2005	Estabelece a previsão do custo do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, a ser contemplado nos reajustes ou revisões das tarifas, em 2006, das concessionárias de distribuição do Sistema Interligado Nacional.
REN 175/2005	Estabelece as condições para a revisão das metas rurais dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando à prorrogação dos prazos de execução do Programa LUZ PARA TODOS, biênio 2009-2010, mediante o disposto nos Termos de Compromisso firmados entre as concessionárias e permissionárias de distribuição e o Ministério de Minas e Energia - MME
REN 176/2005	Estabelece os critérios para aplicação de recursos em Programas de Eficiência Energética, bem como aprova o Manual a ser utilizado pelas as concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.
REN 191/2005	Estabelece os procedimentos para a determinação da capacidade operativa das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, componentes do Sistema Interligado Nacional, bem como define as Funções Transmissão e os respectivos Pagamentos Base.

REN 204/2005	Estabelece o encerramento da cobrança do encargo de capacidade emergencial, definido pela Lei 10.438 de 26.04.2002.
REN 205/2005	Estabelece os procedimentos e as condições gerais, para o enquadramento de cooperativas de eletrificação rural, como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e autorização para operação de instalações de distribuição de uso privativo, em área rural, bem como aprova o modelo de Contrato de Permissão.
REN 210/2006	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão janeiro/2006, de que trata a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica instituída pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004.
REN 213/2006	Altera a redação dos arts. 2º, 4º, 13, 42 e 45 da Resolução Normativa ANEEL 205 de 22.12.2005, que estabelece os procedimentos e as condições gerais, para o enquadramento de cooperativas de eletrificação rural, como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e autorização para instalações de distribuição de uso privativo, em área rural.
DSP 523/2006	Aprova e determina que o procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.11, tenha aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
REN 215/2006	Estabelece nova redação do Manual para elaboração do Programa de Eficiência Energética, e inclui parágrafo único ao art. 8º da Resolução Normativa ANEEL 176 de 28.11.2005, referente à sua localização.
DSP 777/2006	Aprova e determina que o Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.12, tenha aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 778/2006	Aprova e determina que o Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC CO.12, tenha aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
REN 218/2006	Estabelece os critérios para definição das cotas - parte anuais, referentes à compra de energia e potência de Itaipu, pelas distribuidoras de energia elétrica.
REN 219/2006	Aprova o Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica e dá outras providências.
REN 224/2006	Estabelece os valores de garantia física de energia da Estação Conversora de Freqüência de Garabi, da Companhia de Interconexão Energética - CIEN.
DSP 1523/2006	Aprova e determina que o Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.10, tenha aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
REN 225/2006	Estabelece as condições para a anuência, no âmbito do Sistema Integrado do Comércio Exterior - SISCOMEX, às operações de importação e de exportação

	de energia elétrica, realizadas no Sistema Interligado Nacional - SIN e no sistema isolado.
REN 228/2006	Estabelece os requisitos para a certificação de centrais geradoras termelétricas na modalidade de geração distribuída, para fins de comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, conforme disposto no art. 14, inciso II, do Decreto nº 5.163, de 30.07.2004.
REN 229/2006	Estabelece as condições gerais para a incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao Ativo Imobilizado em Serviço das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, e dá outras providências.
REN 235/2006	Estabelece os requisitos para a qualificação de centrais termelétricas cogeneradoras de energia e dá outras providências.
DSP 2773/2006	Aprova e determina que os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC CO.02, PdC CO.07 e PdC CO.11, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
REN 238/2006	Altera o art. 14 da Resolução 223 de 29.04.2003, referente aos critérios de aplicação de penalidades, estabelecidos pelo não cumprimento, por parte das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, das metas estabelecidas para o Programa de Universalização, bem como insere o parág. 6º no art. 4º da Resolução Normativa ANEEL 175 de 28.11.2005.
REN 243/2006	Altera a metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD e das Tarifas de Energia Elétrica - TE aplicáveis às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional - SIN, com mercado próprio inferior a 500 GWh / ano, nos termos do Decreto 4.541 de 23.12.2002, bem como altera os arts. 3º, 6º, 14 e 23 da Resolução Normativa 166 de 10.10.2005 e os arts. 3º, 11, 18 e 19 e substitui o Anexo III da Resolução Normativa 206 de 22.12.2005.
REN 246/2006	Estabelece a estrutura ótima de capital e o custo de capital a ser utilizado no segundo ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, em atendimento ao disposto no art. 6º, parág. 2º, da Resolução Normativa nº 234 de 31 de outubro de 2006.
REN 247/2006	Estabelece as condições para a comercialização de energia elétrica, oriunda de empreendimentos de geração que utilizem fontes primárias incentivadas, com unidade ou conjunto de unidades consumidoras cuja carga seja maior ou igual a 500 kW, no âmbito do Sistema Interligado Nacional - SIN.
REN 244/2006	Altera a redação dos arts. 8º, 9º e 12 da Resolução Normativa ANEEL 229 de 08.08.2006, que estabelece as condições gerais para a incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao Ativo Imobilizado em Serviço das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.
REN 248/2007	Altera o art. 8º da Resolução Normativa 067 de 08.06.2004, bem como o art. 18 da Resolução ANEEL 281 de 01.10.1999, que respectivamente tratam dos

	critérios para composição da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, e das condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.
REN 257/2007	Estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização da primeira Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.
DSP 648/2007	Aprova e determina que os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.02 e PdC AC.03 , tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 649/2007	Aprova e determina que os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC DR.01, PdC AM.09 e PdC AM.12, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 650/2007	Aprova e determina que os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC CO.01, PdC CZ.01, PdC AC.05 e PdC Glossário de Termos da CCEE, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
DSP 651/2007	Aprova e determina que o Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC PE.01 tenha aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o divulgue incorporando o disposto na Nota Técnica SEM/ANEEL 085 de 12.03.2007.
REN 259/2007	Altera o art. 1º da Resolução Normativa ANEEL 246 de 21.12.2006, que estabeleceu a estrutura ótima de capital e o custo de capital a ser utilizado no segundo ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica.
REN 260/2007	Altera dispositivos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, instituída pela Resolução Normativa ANEEL 109 de 26.10.2004, que estabeleceu a estrutura e a forma de funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1141/2007	Aprova e determina que os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.04 e PdC LF.02 tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
REN 263/2007	Altera o parágrafo único do art. 1º, bem como o art. 22 do Anexo da Resolução Normativa ANEEL 109 de 26.10.2004, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, referente ao funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1246/2007	Aprova e determina que os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC AG.01, PdC AG.02 e PdC AG.03, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.

DSP 1247/2007	Aprova e determina que os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC ME.01 e PdC ME.02, tenham aplicação imediata, e que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os divulgue incorporando as contribuições aceitas durante o processo de Consulta Pública.
REN 262/2007	Dispõe sobre os procedimentos para assegurar a prorrogação das concessões de uso do bem público dos empreendimentos de geração de energia elétrica de que trata o Decreto 5.911 de 27.09.2006.
REN 264/2007	Altera o parágrafo único do art. 3º da Resolução Normativa ANEEL 224 de 20.06.2006, que estabelece os valores de garantia física de energia da Estação Conversora de Frequência de Garabi, da Companhia de Interconexão Energética - CIEN.
DSP 1514/2007	Promove a alteração do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC LF.02 - Liquidação Financeira do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, bem como determina a divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1997/2007	Aprova a nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.11 - Divulgação de Informações de Autoprodução e Produção Independente de Energia para Aplicação das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão, bem como determina a aplicação imediata e a divulgação do referido Procedimento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 269/2007	Altera os arts. 2º, 5º e 6º da Resolução Normativa ANEEL 062 de 05.05.2004, que estabelece os procedimentos para o cálculo do montante, correspondente à energia de referência de empreendimentos de geração, para fins de contratação com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.
REN 271/2007	Altera a redação dos arts. 1º e 3º da Resolução Normativa ANEEL 077 de 18.08.2004, que estabelece os procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para empreendimentos hidrelétricos, caracterizados como Pequena Central Hidrelétrica, e aqueles com fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, com potência instalada menor ou igual a 30.000 kW.
REN 273/2007	Aprova a revisão da Norma de Organização ANEEL 001, que dispõe sobre os procedimentos para o funcionamento, a ordem dos trabalhos e os processos decisórios da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nas matérias relativas à regulação e à fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica
REN 275/2007	Aprova a alteração das Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2007, em face da consideração dos efeitos do Termo de Compromisso firmado entre ANEEL e a Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS.
REN 274/2007	Inclui o inciso XX no art. 7º da Resolução Normativa ANEEL 063 de 12.05.2004, que aprova procedimentos para regular a imposição de penalidades aos concessionários, permissionários, autorizados e demais agentes de instalações e serviços de energia elétrica, bem como às entidades responsáveis

	pela operação do sistema, pela comercialização de energia elétrica e pela gestão de recursos provenientes de encargos setoriais.
REN 278/2007	Inclui o inciso XVIII, no art. 5º da Resolução Normativa ANEEL 063 de 12.05.2004, que aprova procedimentos para regular a imposição de penalidades aos concessionários, permissionários, autorizados e demais agentes de instalações e serviços de energia elétrica, bem como às entidades responsáveis pela operação do sistema, pela comercialização de energia elétrica e pela gestão de recursos provenientes de encargos setoriais.
REN 281/2007	Fixa o prazo para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE republicar as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2007, em face ao critério de alívio de exposições financeiras de autoprodução adotados nas Regras de Comercialização, versão 2006.
REN 284/2007	Altera os arts. 3º e 4º da Resolução Normativa ANEEL 228 de 25.07.2006, que estabelece os requisitos para a certificação de centrais geradoras termelétricas na modalidade de geração distribuída, para fins de comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, conforme disposto no art. 14, inciso II, do Decreto no 5.163 de 30.07.2004.
REN 285/2007	Inclui o inciso XIX no art. 6º da Resolução Normativa ANEEL 063 de 12.05.2004, que aprova procedimentos para regular a imposição de penalidades aos concessionários, permissionários, autorizados e demais agentes de instalações e serviços de energia elétrica, bem como às entidades responsáveis pela operação do sistema, pela comercialização de energia elétrica e pela gestão de recursos provenientes de encargos setoriais.
REN 294/2007	Estabelece a metodologia aplicável e os procedimentos de repasse tarifário dos déficits incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica em função da execução do Programa Luz Para Todos.
DSP 3720/2007	Aprova a nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.11 - Divulgação de Informações de Autoprodução e Produção Independente de Energia para Aplicação das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão, bem como determina a aplicação imediata e a divulgação do referido Procedimento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 3665/2007	Aprova o Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.13 - registro, tratamento e apuração de indisponibilidades de Usinas Hidráulicas não despachadas centralizadamente e participantes do MRE, bem como determina que o referido Procedimento de Comercialização, tenha aplicação a partir de janeiro de 2008 e a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 298/2008	Altera o art. 5º da Resolução Normativa ANEEL 205 de 22.12.2005, que estabelece os procedimentos e as condições gerais, para o enquadramento de cooperativas de eletrificação rural, como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e autorização para operação de instalações de distribuição de uso privativo, em área rural, bem como aprova o modelo de Contrato de Permissão.

REN 300/2008	Estabelece os critérios para aplicação de recursos em programas de eficiência energética, e dá outras providências.
REN 302/2008	Altera a Resolução Normativa ANEEL 067 de 08.06.2004, que estabelece os critérios para composição da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.
DSP 934/2008	Aprova a nova versão dos Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC ME.04 - Mapeamento de Pontos de Medição no SCDE, PdC ME.05 - Manutenção do Cadastro de Medição do SCDE, PdC ME.06 - Coletar Dados de Medição do SCDE e PdC ME.07 - Penalidades de Medição, bem como determina a aplicação imediata e a divulgação dos referidos Procedimentos, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 304/2008	Altera os arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Resolução ANEEL 371 de 29.12.1999, que regulamenta a contratação e comercialização de reserva de capacidade por autoprodutor ou produtor independente, para atendimento a unidade consumidora diretamente conectada às suas instalações de geração, bem como altera o inciso II do art. 4º e revoga o inciso V do art. 2º da Resolução ANEEL 715 de 28.12.2001, e revoga o art. 23 da Resolução ANEEL 281 de 01.10.1999.
REN 303/2008	Estabelece metodologia e procedimentos para a apuração, demonstração e validação do montante do ICMS contabilizado como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído à Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados - CCC - ISOL, pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.
REN 305/2008	Aprova as Regras de Comercialização referentes ao repasse do custo de sobrecontratação de energia elétrica e altera dispositivos da Resolução Normativa nº 255, de 6 de março de 2007.
DSP 1563/2008	Aprova modificação na formulação algébrica das Regras de Comercialização, versão 2008, referente ao cálculo das Garantias Financeiras, bem como determina que as concessionárias de distribuição afetadas pela Resolução Normativa ANEEL 218 de 11.04.2006, encaminhem à ANEEL os comprovantes especificados, e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realize os cálculos até que as alterações no Módulo de Liquidação das Regras de Comercialização, versão 2008, sejam incorporadas ao Sistema de Contabilização e Liquidação Financeira - SCL, e a CCEE incorpore alterações no Procedimento de Comercialização PdC LF.01 - Liquidação Financeira.
REN 311/2008	Altera os parágs. 3º e 5º do art. 43 da Norma de Organização ANEEL 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL 273 de 10.07.2007, referente aos procedimentos para o funcionamento, a ordem dos trabalhos e os processos da Diretoria, nas matérias relativas à regulação e à fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica.
REN 312/2008	Altera a Resolução Normativa ANEEL 068 de 08.06.2004, que estabelece os procedimentos para a implementação de reforços nas demais instalações de transmissão, não integrantes da rede básica, e para a expansão das instalações de transmissão de âmbito próprio, das concessionárias ou permissionárias de

	distribuição de energia elétrica, bem como altera os arts. 7º e 10 da Resolução ANEEL 281 de 01.10.1999.
REN 316/2008	Aprova o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, e dá outras providências.
REN 314/2008	Altera a Resolução Normativa ANEEL 063 de 12.05.2004, que aprova procedimentos para regular a imposição de penalidades aos concessionários, permissionários, autorizados e demais agentes de instalações e serviços de energia elétrica, bem como às entidades responsáveis pela operação do sistema, comercialização de energia elétrica e gestão de recursos provenientes de encargos setoriais.
REN 317/2008	Altera a Resolução Normativa ANEEL 063 de 12.05.2004, que aprova procedimentos para regular a imposição de penalidades aos concessionários, permissionários, autorizados e demais agentes de instalações e serviços de energia elétrica, bem como às entidades responsáveis pela operação do sistema, pela comercialização de energia elétrica e pela gestão de recursos provenientes de encargos setoriais.
REN 318/2008	Estabelece prazo para aplicação da metodologia que considera, para efeito do cálculo da Parcela Variável Por Indisponibilidade - PVI, as indisponibilidades de transformadores e de reatores, de concessionárias de transmissão de energia elétrica, que tiveram como causa a contaminação do óleo por enxofre corrosivo.
DSP 2167/2008	Aprova a nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.14 - Gestão de Pagamento de Penalidades, bem como determina a aplicação imediata e a divulgação do referido Procedimento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 320/2008	Estabelece critérios para classificação de instalação de transmissão como de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada - ICG para o acesso à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, de centrais de geração a partir de fonte eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas.
REN 322/2008	Aprova o modelo de Termo Aditivo ao Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por disponibilidade, decorrente de alterações contratuais, relativas à forma de pagamento da receita de venda do agente de geração, com prazo para celebração, disponível no endereço eletrônico citado.
DSP 3042/2008	Aprova a nova versão dos Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica, relacionados, e determina a aplicação imediata e a divulgação dos referidos Procedimentos, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, bem como revoga a alínea ii do inciso I do Despacho ANEEL 1.141 de 16.04.2007.
DSP 4250/2008	Aprova a nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.14 - Gestão de Pagamento de Penalidades, bem como determina a aplicação imediata e a divulgação do referido Procedimento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 337/2008	Estabelece as disposições relativas à contratação de energia de reserva e aprova o modelo do Contrato de Uso da Energia de Reserva - CONUER.

DSP 4312/2008	Aprova a nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica LF.01 - Liquidação Financeira, bem como determina a aplicação imediata e a divulgação do referido Procedimento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 340/2008	Altera o valor da garantia física de energia elétrica da UTE Uruguaiana, no município de Uruguaiana, (RS).
REN 344/2008	Aprova alterações no Manual de Contabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, instituído pela Resolução ANEEL 073 de 11.02.2003.
REN 348/2009	Altera a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, que estabeleceu a estrutura e a forma de funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, instituída pela Resolução Normativa ANEEL 109 de 26.10.2004.
REN 349/2009	Estabelece os critérios para o cálculo locacional da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição aplicável às centrais geradoras - TUSDg conectadas no nível de tensão de 138 kV ou 88 kV, e dá outras providências.
DSP 570/2009	Aprova as alterações do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC ME.02, versão 3 - Manutenção do Cadastro do Sistema Elétrico no SCL, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a divulgação da alteração tratada.
DSP 633/2009	Aprova o Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06, versão 1 - Alterações de Dados Contratuais de CCEARs, CCGs, CERs e CONUERs, e a celebração de Termos Aditivos e Termos de Cessão, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a divulgação do aludido Procedimento.
REN 354/2009	Estabelece as condições gerais, para o enquadramento de cooperativas de eletrificação rural com geração destinada ao mercado próprio - CERG, como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.
REN 355/2009	Altera os arts. 15 a 19 e 24 da Norma de Organização ANEEL 001, contida no Anexo à Resolução Normativa ANEEL 273 de 10.07.2007, que dispõe sobre os procedimentos para o funcionamento, a ordem dos trabalhos e os processos da Diretoria, nas matérias relativas à regulação e à fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica.
REN 356/2009	Altera os arts. 7º e 28 do Regimento Interno da ANEEL, aprovado pela Portaria MME 349 de 28.11.1997.
DSP 1119/2009	Aprova o Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC LF.04 - Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva, e determina sua aplicação imediata e a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 359/2009	Altera a Resolução Normativa ANEEL 229 de 08.08.2006, que estabelece as condições gerais para a incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao Ativo Imobilizado em Serviço das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

DSP 1533/2009	Aprova a nova versão dos Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.10 - Aferição e Aplicação de Penalidades - Cobertura de Consumo, Lastro para Venda de Energia Elétrica e Potência e Indisponibilidade de Geração por Falta de Combustível, e determina a aplicação imediata e sua divulgação, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 365/2009	Altera a Resolução Normativa ANEEL 175 de 28.11.2005, estabelecendo as condições para a revisão dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando à prorrogação dos prazos de execução do Programa LUZ PARA TODOS, biênio 2009 - 2010, mediante o disposto nos Termos de Compromisso firmados entre as concessionárias e permissionárias de distribuição e o Ministério de Minas e Energia - MME.
DSP 2044/2009	Aprova a Versão 4 do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC CO.01 - Contratos Bilaterais, determina sua aplicação imediata e a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 368/2009	Altera a Resolução Normativa ANEEL 223 de 29.04.2003, com vistas a uniformizar o tratamento concedido aos pedidos de ligação e aumento de carga, cujos atendimentos tenham sido efetivados com recursos antecipados dos consumidores, no intervalo entre a publicação da resolução citada e da Lei 10.762 de 11.11.2003.
DSP 2667/2009	Aprova a nova versão dos Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.02, PdC AC.03 e PdC AC.04, cessão e redução de montantes de energia elétrica de CCEARs, e determina a aplicação imediata e sua divulgação, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 3017/2009	Determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ajuste a premissa 10.2.2 do Procedimento de Comercialização PdC CO.01 - Contratos Bilaterais, aprovado pelo Despacho ANEEL 2.044 de 02.06.2009, conforme consta da Nota Técnica SEM/ANEEL 085 de 12.08.2009, e divulgue a alteração tratada, no prazo determinado.
REN 375/2009	Regulamenta a utilização das instalações de distribuição de energia elétrica, como meio de transporte, para a comunicação digital ou analógica de sinais.
REN 376/2009	Estabelece as condições para contratação de energia elétrica, no âmbito do Sistema Interligado Nacional - SIN, por Consumidor Livre, e dá outras providências.
DSP 3736/2009	Aprova as alterações do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC LF.01 - Liquidação Financeira, versão 4, LF.03 - Aporte das Garantias Financeiras, versão 1 e AM.14 - Gestão do Pagamento de Penalidades, versão 3, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a divulgação das alterações tratadas.
DSP 3755/2009	Homologa, nos termos do Anexo, o modelo de distrato ao Contrato de Constituição de Garantias de Pagamento - CCG, constante no endereço eletrônico e no processo citados, a ser utilizado nos casos de substituição do CCG, ou de alteração que enseje sua rescisão, e determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, no Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06, realize as alterações necessárias no Anexo, item 14.17, e que vincule no PdC AC.06 o prazo de

	constituição de nova garantia financeira, à entrada em vigor do modelo de Distrato ao CCG, e promova a divulgação das alterações mencionadas; e revoga o Despacho SEM/ANEEL 3.143 de 25.08.2008.
REN 374/2009	Estabelece prazos e procedimentos transitórios que possibilitem a interligação do Sistema Isolado Acre - Rondônia ao Sistema Interligado Nacional - SIN.
REN 380/2009	Estabelece os critérios para aplicação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de que trata o parágrafo 5º do art. 28 do Decreto 5.163 de 30.07.2004.
REN 383/2009	Torna sem efeito a publicação da Resolução Normativa ANEEL 382 de 01.12.2009.
REN 378/2009	Estabelece procedimentos para análise de atos de concentração e infrações à ordem econômica no setor de energia elétrica.
REN 386/2009	Estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização do Segundo Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.
REN 393/2009	Acrescenta inciso XXIV ao art. 7º e altera redação de incisos do pará. 4º do art. 14, da Resolução Normativa ANEEL 063 de 12.05.2004, sobre a CCEE e a gestão de recursos provenientes de encargos setoriais.
REN 389/2009	Estabelece os deveres, direitos e outras condições gerais aplicáveis às outorgas de autorizações a pessoas jurídicas, físicas ou empresas reunidas em consórcio interessadas em se estabelecerem como Produtores Independentes de Energia Elétrica ou Autoprodutores de Energia de Elétrica, tendo por objeto a implantação e/ou a exploração de central geradora de energia elétrica.
REN 394/2009	Torna sem efeito a publicação da Resolução Normativa ANEEL 388 de 15.12.2009.
REN 395/2009	Aprova os Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, e dá outras providências.
DSP 378/2010	Encerra vigência do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC ME.03 - Modelagem de Contratos Decorrentes do Leilão de Excedentes de Energia Elétrica.
DSP 391/2010	Aprova as alterações dos Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC ME.01 - Registra Dados de Medição no SCDE versão 4, ME.02 - Manutenção do Cadastro do Sistema Elétrico no SCL, versão 5, ME.04 - Mapeamento dos Pontos de Medição no SCDE, versão 2, PdC ME.05 - Manutenção do Cadastro de Medição do SCDE, versão 2, ME.06 - Coletar Dados de Medição no SCDE, versão 2, e ME.07 - Apuração de Não-Conformidades e Penalidades de Medição, versão 2, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a divulgação das alterações tratadas.
REN 396/2010	Institui a Contabilidade Regulatória e aprova alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001.

REN 397/2010	Altera o art. 14, incluindo o parág. 10, da Resolução 223 de 29.04.2003, referente aos critérios de aplicação de penalidades, estabelecidos pelo não cumprimento, por parte das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, das metas estabelecidas para o Programa de Universalização.
DSP 725/2010	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.02 - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, Cessão e Redução de Montantes de Energia Elétrica de CCEAR's, bem como determina a divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 398/2010	Regulamenta a Lei 11.934 de 05.05.2009, no que refere-se aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica na frequência de 60 Hz.
DSP 811/2010	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC ME.02 - Manutenção do Cadastro do Sistema Elétrico no SCL, bem como determina a aplicação imediata e divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 824/2010	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC LF.04 - Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva, e determina sua aplicação imediata e a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1079/2010	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC LF.01 - Liquidação Financeira e LF.03 - Aporte de Garantias Financeiras, bem como determina a aplicação imediata e divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1497/2010	Aprova as alterações dos Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica PdC AM.04 - Administrar Votos e Contribuição Associativa, AM.10 - Aferição e Aplicação de Penalidades - Cobertura de Consumo, Lastro para Venda de Energia Elétrica, Potência e Indisponibilidade de Geração por Falta de Combustível, AM.11 - Divulgação das Informações de Autoprodução e Produção Independente de Energia para Aplicação das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão, AM.12 - Representação Contábil de Agentes, CO.02 - Sazonalização de Contrato Inicial, Energia Assegurada e Garantia Física, CO.07 - Revisão da Sazonalização de Energia Assegurada, CZ.02 - Recontabilização e Ajustes na Contabilização e Liquidação e CZ.03 - Solicitação de Recontabilização, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a divulgação das alterações tratadas, e realize os reprocessamentos da matriz de comercialização de energia incentivada relativos às solicitações julgadas procedentes pelo Conselho de Administração da CCEE.
DSP 1669/2010	Aprova os termos aditivos para comprador e sucessão de vendedor anexos ao Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06: Alterações de Dados Contratuais de CCEARs, CCGs, CERs e CONUERs, e a celebração de Termos Aditivos e Termos de Cessão, para aplicação imediata, bem como

	determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a divulgação do aludido Procedimento.
REN 402/2010	Estabelece regime de transição para as centrais geradoras que perceberam aumento no custo de transporte com a implantação do cálculo locacional da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição aplicável às centrais geradoras - TUSDg conectadas nos níveis de tensão de 138 kV ou 88 kV, bem como inclui o art. 22-A à Resolução Normativa ANEEL 349 de 13.01.2009.
REN 406/2010	Estabelece os critérios a serem observados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no suprimento de energia elétrica à República Argentina e à República Oriental do Uruguai, no ano de 2010.
REN 403/2010	Inclui o parágrafo 21A ao item 1.8 do anexo IV da Resolução Normativa ANEEL 234 de 31.10.2006, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.
REN 404/2010	Altera a redação do artigo 9º da Resolução Normativa ANEEL 343 de 09.12.2008, que passa a vigorar conforme descrito no artigo 1º desta resolução.
DSP 2199/2010	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC CZ.01 - Cronograma Geral de Contabilização, bem como determina a aplicação imediata e divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 408/2010	Altera a redação do art. 5º, inclui os arts. 17 e 18, e substitui o termo pessoa física por pessoa jurídica no item 3.5, parág. 7º, na Resolução Normativa ANEEL 316 de 13.05.2008, que aprovou o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica.
DSP 2363/2010	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC DR.01 - Divulgação de Resultados, bem como determina a aplicação imediata e divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 409/2010	Estabelece critérios e procedimentos para participação de empreendimento hidrelétrico não despachado centralizadamente no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.
REN 414/2010	Estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada.
DSP 2953/2010	Aprova, a inclusão como anexo, ao Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06, - Alterações de Dados Contratuais de CCEARs, CCGs, CERs e CONUERs, e a celebração de Termos Aditivos e Termos de Cessão, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a divulgação do aludido Procedimento.
REN 411/2010	Aprova o modelo de edital dos leilões de ajuste para compra de energia elétrica, delega a execução à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e dá outras providências.

REC 003/2010	Estabelece as condições e os procedimentos a serem observados pelos concessionários e autorizados de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas visando ao monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico, sedimentométrico e de qualidade da água associado a aproveitamentos hidrelétricos, e dar outras providências.
REN 413/2010	Altera a redação do parág. 3º do art. 6º e o art. 8º, insere o art. 8º-A, revoga o parág. 2º do art. 8º, e substitui o Anexo da Resolução Normativa ANEEL 398 de 23.03.2010, que regulamenta a Lei 11.934 de 05.05.2009, no que refere-se aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica na frequência de 60 Hz.
REN 417/2010	Estabelece os procedimentos para a delegação de competência da ANEEL aos Estados e ao Distrito Federal, para a execução de atividades descentralizadas em regime de gestão associada de serviços públicos.
DSP 3623/2010	Aprova a nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06 - Alteração de Dados Contratuais de CCEAR, CCG, CER e CONUER e Celebração de Termos Aditivos e Termos de Cessão, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que divulgue e aplique de forma imediata o referido Procedimento.
REN 418/2010	Altera a redação dos arts. 2º, 5º, 14, 19, 30, 38, 52, 57, 63, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 76, 77, 88, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 103, 112, 113, 115, 117, 119, 129, 133, 135, 137, 145, 158, 172, 173, 175, 176, 189, 206, 213, 215, 217, 222, 224 e a referência da linha 19 do quadro do anexo III, da Resolução ANEEL 414, de 15.09.2010, que estabelece as disposições atualizadas e consolidadas, relativas às Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, a serem observadas na prestação e utilização do serviço público de energia elétrica, tanto pelas concessionárias e permissionárias quanto pelos consumidores.
REN 419/2010	Altera a redação do inciso I do art. 216, do caput do art. 217, do parág. 1º do art. 224 e do art. 227 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010.
REN 421/2010	Estabelece critérios para cálculo do montante de reposição e contratações adicionais dos agentes de distribuição do Sistema Interligado Nacional - SIN, para contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes em leilão "A-1".
REN 424/2010	Aprova versão da Revisão 2 dos Módulos 1, 2, 3, 5, 6 e 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, e dá nova redação a ementa e ao art. 1º da Resolução Normativa ANEEL 395 de 15.12.2009, com vigência a partir de 01.01.2011.
REN 425/2011	Aprova os critérios para definição das instalações de geração de energia elétrica de interesse do sistema elétrico interligado e daquelas passíveis de descentralização das atividades de controle e fiscalização, sob coordenação da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG/ANEEL.
REN 430/2011	Altera a redação dos arts. 1º, 3º, 5º, o Anexo I e revoga o art. 10º da Resolução Normativa ANEEL 406 de 13.07.2010, que estabelece critérios a serem observados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Câmara

	de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no suprimento de energia elétrica à República Argentina e à República Oriental do Uruguai.
REN 431/2011	Altera os arts. 146 e 223 e revoga o parág. 2º do art. 9º e o parág. 3º do art. 110 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010; e revoga a Resolução Normativa ANEEL 407 de 27.07.2010.
REN 432/2011	Aprova a revisão 3 do Módulo 3, acesso ao sistema de distribuição, dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.
DSP 1655/2011	Aprova a Versão 3 do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC PE.01 - Estabelecer Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), determina sua aplicação imediata e a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
DSP 1699/2011	Aprova as alterações do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica ME.07 - Apuração de Não-Conformidades e Penalidades de Medição, versão 3, para aplicação imediata, bem como determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a divulgação da alteração tratada.
REN 434/2011	Revoga a Resolução 798 de 26.12.2002, que estabelece o adicional a ser aplicado sobre os valores das parcelas da receita anual permitida dos empreendimentos de energia elétrica integrantes da rede básica.
DSP 2120/2011	Aprova os Termos Aditivos Matriz/Filial para Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06: Alterações de Dados Contratuais de CCEARs, CCGs, CERs e CONUERs e Celebração de Termos Aditivos e Termos de Cessão, bem como determina a aplicação imediata e divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e revoga o Despacho SEM/ANEEL 2.484 de 25.08.2010.
REN 435/2011	Define a estrutura dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que consolida a regulamentação acerca dos processos tarifários.
REN 436/2011	Altera o inciso II, do parág. 6º do art. 218 e os incisos I e II do art. 221 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010.
REN 438/2011	Altera a redação do art. 23 da Resolução Normativa ANEEL 012 de 11.01.2002, que estabelece as condições gerais para a regularização de cooperativas de eletrificação rural, nos termos do art. 23 da Lei 9.074 de 07.07.1995.
REN 439/2011	Aprimora os critérios para o cálculo locacional da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição aplicável às centrais geradoras TUSDg conectadas no nível de tensão de 138Kv ou 88Kv; bem como acrescenta os arts. 3º-A, 3º-B, os parágs. 6º e 7º do art. 22-A, o Capítulo XI-A, com o art. 20-A; e altera os parágs 3º e 4º do art. 22-A.
DSP 3154/2011	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06: alterações de dados contratuais de CCEARs, CCGs, CERs e CONUERs, celebração de Termos Aditivos e Termos de Cessão; e determina sua aplicação imediata e a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

REN 442/2011	Regulamenta as disposições relativas às instalações de transmissão de energia elétrica destinadas a interligações internacionais de que tratam os §§ 6º e 7º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, incluídos pela Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e o art. 21 do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, e dá outras providências.
REN 443/2011	Estabelece a distinção entre melhorias e reforços em instalações de transmissão sob responsabilidade de concessionárias de transmissão e dá outras providências.
DSP 3291/2011	Aprova e determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue o Formulário de Solicitação de Recontabilização, em anexo, ao Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC CZ.03, o texto elucidativo sobre a hipótese de incidência de penalidade por insuficiência de lastro para venda de energia e/ou cobertura contratual de consumo para os agentes envolvidos, decorrente do processamento da recontabilização.
REN 448/2011	Altera a redação dos incisos II a V e insere o inciso VI no art. 224 da Resolução Normativa 414 de 09.09.2010.
REN 447/2011	Estabelece os procedimentos para adequação das instalações físicas, contratos comerciais e rotinas de operação, necessários à interligação de sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.
REN 449/2011	Altera a redação do parág. 4º do art. 5º, bem como exclui os incisos II, III e IV do art. 2º da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010.
REN 451/2011	Estabelece as condições gerais para a criação, organização e funcionamento dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica, no âmbito das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, e dá outras providências.
REN 450/2011	Altera os artigos 2º, 3º e 4º da Resolução Normativa ANEEL 421 de 30.11.2010, que passam a vigorar conforme descrito no artigo 1º desta resolução.
REN 452/2011	Estabelece as diretrizes para a cessão de energia e lastro entre usinas à biomassa comprometidas com Contratos de Energia de Reserva e regulamenta a penalidade de que trata o art. 7º do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008.
REN 453/2011	Estabelece os critérios para cálculo do montante de exposição ou sobrecontratação involuntária, em atendimento aos artigos 2º, 3º e 18 do Decreto 5.163 de 30.07.2004.
REN 455/2011	Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação por parte do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS de empresa de auditoria independente para auditagem dos dados de entrada do Programa Mensal de Operação - PMO e suas revisões e dos dados apurados e sistemas utilizados pelo Centro Nacional de Operação do Sistema Elétrico - CNOS com impacto no planejamento eletroenergético e na contabilização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 457/2011	Aprova o Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que define a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Terceiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica - 3CRTP; altera o parágrafo 21 do Anexo IV da Resolução

	Normativa 234 de 31.10.2006, com redação dada pela Resolução Normativa ANEEL 338 de 25.11.2008; bem como dá nova redação aos artigos 1º, 3º, 7º, 8º e 10 da Resolução Normativa ANEEL 294 de 11.12.2007.
REN 458/2011	Aprova o Submódulo 10.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que define a ordem, as condições de realização, os requisitos de informações e as obrigações periódicas concernentes aos processos de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica; bem como revoga a Resolução Normativa ANEEL 342 de 02.12.2008.
REN 459/2011	Aprova o Submódulo 10.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que define a ordem, as condições de realização, os requisitos de informações e as obrigações periódicas concernentes ao processo de reajuste tarifário das distribuidoras e permissionárias de energia elétricas; bem como revoga a Resolução ANEEL 270 de 13.08.1998.
REN 460/2011	Inclui o art. 7ºA na Resolução Normativa ANEEL 447 de 13.09.2011, que estabelece os procedimentos para adequação das instalações físicas, contratos comerciais e rotinas de operação, necessários à interligação de sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.
REN 464/2011	Aprova o Módulo 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição; altera o Anexo I da Resolução Normativa ANEEL 435 de 24.05.2011; altera inciso II do art. 5º da Resolução Normativa ANEEL 077 de 18.08.2004; bem como altera o caput do art. 59 da Resolução Normativa 414 de 09.09.2010.
REN 463/2011	Altera o art. 1º da Resolução Normativa ANEEL 457 de 08.11.2011, que aprova o Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.
REN 465/2011	Aprova a Revisão 3 do Módulo 2, a Revisão 4 do Módulo 6 e a Revisão 2 do Módulo 7 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST; bem como altera art. 4º da Resolução Normativa ANEEL 395 de 15.12.2009.
REN 467/2011	Estabelece, os requisitos e critérios para modificação do regime de exploração das concessões de aproveitamentos hidrelétricos para geração de energia elétrica destinada a serviço público, nos termos dos parágs. 3º, 4º e 5º, art. 20 da Lei 10.848 de 15.03.2004, com a redação dada pelas Leis 11.488 de 15.06.2007 e 12.111 de 09.12.2009.
DSP 4761/2011	Aprova nova versão do Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.02 - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSO), Cessão e Redução de Montantes de Energia Elétrica de CCEAR's, bem como determina a divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 466/2011	Estabelece critérios e procedimentos para geração termelétrica fora da ordem de mérito de custo para compensar indisponibilidades passadas por falta de combustível.
REN 470/2011	Estabelece as disposições relativas às Ouvidorias das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; inclui o inciso XX no art. 5º da Resolução Normativa ANEEL 063 de 12.05.2004 e dá outras providências.

REN 462/2011	Revogados os subitens 2.5.2 e 2.7.2 do item 2, do Anexo I, da Resolução Normativa ANEEL 391 de 15.12.2009
REN 472/2012	Estabelece a metodologia para apurar a Diferença Mensal de Receita - DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, e dá outras providências.
REN 469/2011	Aprova a Revisão 4 dos Módulos 1 e 8 e a Revisão 5 do Módulo 6 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.
REN 473/2012	Estabelece critérios de ressarcimento à distribuidora para migração, no todo ou em parte, de unidades consumidoras do sistema de distribuição para o de transmissão, conforme disposto no Decreto 5.597 de 2005; o disposto aplica-se também ao acesso à Rede Básica de transmissão de unidades de produção e de consumo de autoprodutores.
REN 484/2012	Estabelece os procedimentos a serem adotados pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica para obtenção de anuência à transferência de controle societário.
REN 479/2012	Altera a Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010, que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada; bem como altera o inciso II do art. 3º e insere o inciso XXIII no art. 6º na Resolução Normativa 063 de 12.05.2004 e a redação da unidade da coluna "Energia Faturada" do Quadro II do Anexo I da Resolução Normativa 472 de 24.01.2012
REN 480/2012	Estabelece os procedimentos técnicos contábeis para a transferência, sem ônus, ao Poder Público Municipal dos ativos de iluminação pública registradas no Ativo Imobilizado das concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia, de que trata a Resolução ANEEL nº 414 de 15.09.2012.
REN 478/2012	Aprova o Submódulo 6.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata do encargo de conexão dos consumidores do subgrupo tarifário A1; revoga o pará. 42 do Submódulo 7.3 do PRORET, e dá nova redação aos parágs. 41 e 44 do submódulo citado; bem como revoga o art. 24 da Resolução Normativa ANEEL 166 de 10.10.2005.
REN 482/2012	Estabelece as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuídas aos sistemas de distribuição de energia elétrica e o sistema de compensação de energia elétrica; ficam aprovadas as revisões 4 do Módulo 1 - Introdução, e 4 do Módulo 3 - Acesso ao Sistema de Distribuição, do PRODIST, de forma a contemplar a inclusão da Seção 3.7 - Acesso de Micro e Minigeração Distribuída com as adequações necessárias nesse Módulo.
REN 483/2012	Altera a redação dos arts. 14, 47 e 49 e os Capítulos II e III do Título II da Norma de Organização ANEEL 001, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL 273 de 10.07.2007.
REN 481/2012	Altera a Resolução Normativa ANEEL 077 de 18.08.2004, que passa a ser acrescida do art. 3º-A.

REN 488/2012	Estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural.
DSP 1758/2012	Determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE utilize o critério vigente de cálculo das penalidades por Infração na Coleta do SCDE, conforme dispõe a versão 3 do Procedimento de Comercialização PdC ME.07 - Apuração de Não-Conformidades e Penalidades de Medição, para cobrar as penalidades que estão sobrestadas do período de junho a dezembro e notificar os agentes das penalidades apuradas e ainda não notificadas de janeiro a abril de 2011.
REN 490/2012	Aprova o Submódulo 9.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que define a metodologia e os critérios gerais aplicáveis ao processo de revisão periódica das Receitas Anuais Permitidas relativas aos contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica decorrentes de licitação, na modalidade de leilão público; bem como revoga a Resolução Normativa ANEEL 230 de 12.09.2006.
REN 493/2012	Estabelece os procedimentos e as condições de fornecimento por meio de Microssistema Isolado de Geração e Distribuição de Energia Elétrica - MIGDI ou Sistema Individual de Geração de Energia Elétrica com Fonte Intermitente - SIGFI.
REN 497/2012	Altera a redação do parágrafo 3º do art. 224 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010, que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica de forma atualizada e consolidada.
REN 498/2012	Altera os submódulos 7.1, 7.2, 7.3, 10.1 e 10.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, conforme anexo.
DSP 2354/2012	Determina à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que inclua no Procedimento de Comercialização - PdC, relativo ao processamento da Receita de Venda de CCEAR por Disponibilidade - RRV, destinado ao Novo Sistema de contabilização e Liquidação - NSCL, a previsão de correção monetária aos pagamentos efetuados pelas distribuidoras signatárias de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, em razão de recálculo efetuado por comando ou autorização da ANEEL; bem como que apure os valores de correção monetária referentes aos meses de janeiro e fevereiro às receitas de venda dos CCEARs do 1º Leilão de Energia Nova, celebrados pela UTE Euzébio Rocha, conforme Ofício SEM/ANEEL 056 de 2010.
REN 499/2012	Aprova o Módulo 9 - Ressarcimento de Danos Elétricos dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST; alterados os arts. 203 a 208 e o 210; revogado o art. 209; incluído o art. 209-A; bem como altera a redação das descrições referentes aos arts. 207 e 208 da tabela do Anexo III da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010.
REN 492/2012	Estabelece critérios para empreendimentos que entraram em operação comercial no período de 31.12.2010 a 30.12.2011 permanecerem no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.
REN 502/2012	Regulamenta sistemas de medição de energia elétrica de unidades consumidoras do Grupo B.

REN 501/2012	Estabelece os procedimentos para o mapeamento dos bens imóveis e das áreas vinculados à concessão de usinas hidrelétricas.
REN 505/2012	Altera a redação dos arts. 2º e 3º da Resolução Normativa ANEEL 421 de 30.11.2010, alterado pelas Resoluções Normativas ANEEL 450 de 27.09.2011 e 496 de 26.06.2012; e o art. 6º da Resolução Normativa ANEEL 453 de 18.10.2011.
REN 506/2012	Estabelece as condições de acesso ao sistema de distribuição por meio de conexão a instalações de propriedade de distribuidora a serem seguidas pelos acessantes e pela acessada.
REN 507/2012	Altera as Resoluções ANEEL 281 de 01.10.1999, a 371 de 29.12.1999, e a Resolução Normativa ANEEL 068 de 08.06.2004; e revoga a Resolução Normativa ANEEL 400 de 13.04.2010.
REN 509/2012	Aprova os Submódulos 5.9 e 6.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamenta o cálculo do encargo setorial CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos e o cálculo da TAR - Tarifa Atualizada de Referência.
REN 504/2012	Alterar a redação dos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 10, 11, 13 e 17, exclui os parágs. 1º e 2º do art. 9º; bem como inclui o art. 19 na Resolução Normativa ANEEL 316, de 13.05.2008.
DSP 3215/2012	Aprova a organização dos documentos e respectiva estrutura dos Procedimentos de Comercialização - PdCs aplicáveis ao Novo Sistema de Contabilização e Liquidação - Novo SCL, submódulos: 1.1 - Adesão à CCEE, 1.2 - Cadastro de agentes, 1.3 - Votos e contribuições, 1.4 - Atendimento, 2.1 - Coleta e ajuste de dados de medição, 4.1 - Cálculo e aporte de garantias financeiras, 5.1 - Contabilização e recontabilização, 5.2 - Liquidação no mercado de curto prazo, 6.1 - Penalidades de medição e 6.2 - Notificação e gestão de pagamentos de penalidades, bem como determina a aplicação imediata e a divulgação dos referidos Procedimentos, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 510/2012	Estabelece valores de referência especiais para o custo de geração das usinas termelétricas da Eletrobras Amazonas Energia, parcela O&M, em lugar dos respectivos valores do anexo IV da Resolução Normativa ANEEL 427 de 22.02.2011, para fins de ressarcimento pela CCC.
REN 514/2012	Estabelece as condições para a contratação de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência, em observância ao disposto no Decreto 7.805 de 14.09.2012.
DSP 3572/2012	Aprova o 3º conjunto dos PdCs aplicáveis ao Novo SCL, constituído dos submódulos: 3.1 - Contratos do Ambiente Livre, 3.3 - Sazonalização e Revisão da Sazonalização de Garantia Física, 3.4 - Comercialização de Potência, 3.5 - Reajuste da Receita de Venda; bem como determina a aplicação imediata e a divulgação dos referidos procedimentos, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 503/2012	Modifica a estrutura organizacional da ANEEL e altera o Regimento Interno da ANEEL aprovado pela Portaria MME 349 de 28.11.1997.

REN 515/2012	Aprova o Submódulo 5.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamenta o cálculo das quotas de custeio e das de energia elétrica referente ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA; bem como revoga a Resolução Normativa ANEEL 127 de 06.12.2004.
REN 513/2012	Aprova a alteração no Manual de Contabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, instituído pela Resolução ANEEL 073, de 11.02.2003.
REN 517/2012	Altera a Resolução Normativa ANEEL 482 de 17.04.2012, aprova a revisão 6 do Módulo 1 e a revisão 5 do Módulo 3 dos Procedimentos de Distribuição - PRODIST.
REN 521/2012	Dispõe sobre o cálculo da alocação inicial de cotas de garantia física e potência, da definição dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR sujeitos à cessão compulsória e redução de montantes, e da revisão extraordinária das tarifas de distribuição, nos termos da Medida Provisória 579 de 11.09.2012.
REN 519/2012	Altera a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, estabelece a periodicidade de envio de informações de custos de demonstrativos de gastos efetivos, e aprova a estimativa dos custos administrativos, financeiros e tributários a serem incorridos nos anos 2012 e 2013, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, na liquidação relativas a cotas de que trata o Decreto 7.805 de 2012.
REN 529/2012	Aprova o Submódulo 6.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual estabelece os procedimentos para cálculo da receita de venda da energia elétrica das Centrais de Geração Nucleoelétricas Angra 1 e 2, e altera a tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE.
REN 530/2012	Estabelece as condições para a comercialização da energia proveniente das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 pertencentes à Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear, em observância ao disposto na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009.
REN 534/2013	Altera o parágrafo 21 do Submódulo 2.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL 457 de 08.11.2011.
DSP 283/2013	Aprova o cronograma com as atividades referentes à operacionalização das garantias financeiras associadas ao mercado de curto prazo e as alterações de prazo de atividades dos Procedimentos de Comercialização impactados, conforme consta da Nota Técnica SEM/ANEEL 012 de 01.02.2013; bem como determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue as alterações citadas.
REN 522/2012	Altera a redação dos artigos 65, 66, 67 e 71 da Resolução Normativa ANEEL 417 de 23.11.2010, que passam a vigorar conforme descrito no artigo 1º desta resolução.
DSP 534/2013	Determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE proceda as correções no Procedimento de Comercialização PdC 6.1 - Penalidades e Multas de Medição, aprovadas pelo Despacho SEM /ANEEL

	3.215 de 15.10.2012; determina que a aplicação da penalidade por infração na coleta de dados de medição seja represada até a adequação do Sistema de Coleta de Dados de Medição - SCDE; bem como determina que a CCEE divulgue aos agentes de mercado o disposto neste Despacho.
REN 537/2013	Aprova os Submódulos 8.1, 8.3 e 10.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, os quais definem conceitos gerais, metodologias aplicáveis, procedimentos gerais a serem aplicados ao processo de definição da Estrutura Tarifária e a organização geral e os prazos para execução dos processos relativos ao Primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica (ICRTP-P).
REN 538/2013	Estabelece procedimentos relativos ao Cadastro de Inadimplentes com Obrigações Intrassetoriais, bem como disciplina a solicitação e a emissão eletrônica do Certificado de Adimplemento.
REN 541/2013	Estabelece as disposições relativas ao padrão de qualidade do serviço de geração de energia elétrica prestado por concessionárias de usinas hidrelétricas alcançadas pela Lei 12.783 de 11.01.2013 e o Decreto 7.805 de 14.09.2012.
REN 535/2013	Altera o art. 12 da Resolução Normativa ANEEL 427, de 22 de fevereiro de 2011, sobre valores máximos de consumo específico de combustíveis por central geradora para fins de reembolso pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC.
REN 542/2013	Aprova alterações no Manual de Contabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, instituído pela Resolução ANEEL 073, de 11.02.2003.
REN 543/2013	Altera os Módulos 2, 6 e 7 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, bem como o submódulo 7.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.
DSP 1019/2013	Aprova o 2º conjunto dos PdCs aplicáveis ao Novo SCL, constituído dos submódulos: 7.1 - Apuração de Energia de Reserva, 7.2 - Liquidação Financeira de Energia de Reserva, 8.1 - MCSD Mensal, Trocas Livres e Anual 4%, 8.2 - MCSD Contratação Escalonada, 8.3 - Liquidação Financeira das Cessões do MCSD, e 8.4 - MCSD Ex-post; aprova o submódulo 7.3 - Cessões de Energia de Reserva; bem como determina a aplicação imediata e a divulgação dos referidos procedimentos, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 544/2013	Altera o parágrafo 39 do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL 457 de 08.11.2011.
REN 545/2013	Estabelece disciplina atinente ao desligamento de agentes e à impugnação de atos praticados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e dá outras providências.
REN 516/2012	Aprimora a regulamentação que trata do atendimento telefônico disposta na Seção II do Capítulo XV da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, a qual estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica.

REN 547/2013	Estabelecer os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de bandeiras tarifárias.
REN 548/2013	Altera a redação do art. 8º; e inclui os arts. 8º-A e 8º-B na Resolução Normativa ANEEL 467 de 06.12.2011 que estabeleceu os requisitos e critérios para modificação do regime de exploração das concessões de aproveitamentos hidrelétricos para geração de energia elétrica destinada a serviço público.
REN 549/2013	Dispõe sobre o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE às concessionárias de distribuição nos termos do art. 4º-A do Decreto 7.891 de 23.01.2013.
REN 546/2013	Altera as Resoluções Normativas ANEEL 390 e 391, de 15.12.2009.
REN 553/2013	Aprova o Submódulo 9.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual define a metodologia e os critérios gerais aplicáveis ao processo de revisão periódica das Receitas Anuais Permitidas das concessionárias existentes de serviço público de transmissão de energia elétrica.
REN 555/2013	Altera o Submódulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata dos conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos a serem utilizados no Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica (1CRTP-P).
REN 559/2013	Estabelece o procedimento de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST.
REN 556/2013	Aprova os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética - PROPEE
REN 557/2013	Incluí o parágrafo 5º no artigo 47 da Norma de Organização 001, aprovada pela Resolução Normativa 273 de 10.07. 2007.
REN 558/2013	Altera a redação do caput do art. 11 da Resolução Normativa 521 de 11.11.2012, que dispõe sobre o cálculo da alocação inicial de cotas de garantia física e potência, da definição dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs sujeitos à cessão compulsória e redução de montantes, e da revisão extraordinária das tarifas de distribuição, nos termos da Medida Provisória 579 de 11.09.2012.
REN 562/2013	Altera o submódulo 10.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, conforme anexo.
REN 561/2013	Torna sem efeito a responsabilidade das concessionárias de transmissão e dos usuários com Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST por indenizar as concessionárias e permissionárias de distribuição pelos valores pagos a título de ressarcimento de danos elétricos em unidades consumidoras.
REN 563/2013	Altera as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural, altera os arts. 2º, 3º, 4º e revoga o parágrafo 5º do art. 3º da Resolução Normativa ANEEL 488 de 15.05.2012; bem como altera o art. 27 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010.

REN 565/2013	Altera o Submódulo 7.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.
REN 570/2013	Estabelece os requisitos e procedimentos atinentes à comercialização varejista de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN.
REN 567/2013	Altera as Resoluções Normativas ANEEL 390 e 391, de 15.12.2009.
REN 571/2013	Estabelece critérios e condições para o credenciamento de instituições financeiras no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e altera a Resolução Normativa ANEEL 531, de 21.12.2012.
REN 573/2013	Altera o parágrafo 39 do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa SRE/ANEEL 457 de 08.11.2011.
REN 576/2013	Revoga todas as disposições normativas atinentes a Curva de Aversão a Risco de Racionamento - CAR e a Procedimentos Operativos de Curto Prazo - POCP, de revogação das Resoluções Normativas ANEEL 351 de 17.02.2009; e 520 de 11.12.2012; as Resoluções Autorizativas ANEEL 3.787 de 11.12.2012; e 4.041 de 23.04.2013; bem como altera o art. 6º da Resolução Normativa ANEEL 282 de 01.10.2007.
REN 569/2013	Altera o caput do art. 76 e insere o parágrafo único, altera o caput e o parágrafo único do art. 95 e revoga o art. 136 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010; esta Resolução entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.
REN 579/2013	Altera e retifica dispositivos da Resolução Normativa ANEEL 500 de 17.07.2012, sobre os requisitos de comprovação da razoabilidade do preço de aquisição do carvão mineral e prazos para envio de dados à Eletrobras.
REN 582/2013	Acrescenta o capítulo VI - A e o parágrafo único ao art. 92 da Resolução Normativa ANEEL 417 de 23.11.2010, que estabelece procedimentos para a delegação de competências da ANEEL para a execução de atividades descentralizadas em regime de gestão associada de serviços públicos.
REN 584/2013	Estabelece prazos e condições para sazonalização e modulação de garantia física de usinas de geração de energia elétrica, bem como para sazonalização da energia vinculada referente à Usina Hidrelétrica - UHE Itaipu.
REN 583/2013	Estabelece os procedimentos e condições para obtenção e manutenção da situação operacional e definição de potência instalada e líquida de empreendimento de geração de energia elétrica.
REN 581/2013	Estabelece os procedimentos e as condições para a prestação de atividades acessórias, para o fornecimento de energia elétrica temporária com desconto na tarifa e para a exportação de energia elétrica para pequenos mercados em regiões de fronteira pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.
REN 585/2013	Altera a tabela do item 28 do Submódulo 2.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, conforme Anexo.

DSP 4099/2013	Autoriza a CCEE, de forma precária e excepcional para o ano de 2013, a antecipar as datas limites estabelecidas em Procedimento de Comercialização nas semanas do natal e do ano novo, e determina que a CCEE divulgue a alteração no prazo máximo de um dia útil a contar da publicação deste Despacho.
REN 586/2013	Estabelece os critérios para considerar o sistema Manaus plenamente integrado ao Sistema Interligado Nacional - SIN, as diretrizes para operação daquele sistema e para contabilização da energia transacionada com o SIN até sua plena interligação.
REN 587/2013	Altera o art. 218 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010.
REN 589/2013	Define os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.
REN 592/2013	Estabelece os custos do capital próprio e de terceiros, além de fixar os critérios para aferição da estrutura de capital a serem utilizados na definição da receita teto das licitações, na modalidade leilão público, para contratação das concessões para prestação do serviço público de transmissão.
REN 594/2013	Estabelece valores dos estudos que compõem leilões de geração e de transmissão e procedimentos para ressarcimento aos desenvolvedores destes estudos.
REN 593/2013	Altera os submódulos 7.1 e 7.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET e a data de início de aplicação das Bandeiras Tarifárias; bem como o art. 6º da Resolução Normativa ANEEL 547, de 16.04.2013.
REN 597/2013	Dá nova redação ao art. 9º da Resolução Normativa ANEEL 427 de 22.02.2009; e revoga os parágrafos 6º e 7º do art. 6º da resolução citada.
REN 595/2013	Estabelece as condições para contratação de energia elétrica em caso de atraso do início da operação comercial de unidade geradora ou empreendimento de importação de energia
REN 596/2013	Estabelece os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não.
REN 591/2013	Aprova o Submódulo 5.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que define conceitos gerais, metodologias de cálculo e procedimentos gerais a serem aplicados ao processo de definição da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE.
REN 599/2014	Revoga a Cláusula 14 - da penalidade por indisponibilidade dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs na modalidade por disponibilidade celebrados em decorrência dos Leilões de Energia Elétrica proveniente de Novos Empreendimentos de Geração realizados entre 2005 e 2009.
REN 600/2014	Estabelece alterações na Cláusula 14 dos Contratos de Energia de reserva dos 1º e 3º Leilões de Energia de Reserva.

REN 602/2014	Altera a Resolução Normativa ANEEL 502 de 07.08.2012, e aprova a revisão 7 do Módulo 6 e a revisão 5 do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição - PRODIST.
REN 604/2014	Aprova o módulo 3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, que estabelece os critérios e a metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual das concessionárias de distribuição, e altera o art. 7º-A da Resolução Normativa ANEEL 421, de 30.11.2010.
REN 605/2014	Aprova o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, instituído pela Resolução Normativa nº 444, de 26 de outubro de 2001.
REN 607/2014	Aprova a revisão Submódulos 7.1, 7.2, 7.3, 8.3 e o Submódulo 11.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; altera o parágrafo 1º do art. 1º e acrescenta o Anexo I na Resolução Normativa ANEEL 435 de 24.05.2011; altera o art. 2º e inclui o art. 3º-A da Resolução Normativa ANEEL 167 de 10.10.2005, altera o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL 421 de 30.11.2010, bem como, revoga a Resolução Normativa ANEEL 206 de 22.12.2005.
REN 606/2014	Altera a Resolução Normativa ANEEL 337 de 11.11.2008, estabelecendo critérios para a destinação dos excedentes de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER.
REN 609/2014	Altera o Submódulo 3.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que estabelece os Procedimentos Gerais do Reajuste Tarifário Anual das Concessionárias de Distribuição, e a Resolução Normativa ANEEL nº 255, de 06.03.2007.
REN 608/2014	Aprova o Submódulo 12.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, de alteração do parágrafo 1º, do art. 1º, e acrescenta o Módulo 12 e submódulo 12.3, na Resolução Normativa ANEEL 435, de 24.05.2011.
REN 612/2014	Dispõe sobre o encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e a CONTA-ACR, nos termos do Decreto 8.221, de 2 de abril de 2014.
REN 610/2014	Regulamenta as modalidades de pré-pagamento e pós-pagamento eletrônico de energia elétrica.
REN 613/2014	Altera os arts. 8º e 17 da Resolução Normativa ANEEL 337, de 11.11.2008, estabelecendo critérios para a destinação dos excedentes de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER.
REN 615/2014	Altera o art. 4º da Resolução Normativa ANEEL 596, de 19.12.2013, e revoga a Resolução Normativa ANEEL 598, de 28.01.2014.
REN 616/2014	Altera a Resolução Normativa ANEEL 398, de 23.03.2010, que regulamenta a Lei 11.934, de 05.05.2009, no que se refere aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, na frequência de 60 Hz.
REN 618/2014	Estabelece disposições relativas à contratação de auditoria para os Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica.
REN 617/2014	Altera os Anexos I e III da Resolução Normativa ANEEL 412, de 05.10.2010.

REN 621/2014	Aprova o Submódulo 8.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, que estabelece os critérios e a metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual das permissionárias de distribuição.
REN 622/2014	Dispõe sobre as garantias financeiras e a efetivação de registros de contratos de compra e venda de energia elétrica, associados à comercialização no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e dá outras providências.
REN 620/2014	Altera os arts. 73, 107 e 108 da Resolução Normativa ANEEL 414, de 09.09.2010, e estabelece disposições transitórias.
REN 623/2014	Altera o Anexo II da Resolução Normativa ANEEL 574 de 2013, redefinindo os limites do indicador FER da Cemig D.
REN 624/2014	Altera a Resolução Normativa ANEEL 559 de 27.06.2013, referente às condições para recálculo da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST de centrais de geração.
REN 625/2014	Estabelece os procedimentos excepcionais para avaliação e fiscalização dos investimentos no sistema de distribuição de energia elétrica para atendimento aos locais de provas dos eventos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 sob responsabilidade da distribuidora local.
REN 614/2014	Consolida as normas referentes à apuração de indisponibilidade de unidade geradora ou empreendimento de importação de energia conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, estabelece novos critérios de apuração e de verificação de lastro e dá outras providências.
REN 626/2014	Altera os art. 3º e 4º e insere o art. 3º - A da Resolução Normativa ANEEL 547 de 16.04.2013, que estabelece os procedimentos comerciais para a aplicação do sistema de bandeiras tarifárias, bem como, altera o art. 116 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 2010.
REN 628/2014	Aprova a Revisão 5 do Módulo 2 e a Revisão 8 do Módulo 6 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST e altera a Resolução Normativa ANEEL 395 de 15.12.2009.
REN 629/2014	Altera o caput, o parágrafo 3º e inclui os parágrafos 5º e 6º no art. 7º, o art. 8º e o caput do art. 21, da Resolução Normativa ANEEL 581, de 11.10.2013, que estabelece os procedimentos e as condições para a prestação de atividades acessórias, para o fornecimento de energia elétrica temporária com desconto na tarifa e para a exportação de energia elétrica para pequenos mercados em regiões de fronteira pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, doravante denominadas distribuidoras.
REN 630/2014	Altera os artigos 2º e 37; o Capítulo VII, artigos 39 a 43; o Capítulo IX, artigos 44 a 46, bem como, revoga os parágrafos 4º e 5º do artigo 45 e o artigo 55 da Resolução Normativa ANEEL 427 de 22.02.2011, que estabelece os procedimentos para planejamento, formação, processamento e gerenciamento da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC.
REN 631/2014	Estabelece os critérios e procedimentos para revisão da alocação de cotas de garantia física e de potência das usinas hidrelétricas enquadradas na Lei 12.783 de 11.01.2013, às concessionárias de distribuição.

REN 632/2014	Altera o submódulo 6.7 do PRORET, conforme Anexo.
REN 636/2014	Acrescenta os artigos 71-A e 71-B e altera os artigos 71, caput, 73 e o 92 da Resolução Normativa ANEEL 417 de 23.11.2010, que estabelece procedimentos para a delegação de competências da ANEEL para a execução de atividades descentralizadas em regime de gestão associada de serviços públicos.
REN 638/2014	Acrescenta os parágrafos 5º, 6º e 7º ao art. 3º da Resolução Normativa ANEEL 584 de 29.10.2013, que estabelece prazos e condições para sazonalização e modulação de garantia física de usinas de geração de energia elétrica, bem como, para sazonalização da energia vinculada referente à Usina Hidrelétrica Itaipu.
REN 635/2014	Aprova os Procedimentos para Credenciamento de Empresas Avaliadoras de Ativos e dá outras providências.
REN 643/2014	Altera os artigos 2º e 3º, o inciso I do parágrafo 1º do art. 4º e acrescenta o art. 3º-A na Resolução Normativa ANEEL 443 de 26.07.2011, altera o Anexo I da Resolução Normativa ANEEL 435 de 24.05.2011, aprova a Revisão 1.1 do Submódulo 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; bem como, revoga a Resolução Normativa ANEEL 491 de 05.06.2012.
DSP 4881/2014	Aprova a adequação dos Procedimentos de Comercialização; determina a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e condiciona a aprovação do uso da notificação eletrônica dos Agentes pela CCEE ao parecer jurídico.
REN 639/2014	Aprova a revisão dos submódulos 8.3 e 11.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, e altera o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL 167 de 2005.
REN 640/2014	Aprova as novas versões dos Submódulos que compõem o Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.
REN 641/2014	Aprova a Revisão 9 do Módulo 6 e a Revisão 6 do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.
REN 642/2014	Aprova o Submódulo 12.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, bem como, acrescenta o parágrafo 3º ao art. 3º da Resolução Normativa ANEEL 330 de 26.08.2008.
REN 644/2014	Altera a Resolução Normativa nº 411, de 28 de setembro de 2010, a qual "aprova o modelo de edital dos leilões de ajuste para compra de energia elétrica, delega a execução à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e dá outras providências".
REN 645/2014	Modifica a estrutura organizacional da ANEEL e altera o Regimento Interno Anexo, aprovado pela Portaria MME 349 de 28.11.1997; bem como, altera a Resolução Normativa ANEEL 427 de 22.02.2011, a 612 de 16.04.2014, o parágrafo 29 do Submódulo 7.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL 464 de 22.11.2011 e o parágrafo 39 do Submódulo 5.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL 515 de 27.11.2012.

REN 648/2015	Aprova a revisão do Submódulo 2.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual estabelece a metodologia para a definição da estrutura ótima de capital e do custo de capital a serem utilizados para cálculo das Revisões Tarifárias Periódicas das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.
REN 647/2015	Altera a Resolução Normativa ANEEL 545 de 16.04.2013.
REN 649/2015	Aprova o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata das Bandeiras Tarifárias; altera o Anexo I da Resolução Normativa ANEEL 435, de 24.05.2011; revoga o item 10 do Submódulo 7.1 e o item 4.4 do Submódulo 7.3 do PRORET; altera a Resolução Normativa ANEEL 109, de 26.10.2004; acrescenta os artigos 5º-A e 6º-A na Resolução Normativa ANEEL 547, de 16.04.2013; altera o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL 538, de 05.03.2013, que passa a vigorar com o inciso XXVI renumerado e com a inclusão do inciso XXVII.
REN 650/2015	Altera o Módulo 7.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata dos Procedimentos Gerais da Estrutura Tarifária das Concessionárias de Distribuição.
REN 651/2015	Inclui o parágrafo 5º no artigo 10 e a coluna "NIS" no quadro demonstrativo do Anexo II da Resolução Normativa ANEEL 488 de 15.05.2012, de acordo com o Anexo I desta resolução.
REN 652/2015	Aprova a revisão dos Submódulos 3.1, 8.2 e 10.2 do Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que definem os procedimentos gerais, a ordem e as condições para realização do processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA) das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.
REN 653/2015	Aprova o Submódulo 9.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata da metodologia de cálculo de preço teto da Receita Anual Permitida dos leilões de concessão de transmissão de energia elétrica no Brasil.
REC 004/2014	Aprova o preço de referência para o compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações, a ser utilizado nos processos de resolução de conflitos, e estabelece regras para uso e ocupação dos Pontos de Fixação.
REN 654/2015	Altera a Resolução Normativa ANEEL 570 de 23.07.2013, que trata da comercialização varejista de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN.
REN 655/2015	Aprova a Revisão 7 do Módulo 1, a Revisão 6 do Módulo 2 e a Revisão 10 do Módulo 6 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST; bem como altera os arts. 5º e 6º da Resolução normativa ANEEL 395 de 15.12.2009.
REN 656/2015	Aprova a Revisão 4 do Módulo 7 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.
REN 657/2015	Aprova o Módulo 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição.

REN 658/2015	Estabelece a possibilidade de alteração da obrigação de entrega de energia dos CCEARs por disponibilidade proveniente de Leilões de Energia Nova e o critério de alocação dos custos decorrentes da operação de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito, cujo Custo Variável Unitário seja superior ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças
REN 659/2015	Estabelece critérios e procedimentos para definição e ressarcimento dos custos fixos e variáveis das usinas termelétricas, que reconheceu, de forma excepcional e temporária, a necessidade de permanência da geração atualmente disponível do Parque de Usinas Termelétricas, na região de Manaus, (AM), inclusive as provenientes de contratos de locação, por prazo determinado.
REN 660/2015	Aprova as novas versões dos Submódulos 2.1, 2.2, 2.5, 2.6 e 2.7, que compõem o Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.
REN 661/2015	Aprova a alteração do módulo de encargos das regras de comercialização de energia elétrica aplicáveis ao novo Sistema de Contabilização e Liquidação, de modo a estabelecer a classificação das restrições de operação entre subsistemas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, aplicável ao rateio dos encargos de serviços do sistema motivados por restrições de operação.
REN 662/2015	Altera o Anexo III e acrescenta a referência para o Custo Total de Operação e Manutenção de Central Geradora Fotovoltaica, no Anexo IV, da Resolução Normativa ANEEL 427, de 22.02.2011.
DSP 1741/2015	Aprova a adequação dos Procedimentos de Comercialização, bem como, determina a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 666/2015	Regulamenta a contratação do uso do sistema de transmissão em caráter permanente, flexível, temporário e de reserva de capacidade, as formas de estabelecimento dos encargos correspondentes e dá outras providências.
REN 664/2015	Aprova as alterações dos Módulos 1, 6 e 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.
REN 667/2015	Altera o inciso XVIII, do art. 23 do Regimento Interno aprovado pela Portaria MME 349 de 28.11.1997.
REN 665/2015	Altera o art. 14-D do Regimento Interno da ANEEL aprovado pela Portaria MME 349 de 28.11.1997.
REN 668/2015	Altera a Resolução Normativa ANEEL 524 de 18.12.2012, que estabelece regime excepcional de sanções regulatórias na hipótese de intervenção administrativa.
REN 670/2015	Altera a Resolução Normativa ANEEL 414 de 2010 em relação à aprovação de projetos particulares e estabelecimento de cronograma de obras, bem como, estabelece prazo para adequação de estrutura técnica e comercial ao que dispõe esta Resolução.
REN 671/2015	Insero o art. 56-A na Resolução Normativa ANEEL 506 de 04.09.2012, que estabelece as condições de acesso ao sistema de distribuição por meio de conexão a instalações de propriedade de distribuidora.

REN 669/2015	Estabelece os requisitos mínimos de manutenção das instalações de transmissão de Rede Básica, conforme Anexo.
REN 674/2015	Aprova a revisão do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, instituído pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009.
DSP 2808/2015	Aprova a adequação dos Procedimentos de Comercialização; e determina a divulgação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 675/2015	Altera a Resolução ANEEL 395, de 04.12.1998, as Resoluções Normativas ANEEL 390 e 391, ambas de 15.12.2009, 594, de 17.12.2013; e 412, de 05.10.2010.
REN 677/2015	Altera o art. 1º da Resolução ANEEL 373 de 29.12.1999 e revoga o art. 4º, parág. 1º da Resolução Autorizativa ANEEL 772 de 19.12.2006.
REN 663/2015	Altera o caput do art. 107 e o parág. 1º do art. 109 da Resolução Normativa ANEEL 414, de 09.09.2010.
REN 678/2015	Estabelece os requisitos e os procedimentos atinentes à obtenção e à manutenção de autorização para comercializar energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN.
REN 679/2015	Acrescenta o artigo 3º-A e altera o artigo 54 da Resolução Normativa ANEEL 427 de 22.02.2011.
REN 681/2015	Estabelece os procedimentos para homologar o orçamento e o cronograma de desembolso e fiscalizar as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica responsáveis pelas atividades necessárias ao fornecimento temporário de energia elétrica para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.
REN 682/2015	Aprova a revisão 2.1 do Submódulo 7.3 das Tarifas de Aplicação dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.
REN 685/2015	Aprova a revisão do Submódulo 3.1 do PRORET - Procedimentos de Regulação Tarifária, que define os procedimentos gerais do Reajuste Tarifário Anual das Concessionárias de Distribuição.
REN 686/2015	Aprova a nova versão do submódulo 2.3 e altera o submódulo 2.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.
REC 1305/2015	Estabelece diretrizes e procedimentos para outorga de direito de uso de recursos hídricos para empreendimentos hidrelétricos em operação comercial em cursos d'água de domínio da União.
REN 689/2015	Aprova a revisão do Submódulo 6.8 do PRORET - Procedimentos de Regulação Tarifária.
REN 690/2015	Regula o disposto na Portaria MME 044 de 10.03.2015, e aprova o Edital de Chamada Pública para Incentivo à Geração Própria e seu Anexo.
REN 684/2015	Estabelece os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.

REN 693/2015	Estabelece os critérios para aplicação do mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia elétrica e de potência de contrato de comercialização de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração.
REN 695/2015	Aprova a nova versão do Submódulo 6.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata da metodologia de cálculo da receita de venda da energia elétrica das Centrais de Geração Nucleoelétricas Angra 1 e 2, de titularidade da Eletrobrás Termonuclear S.A - Eletronuclear.
REN 696/2015	Estabelece critérios para classificação, formulação do Plano de Segurança e realização da Revisão Periódica de Segurança em barragens fiscalizadas pela ANEEL.
REN 694/2015	Altera o artigo 5º-A da Resolução Normativa ANEEL 547 de 16.04.2013; bem como, o item 27 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.
REN 697/2015	Estabelece os procedimentos para prestação de serviços ancilares e adequação de instalações de centrais geradoras motivada por alteração na configuração do sistema elétrico.
REN 691/2015	Disciplina a desvinculação, por iniciativa de agente setorial, de bens vinculados aos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia.
REN 698/2015	Aprova a revisão da Norma de Organização ANEEL nº 18, que trata dos procedimentos gerais referentes às Reuniões Deliberativas Públicas da Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
REN 699/2016	Regulamenta o inciso XIII do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que trata dos controles prévio e a posteriori sobre atos e negócios jurídicos entre as concessionárias, permissionárias e autorizadas e suas partes relacionadas, revoga a Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008, e dá outras providências.
REN 700/2016	Aprova a versão 1.3 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata das bandeiras tarifárias.
REN 701/2016	Estabelece as condições e os procedimentos para o monitoramento do mercado de energia elétrica e dá outras providências.
REN 687/2015	Altera a Resolução Normativa ANEEL 482, de 17.04.2012, e aprova a revisão 6 do Módulo 3 e a revisão 8 do Módulo 1, do Procedimentos de Distribuição - PRODIST, a partir de 01.03.2016.
REN 702/2016	Altera a Resolução Normativa ANEEL 631, que dispõe sobre os critérios e procedimentos para revisão da locação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias de distribuição.
REN 703/2016	Aprova o Módulo 4 e Submódulo 6.1 do PRORET, e dá outras providências.
REN 704/2016	Aprova o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que define as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; e aprova a minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

REN 705/2016	Altera o Anexo II da Resolução Normativa ANEEL 574 de 2013, redefinindo os limites do indicador FER da Bandeirante Energia S.A.
REN 706/2016	Altera as Resoluções Normativas ANEEL 421 de 30.11.2010, que estabelece os critérios para cálculo do montante de reposição e contratações adicionais dos agentes de distribuição do Sistema Interligado Nacional - SIN, e a 453 de 18.10.2011, que estabelece os critérios para cálculo dos montantes de exposição e sobrecontratação involuntária.
REN 708/2016	Altera a Resolução Normativa ANEEL 594, de 17.12.2013, que estabelece valores dos estudos que compõem leilões de geração e de transmissão e procedimentos para ressarcimento aos desenvolvedores destes estudos.
REN 710/2016	Estabelece critérios e procedimentos para definição e ressarcimento dos custos fixos e variáveis das usinas termelétricas, que reconheceu, de forma excepcional e temporária, a necessidade de permanência da geração atualmente disponível no Bloco IV da Usina Termoelétrica de Mauá, na região metropolitana de Manaus, (AM), pertencente à Eletrobras Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.
REN 711/2016	Estabelece critérios e condições para celebração de acordos bilaterais entre partes signatárias de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR; aprova a nova versão do Submódulo 4.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata dos Demais Componentes Financeiros, e revoga a Resolução Normativa ANEEL 508, de 04.09.2012.
REN 712/2016	Revoga a Resolução Normativa ANEEL 333, de 07.10.2008, que estabelece critérios e procedimentos para celebração de Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta entre a ANEEL e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica.
REN 713/2016	Altera o inciso VIII, do art. 5º, o art. 20, o inciso IV, do art. 21, e o título do capítulo V, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MME 349 de 28.11.1997.
REN 715/2016	Altera a Resolução Normativa ANEEL 451, 27.09.2011, que aprimora as condições gerais para a criação, organização e funcionamento dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica, no âmbito das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.
REN 716/2016	Agrupa as áreas de concessão atendidas por concessionárias de distribuição de energia elétrica sujeitas a controle societário comum e tratamento tarifário da nova área de concessão.
REN 717/2016	Altera as Resoluções Normativa ANEEL 414, de 09.09.2010; e 472, de 24.01.2012 aprimorando o procedimento para comprovação do atendimento aos critérios de elegibilidade à concessão da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE; e revoga a Resolução Normativa ANEEL 295, 18.12.2007.
REN 720/2016	Altera o Regimento Interno aprovado pela Portaria MME 349, de 28.11.1997.
REN 721/2016	Altera os Submódulos 11.1, 7.1 e 7.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

DSP 1454/2016	Aprova o Procedimento de Comercialização PdC 3.2 - Contratos do Ambiente Regulado; bem como determina a divulgação do mesmo, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 722/2016	Estabelece critérios para o acesso à Rede Básica de acordo com o Decreto nº 5.597, de 28 de novembro de 2005.
REN 724/2016	Aprova revisões dos Módulos 3 e 5 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST e altera as Resoluções Normativas ANEEL 395 de 15.12.2009, 414 de 09.09.2010 e 506 de 04.09.2012.
REN 725/2016	Altera as Resoluções Normativas ANEEL 414, de 09.09.2010; e 581, de 11.10.2013, para fixar requisitos mínimos para conceder descontos voluntários sobre as tarifas de energia elétrica, em consonância com o princípio da isonomia.
REN 723/2016	Aprova a primeira revisão do Submódulo 5.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que define os conceitos gerais, metodologias e procedimentos gerais a serem aplicados ao processo de definição da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE.
DSP 1600/2016	Aprova os Procedimentos de Comercialização 1.1, 1.2, 2.1 e 6.1, conforme condições em Anexo.
REC 005/2016	Estabelece as condições e os procedimentos para fornecimento de informações de unidades consumidoras associadas às atividades de irrigação e aquicultura para a Agência Nacional de Águas - ANA.
REN 729/2016	Estabelece as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das instalações sob responsabilidade de concessionária de transmissão integrantes da rede básica e das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas a interligações internacionais que se conectam à rede básica, conforme Resolução Normativa ANEEL 442 de 26.07.2011.
REN 730/2016	Altera a Resolução Normativa ANEEL nº 395, de 15 de dezembro de 2009.
DSP 1877/2016	Determina que a CCEE apresente a metodologia que será utilizada para cumprir a disciplina estabelecida nas premissas 3.6.1.2 e 3.6.2 do Submódulo 1.6 - Comercialização Varejista, dos Procedimentos de Comercialização; bem como aprova a revisão do Submódulo 1.6 dos Procedimentos de Comercialização, conforme Anexo.
REN 714/2016	Altera a Resolução Normativa ANEEL 414, de 09.09.2010 aprimorando a regulamentação dos contratos firmados pelas distribuidoras com os consumidores.
DSP 2113/2016	Aprova a adequação do Procedimento de Comercialização - PdC 5.3 - Conta Bandeiras, e determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue o aludido PdC em prazo determinado.
REN 731/2016	Define a metodologia de cálculo da depreciação acumulada das usinas de geração hidrelétrica e termelétrica de energia elétrica, excetuada a aplicada aos

	investimentos no projeto básico, para fins de indenização ou reconhecimento na base tarifária.
REN 732/2016	Altera a Resolução Normativa ANEEL 502, de 07.08.2012, que regulamenta sistemas de medição de energia elétrica de unidades consumidoras do Grupo B.
REN 733/2016	Estabelece as condições para a aplicação da modalidade tarifária horária branca.
REN 738/2016	Altera a Resolução Normativa ANEEL 676, de 25.08.2015, aprimorando a regulamentação de emissão de outorgas de centrais geradoras fotovoltaicas, bem como os subsídios e informações recebidos para o aperfeiçoamento deste ato regulamentar.
REN 737/2016	Aprova o Submódulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE e a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia - MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel.
REN 739/2016	Estabelece critérios e procedimentos para definição e ressarcimento dos custos fixos e variáveis das usinas termelétricas, que reconheceram a necessidade de contratação de geração termelétrica em locais eletricamente equivalentes aos das atuais Usinas Termelétricas Flores, Iranduba e São José, na região Metropolitana de Manaus, (AM), assim como a permanência da geração atualmente disponível no Bloco IV da Usina Termelétrica de Mauá, pertencente à Eletrobras Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.
DSP 2769/2016	Aprova o Procedimento de Comercialização - PdC 8.1 - MCSD Mensal, Trocas Livres e 4%, conforme Anexo II da Nota Técnica citada; determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica divulgue o aludido PdC, em prazo determinado, e conforme as condições detalhadas.
REN 743/2016	Altera a Resolução Normativa ANEEL 427, de 22.02.2011.
REN 741/2016	Altera a Resolução Normativa ANEEL 414, de 09.09.2010, referente ao fornecimento de energia elétrica aos condomínios industriais.
REN 742/2016	Altera a Resolução Normativa ANEEL 414, de 09.09.2010 aprimorando a regulamentação de investimentos em redes subterrâneas de distribuição de energia elétrica.
REN 744/2016	Altera a Resolução Normativa ANEEL 693, de 15.12.2015, que estabelece os critérios para aplicação do mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia elétrica e de potência de contrato de comercialização de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração.
REN 745/2016	Altera a Resolução Normativa ANEEL 077, de 18.08.2004, que estabelece procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição.
REN 746/2016	Altera a Resolução ANEEL 223, de 29.04.2003, as Resoluções Normativas ANEEL 488 de 15.05.2012 e a 711, de 19.04.2016, Submódulo 4.4 dos

	Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, para aprimorar a metodologia de verificação do cumprimento das metas dos planos de universalização.
DSP 3117/2016	Aprova o Procedimento de Comercialização - PdC 1.7 - Monitoramento do Mercado, conforme Anexo II da Nota Técnica SRM/ANEEL 257 de 30.11.2016; e determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue o aludido PdC em prazo determinado.
REN 747/2016	Estabelece critérios para limitação de distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio em razão da violação de indicadores de continuidade, para as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica com contratos de concessão que contenham cláusulas relativas à restrição de proventos.
REN 748/2016	Estabelece os termos e condições para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica por Distribuidora Designada, nos termos do art. 9º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e da Portaria nº 388, de 26 de julho de 2016-MME e dá outras providências.
DSP 3236/2016	Aprova o modelo de Termo Aditivo ao CCEARs da Usina Hidrelétrica Dardanelos, participante do 03º LEN ANEEL 004 de 2006, e determina, em prazo determinado, que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE providencie a disponibilização dos contratos para que as partes envolvidas procedam o cumprimento dos prazos constantes no Procedimento de Comercialização submódulo 3.2. no tocante a celebração dos respectivos instrumentos contratuais, conforme modelo constante do Anexo I.
REN 750/2016	Altera o Submódulo 6.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata do procedimento de cálculo da Tarifa Atualizada de Referência (TAR) para a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH.
REN 752/2016	Altera a Resolução Normativa ANEEL 693, de 15.12.2015, que estabelece os critérios para aplicação do mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia elétrica e de potência de contrato de comercialização de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração.
REN 751/2016	Regula os procedimentos de homologação e fiscalização dos custos administrativos, financeiros e tributários (CAFTs) incorridos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE na gestão de contas setoriais.
REN 749/2016	Aprova a revisão 1 do Submódulo 9.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata da metodologia de cálculo de preço teto da Receita Anual Permitida dos leilões de concessão de transmissão de energia elétrica no Brasil.
REN 707/2016	Aprova o Plano de Contas do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
REN 728/2016	Altera o Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.
REN 754/2016	Aprova os Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - PROP&D, bem como altera os Submódulos 2.7 e 9.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

REN 756/2016	Aprova a revisão 2016.12 dos Módulos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 e dos Submódulos 10.1 a 10.17 dos Procedimentos de Rede e dá outras providências.
REN 757/2017	Altera o Submódulo 7.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata da estrutura Tarifária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica.
REN 758/2017	Estabelece as condições gerais para a incorporação das Demais Instalações de Transmissão - DIT listadas no Anexo ao Ativo Imobilizado pelas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.
REN 760/2017	Aprova a versão 1.4 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata das Bandeiras Tarifárias.
REN 761/2017	Aprova os Submódulos 2.1A, 2.2A, 2.5A, 2.7A, 3.1A, 3.2A, 3.3A, 3.4A, 4.2A, 4.4A, 7.1 e 7.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamentam o cálculo do Reajuste Tarifário Anual e da Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos do Decreto nº 8.461/15, ou que assinarem o termo aditivo ao contrato de concessão, em consonância com o Despacho nº 2.194/2016.
REN 759/2017	Estabelece procedimentos e requisitos atinentes ao Sistema de Medição para Faturamento - SMF para instalações conectadas ao sistema de distribuição.
REN 762/2017	Definição dos procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016, e dar outras providências.
REN 763/2017	Altera a Resolução Normativa - REN nº 605 de 11 de março de 2014 que aprovou o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, instituído pela Resolução Normativa nº 444, de 26 de outubro de 2001.
REN 764/2017	Estabelece o montante de energia elegível, a valoração e as condições de pagamento para os participantes do Mecanismo de Realocação de Energia do custo do deslocamento da geração hidrelétrica decorrente de geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e de importação de energia sem garantia física.
REN 766/2017	Disciplina a constituição de garantias pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e dá outras providências.
REN 769/2017	Altera a Resolução Normativa nº 748, de 29 de novembro de 2016, que estabelece os termos e condições para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica por Distribuidora Designada, nos termos do art. 9º da Lei n. 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e da Portaria nº 388, de 26 de julho de 2016-MME.
REN 770/2017	Homologa o Submódulo 6.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que estabelece os procedimentos e critérios de cálculo de tarifas relativas à Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional.

DSP 1618/2017	Determina que, para o Contrato de Energia de Reserva ANEEL 131, de 2010, o cálculo do valor do ressarcimento seja pela média aritmética dos preços mensais vigentes no ano de suprimento; determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica credite em favor da Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A, na primeira apuração de energia de reserva, os valores citados, resultado do total da diferença entre o valor pago e o valor devido na Liquidação de Energia de Reserva, referente ao mês de junho de 2015 (1º ano de suprimento) e ao mês de junho de 2016 (2º ano de suprimento); aprova o modelo de Termo Aditivo, referente à Pequena Central Hidrelétrica Inxú, constante do Anexo; e determina que a CCEE providencie a disponibilização do termo aditivo para o cumprimento dos prazos constantes no Procedimento de Comercialização submódulo 3.2.
REN 740/2016	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública - DUP, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração e de Transporte de Energia Elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados e dá outras providências.
REN 772/2017	Altera o artigo 5º da Resolução Normativa nº 762, de 21 de fevereiro de 2017, que define os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016.
REN 773/2017	Altera o Submódulo 8.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata da Estrutura Tarifária das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica.
REN 774/2017	Aprova os Submódulos 9.3 e 10.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, os quais definem os procedimentos para o reajuste anual das receitas das concessionárias de transmissão.
REN 775/2017	Altera a Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 15/09/2010, seção 1, p. 115 o Módulo 7.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET e institui o Módulo 11 - Informações na Fatura de Energia Elétrica dos Procedimentos de Distribuição - PRODIST.
DSP 1911/2017	Aprova os Procedimentos de Comercialização - PdCs 1.1 - Adesão à CCEE, 1.2 - Cadastro de agentes, 1.4 - Atendimento; 1.5 - Desligamento da CCEE, 3.1 - Contratos do Ambiente Livre, 3.2 - Contratos do Ambiente Regulado; 3.6 - Liquidação Financeira relativa à contratação de Angra 1 e 2, 3.7 - Liquidação Financeira relativa às cotas de garantia física, 7.1 - Apuração da Energia de Reserva, 7.3 - Cessão de Energia de Reserva, conforme Anexo II da Nota Técnica SRM/ANEEL 107/2017, de 30.06.2017 e determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue esses PdCs no prazo determinado; e aprova o PdC 8.1 - MCSD mensal, trocas livres e 4% conforme Anexo II da Nota Técnica citada e determina que a CCEE divulgue no prazo determinado.
REN 776/2017	Altera a Resolução Normativa nº 756, de 16 de dezembro de 2016, que aprova a revisão 2016.12 dos Módulos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19,

	20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 e dos Submódulos 10.1 a 10.17 dos Procedimentos de Rede e dá outras providências.
REN 779/2017	Altera a Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 19.08.2004, seção 1, p. 101, que estabelece procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, e dá outras providências.
REN 780/2017	Estabelece critérios para o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS desempenhar as atividades de gestão orçamentária, e dá outras providências.
REN 781/2017	Altera o Anexo da Resolução Normativa nº 758, de 7 de fevereiro de 2017.
REN 784/2017	Altera a Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, para estabelecer valores de prêmios unitários para repactuação do risco hidrológico do mecanismo do ACR, referenciados à data-base de janeiro de 2017
REN 785/2017	Aprova o Submódulo 11.2 dos Procedimentos de Regulação tarifária - PRORET, que regulamenta a alocação de cotas de garantia física e de potência das usinas enquadradas na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e dá outras providências.
REN 786/2017	Altera a Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012.
REN 788/2017	Aprovar o Submódulo 8.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata da Subvenção para Cooperativas com Reduzida Densidade de Carga.
REN 783/2017	Estabelece os critérios e procedimentos para controle dos contratos de comercialização de energia elétrica.
REN 790/2017	Altera a Resolução Normativa nº 337, de 11 de novembro de 2008, que estabelece as disposições relativas à contratação de energia de reserva e aprova o modelo do Contrato de Uso da Energia de Reserva - CONER.
REN 791/2017	Aprova o submódulo 2.9 do Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET
REN 792/2017	Estabelece os critérios e as condições do programa da Resposta da Demanda.
REN 793/2017	Altera a Resolução Normativa nº 443, de 26 de julho de 2011 e aprova a Revisão 2017.11 dos Submódulos 4.1, 4.2, 5.1, 5.2 e 11.3 dos Procedimentos de Rede.
REN 795/2017	Estabelece os critérios e procedimentos para a atualização do valor do patamar da função de custo do déficit de energia elétrica de que trata a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 7/2016
REN 796/2017	Aprova a versão 1.3 do Submódulo 4.4 e a versão 1.1 do Submódulo 4.4A dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, que trata dos Demais Componentes Financeiros.
REN 797/2017	Estabelece os procedimentos para o compartilhamento de infraestrutura de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica com agentes do mesmo

	setor, bem como com agentes dos setores de Telecomunicações, Petróleo, Gás, com a Administração Pública Direta ou Indireta e com demais interessados.
REN 777/2017	Atualização da Resolução Normativa nº 417/2010, que estabelece os procedimentos para a delegação de competências da ANEEL aos Estados e ao Distrito Federal para a execução de atividades descentralizadas em regime de gestão associada de serviços públicos.
REN 800/2017	Regulamentação da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - Decreto nº 9.022/2017.
REN 801/2017	Estabelece os procedimentos para planejamento, formação, processamento e gerenciamento das parcelas Carvão Mineral e Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, associadas à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.
REN 767/2017	Altera os Módulos 6 e 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.
REN 768/2017	Altera a Resolução Normativa nº 414/2010, para aprimorar os critérios de classificação das unidades consumidoras e dá outras providências.
REN 771/2017	Altera a Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 15.09.2010, seção 1, p. 115, o Módulo 7 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST e dá outras providências.
REN 787/2017	Regulamenta a avaliação da qualidade dos sistemas de governança corporativa a ser aplicada as distribuidoras de energia elétrica, e dá outras providências.
REN 794/2017	Altera a Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, aprova a revisão dos Módulos 1 e 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST e dá outras providências
REN 803/2018	Altera os módulos 3, 4 e 11 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.
REN 804/2018	Dispõe sobre o Cadastro Institucional e sobre a Notificação Eletrônica no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e dá outras providências.
REN 806/2018	Aprova novas versões dos Submódulos 2.2 e 2.2A dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.
REN 807/2018	Altera o Submódulo 2.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que estabelece a metodologia para a definição da estrutura ótima de capital e do custo de capital a serem utilizados para cálculo das Revisões Tarifárias Periódicas das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.
REN 808/2018	Altera o parágrafo único do art. 2º da Resolução Normativa nº 67, de 22 de fevereiro de 2001, que estabelece o procedimento para cálculo e recolhimento da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, devida pelos concessionários e autorizados de geração hidrelétrica, e dá outras providências.

REN 809/2018	Estabelece critérios e procedimentos para definição e ressarcimento dos custos fixos e variáveis das usinas termelétricas de que trata a Portaria MME nº 492, de 19 de dezembro de 2017.
REN 782/2017	Altera a Resolução Normativa nº 729, de 28 de junho de 2016, aprova a Revisão 2017.09 dos Submódulos 15.6, 15.8 e 15.12 dos Procedimentos de Rede e dá outras providências.
REN 805/2018	Altera a Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, para estabelecer valores de prêmios unitários para repactuação do risco hidrológico do mecanismo do ACR, referenciados à data-base de janeiro de 2018.
REN 810/2018	Altera o Anexo da Resolução Normativa nº 758, de 7 de fevereiro de 2017.
REN 811/2018	Aprova a versão 1.5 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata das Bandeiras Tarifárias.
REN 813/2018	Definição dos procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo das tarifas iniciais para cooperativas de eletrificação rural a serem enquadradas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.
REN 812/2018	Aprova o Submódulo 10.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que dispõe sobre as Informações Periódicas da Distribuição.
REN 814/2018	Reorganização do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e delegação de competência para sua alteração.
REN 815/2018	Altera as Resoluções Normativas nº 67 e nº 68, ambas de 8 de junho de 2004, e nº 722, de 31 de maio de 2016, e aprova a Revisão 2018.05 do Submódulo 3.3 dos Procedimentos de Rede.
REN 816/2018	Aprova os Submódulos 9.1: Revisão periódica das receitas das concessionárias existentes e 9.2: Revisão periódica das receitas das concessionárias licitadas dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET
REN 817/2018	Estabelece os critérios para tratamento do Excedente Financeiro e das Exposições Financeiras na contabilização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 818/2018	Aprova os Submódulos 12.1 e 12.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamenta a revisão da receita anual de geração das usinas hidrelétricas enquadradas no regime de cotas de garantia física e potência da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e dá outras providências.
REN 820/2018	Aprimorar as Resoluções Normativas nº 451, de 27 de setembro de 2011, e nº 716, de 3 de maio de 2016, para estabelecer a forma de constituição do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica em casos de agrupamento de áreas de concessão.
REN 821/2018	Altera a redação dos itens 25, 87, 120 e 144 do Submódulo 5.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, bem como altera o parágrafo único do art. 2º da Resolução Normativa nº 472, de 24 de janeiro de 2012.
REN 798/2017	Aprova a revisão da Norma de Organização ANEEL nº 40, de 12 de março de 2013, que dispõe sobre a realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR) no âmbito da Agência.

REN 819/2018	Estabelece os procedimentos e as condições para a realização de atividades de recarga de veículos elétricos.
REN 823/2018	Altera a Resolução Normativa nº 414/2010 para adequação à Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.
REN 822/2018	Altera a Resolução Normativa nº 697, de 16 de dezembro de 2015.
REN 825/2018	Aprova a revisão 2018.08 dos Submódulos 10.6 e 23.3 dos Procedimentos de Rede.
REN 826/2018	Aprova a versão 1.6 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata das Bandeiras Tarifárias.
REN 824/2018	Regulamenta o § 13 do art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que dispõe sobre a venda de excedentes, altera as Resoluções Normativas nº 693, de 15 de dezembro de 2015 e nº 711, de 21 de dezembro de 2016.
REN 827/2018	Altera a Resolução Normativa nº 583, de 22 de outubro de 2013, e dá outras providências.
DSP 1975/2018	Aprova o Procedimento de Comercialização - PdC 8.5 - MCSD de Energia Nova; aprova os PdCs alterados em razão das Regras de Comercialização - versão 2018.1.0: 1.2 - Cadastro de Agentes, 1.3 - Votos e contribuições, 1.4 - Atendimento, 3.2 - Contratos do Ambiente Regulado, 3.5 - Receita de Venda de CCEAR, 7.1 - Apurações da energia de reserva e 8.1 - MCSD mensal, trocas livres e 4%, conforme Anexos da Nota Técnica citada, e determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue os aludidos PdCs em prazo determinado.
REN 828/2018	Aprova a versão 2.0 do Submódulo 6.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata do Preço Médio da Energia Hidráulica (PMEH) e da Tarifa Atualizada de Referência (TAR).
REN 830/2018	Altera os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética - PROPEE, aprovado pela Resolução Normativa nº 556, de 02 de julho de 2013, e aprova a revisão do Submódulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 737, de 27 de setembro de 2016.
REN 831/2018	Aprova a revisão 2 do Submódulo 9.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata da metodologia de cálculo de preço teto da Receita Anual Permitida dos leilões de concessão de transmissão de energia elétrica no Brasil.
REN 834/2018	Altera o Anexo I da Resolução Normativa ANEEL 748, de 29.11.2016 para adequação da remuneração realizada por meio da exclusão da Receita do Ativo Regulatório do Empréstimo do Fundo da Reserva Global de Reversão - RGR.
REN 836/2018	Aprova o Submódulo 12.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que define a metodologia de cálculo das cotas-partes das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e da Usina Hidrelétrica de Itaipu e dá outras providências.

REN 835/2018	Altera a Resolução Normativa ANEEL 716, de 03.05.2016.
REN 838/2018	Altera a Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012, aprova o Submódulo 6.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que define a metodologia de cálculo da receita de venda da energia elétrica das Centrais de Geração Nucleoelétricas Angra 1 e 2, operadas pela Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear e aprova a revisão do Submódulo 12.6 do PRORET, que define a metodologia de cálculo das cotas-partes referentes aos montantes de potência e energia comercializados pela Usina Hidrelétrica - UHE Itaipu, bem como aos montantes de energia comercializada pelas Centrais de Geração Angra 1 e 2.
REN 839/2018	Aprova a revisão 2018.12 dos Submódulos 5.5 e 5.6 dos Procedimentos de Rede.
REN 840/2018	Altera a Resolução Normativa ANEEL 801, de 19.12.2017.
REN 842/2018	Aprova a revisão 10 do Módulo 1 dos Procedimentos de Distribuição - PRODIST.
REN 837/2018	Regulamentação do Encargo de Serviço de Sistema - ESS e do Encargo de Energia de Reserva - EER, para fins de cobertura tarifária.
DSP 004/2019	Aprova o modelo de Termo de Cessão, anexo ao Procedimento de Comercialização - PdC 8.1 - MCSD mensal; bem como, determina a divulgação do mesmo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
REN 843/2019	Estabelece critérios e procedimentos para elaboração do Programa Mensal da Operação Energética - PMO e para a formação do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD.
REN 844/2019	Altera o Regimento Interno aprovado pela Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997.
REN 845/2019	Aprova as versões 1.5, 1.3 e 1.7 dos Submódulos 4.4, 4.4A e 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que tratam dos Demais Componentes Financeiros e das Bandeiras Tarifárias.
REN 841/2018	Estabelece critérios para entrada em operação de Funções Transmissão sob responsabilidade de Transmissoras a serem integradas ao Sistema Interligado Nacional.
REN 847/2019	Revoga a Resolução Normativa nº 709, de 5 de abril de 2016.
REN 848/2019	Aprova a versão 2018.1.2 do caderno Receita de Venda de CCEAR das Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL.
REN 849/2019	Altera a Resolução Normativa nº 792/2017, que instituiu o Programa Piloto de Resposta à Demanda
REN 850/2019	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL.

REN 851/2019	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL.
REN 854/2019	Altera o art. 24 da Resolução Normativa nº 414/2010.
REN 855/2019	Altera a Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, para estabelecer valores de prêmios unitários para repactuação do risco hidrológico do mecanismo do Ambiente de Contratação Regulado - ACR, referenciados à database de janeiro de 2019.
REN 852/2019	Altera a Resolução Normativa nº 846/2019, que aprova procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e dispõe sobre diretrizes gerais da fiscalização da Agência
REN 856/2019	Aprova o Submódulo 12.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual define os procedimentos para o reajuste da Receita Anual de Geração das usinas hidrelétricas enquadradas no regime de cotas de garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.
REN 857/2019	Aprova a revisão 2019.8 dos Submódulos 2.7, 3.6, 4.1, 4.2, 4.4, 5.2, 5.4, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 8.1, 12.2, 13.2, 20.1, 21.4, 23.4, 24.2, 26.2, e 26.3 dos Procedimentos de Rede.
DSP 2542/2019	Aprova o Procedimento de Comercialização 1.1 - Adesão à CCEE, 1.2 - Cadastro de Agentes e 1.6 - Comercialização Varejista, conforme Anexo, com vigência a partir da data de implantação da nova plataforma de cadastro de agentes pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o que deve ocorrer até o prazo determinado, e determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue a data de implantação da nova plataforma com antecedência mínima estabelecida; e os Procedimentos de Comercialização aprovados por meio deste despacho na data de implantação da nova plataforma.
DSP 2626/2019	Aprova os Procedimentos de Comercialização 3.1 - Contratos do Ambiente Livre, 3.5 - Receita de Venda de CCEAR, 3.8 - Mecanismo de Venda de Excedentes e 8.1 - MCSD de Energia Existente, conforme Anexo; estabelece que o direito de que trata o item 3.19 do submódulo 8.1 dos Procedimentos de Comercialização se extingue no último processamento do MCSD Mensal de 2020 em relação aos consumidores cativos que já tenham migrado para o mercado livre e em relação àqueles que migrarem até 31.12.2019; e determina a CCEE que: encaminhe à ANEEL proposta de alteração das Regras de Comercialização e dos Procedimentos de Comercialização para que o MCSD 4% promova trocas livres entre as distribuidoras e posteriormente a redução contratual limitada a 4%, com vigência a partir do ano seguinte a realização do mecanismo; realize, em outubro de 2019, dois MCSD, na seguinte ordem: um MCSD Trocas Livres a partir de 2020, em razão da realização de Leilão A-1, conforme condições detalhadas.
REN 858/2019	Estabelece os critérios e procedimentos para o cálculo dos limites máximo e mínimo do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e do valor da tarifa de

	energia de otimização referente à cessão de energia efetuada pelo comercializador de energia da Usina Hidroelétrica Itaipu (TEOItaipu).
REN 859/2019	Estabelece a metodologia para cálculo do valor do pagamento pelo Uso de Bem Público - UBP, por aproveitamentos hidrelétricos alcançados pelo art. 2º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.158, de 21 de setembro de 2017.
REN 861/2019	Dispõe sobre a definição da Base de Dados das Instalações de Transmissão de energia elétrica e dá outras providências.
REN 860/2019	Altera a Resolução Normativa nº 812, de 2018, que aprova o Submódulo 10.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que dispõe sobre as Informações Periódicas da Distribuição.
REN 846/2019	Aprova procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e dispõe sobre diretrizes gerais da fiscalização da Agência.
REN 862/2019	Dispõe sobre a implementação do modelo computacional Dessem no âmbito da programação diária da operação do Sistema Interligado Nacional.
REN 865/2019	Altera o Submódulo 7.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.
REN 867/2019	Altera a Resolução Normativa nº 801, de 19 de dezembro de 2017.
REN 868/2019	Altera o Capítulo III-A da Resolução Normativa nº 414/2010 e o Submódulo 7.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.
REN 866/2019	Altera a Resolução Normativa nº 792/2017, que instituiu o Programa Piloto de Resposta à Demanda.
REN 853/2019	Estabelece as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica associada à disponibilidade e à capacidade operativa de Funções Transmissão Conversora - FT Conversora - e dá outras providências.
REN 864/2019	Altera a Resolução Normativa nº 729, de 28 de junho de 2016, altera a Resolução Normativa nº 669, de 14 de julho de 2015, aprova a Revisão dos Submódulos 2.7, 10.14, 13.2, 15.6 e 15.12 dos Procedimentos de Rede e dá outras providências.
REN 869/2020	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL.
REN 870/2020	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação (SCL).
REN 872/2020	Aprova a versão 1.8 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata das Bandeiras Tarifárias.
DSP 741/2020	Aprova o Submódulo 1.6 - Comercialização Varejista dos Procedimentos de Comercialização, conforme Anexo; e determina que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue o Submódulo aprovado por meio deste Despacho.

REN 878/2020	Medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).
REN 873/2020	Aprova a revisão 2020.03 dos Submódulos 4.1, 4.2, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 7.2, 7.4, 9.9, 11.8, 13.2 e 15.4 dos Procedimentos de Rede.
REN 874/2020	Aprova a revisão dos Submódulos 2.1, 2.1A, 2.4, 9.1, 12.1 e 12.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamentam ou fazem referência à metodologia da taxa regulatória de remuneração do capital dos segmentos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica.
REN 875/2020	Estabelece os requisitos e procedimentos necessários à aprovação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico de bacias hidrográficas, à obtenção de outorga de autorização para exploração de aproveitamentos hidrelétricos, à comunicação de implantação de Central Geradora Hidrelétrica com Capacidade Instalada Reduzida e à aprovação de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica de Usina Hidrelétrica sujeita à concessão.
REN 876/2020	Estabelece os requisitos e procedimentos necessários à obtenção de outorga de autorização para exploração e à alteração da capacidade instalada de centrais geradoras Eólicas, Fotovoltaicas, Termelétricas e outras fontes alternativas e à comunicação de implantação de centrais geradoras com capacidade instalada reduzida.
REN 877/2020	Aprova os Submódulos 2.5 e 2.5A dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamentam o Fator X nas revisões tarifárias periódicas das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e dá outras providências.
REN 882/2020	Altera a Resolução Normativa nº 874, de 10 de março de 2020.
REN 879/2020	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL.
REN 880/2020	Aprova novas versões dos Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, e altera a Resolução nº 443, de 26 de julho de 2011, quanto a implementação de melhorias e reforços em instalações sob responsabilidade de concessionárias de transmissão.
REN 881/2020	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL.
REN 883/2020	Aprova a versão 1.9 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata das Bandeiras Tarifárias.
REN 886/2020	Altera a Resolução Normativa nº 878/2020 - Medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).
REN 885/2020	Dispõe sobre a CONTA-COVID, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para estes fins e os procedimentos correspondentes.

REN 884/2020	Aprova a revisão 2020.06 dos Submódulos 2.3 e 10.14 dos Procedimentos de Rede.
REN 863/2019	Aprimora os procedimentos de medição e leitura para acessantes conectados ao sistema de distribuição.
REN 871/2020	Aprova a revisão dos Módulos 6 e 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.
REN 887/2020	Altera a Resolução Normativa nº 792/2017, que instituiu o Programa Piloto de Resposta à Demanda.
REN 889/2020	Altera a Resolução Normativa nº 414/2010 para adequação ao Decreto nº 9.597, de 4 de dezembro de 2018.
REN 888/2020	Aprimora as disposições relacionadas ao fornecimento de energia elétrica para o serviço público de iluminação pública.
REN 890/2020	Retifica a Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020, que estabeleceu, de forma consolidada, as normas referentes aos procedimentos e requisitos para realização de estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas, exploração e outorga de empreendimentos hidrelétricos.
REN 891/2020	Altera a Resolução Normativa nº 878/2020, que trata de medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19) e a Resolução Normativa nº 414/2010, que trata das condições gerais de fornecimento.
REN 892/2020	Altera os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética - PROPEE, aprovado pela Resolução Normativa nº 556, de 18 de junho de 2013, com revisão aprovada pela Resolução Normativa nº 830, de 23 de outubro de 2018.
REN 893/2020	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 03/06/2020 | Edição: 105 | Seção: 1 | Página: 491

Órgão: Ministério de Minas e Energia/Agência Nacional de Energia Elétrica/Diretoria/ANEEL

PORTARIA Nº 6.405, DE 27 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre as competências e o detalhamento dos procedimentos para os trabalhos de revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso IX, e no art. 9º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 349, de 28 de novembro de 1997, do Ministério de Minas e Energia, e considerando o disposto nos artigos 10 e 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 e que consta no Processo nº 48500.002380/2020-64, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Dispor sobre as competências e o detalhamento dos procedimentos para os trabalhos de revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a Decreto no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

§ 1º Esta Portaria aplica-se a:

I - Resoluções Normativas, de que trata o inciso I do art. 2º da Resolução nº 1, de 12 de janeiro de 2004;

II - Resoluções aprovadas pela Diretoria, de caráter geral, abstrato e alcance externo sobre matéria de competência da Agência, com previsão de sanções em caso de descumprimento;

III - outros atos normativos editados pela Diretoria, de caráter geral, abstrato e alcance externo sobre matéria de competência da Agência, com previsão de sanções em caso de descumprimento; e

IV - Resoluções Conjuntas, de caráter geral, abstrato e alcance externo sobre matéria de competência da Agência, com previsão de sanções em caso de descumprimento.

§ 2º Esta Portaria não se aplica a:

I - Resoluções com decisão administrativa de conteúdo autorizativo ou homologatório, de que tratam os incisos II e III do art. 2º da Resolução nº 1, de 2004;

II - atos cujo destinatário, pessoa natural ou jurídica, esteja nominalmente identificado; e

III - recomendações ou diretrizes cujo não atendimento não implique aos destinatários consequências jurídicas, efetivas ou potenciais.

CAPÍTULO II

DAS FASES DE REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO

Art. 2º O processo de revisão e consolidação dos atos normativos ocorrerá nas seguintes fases:

I - triagem, que objetiva a identificação e divulgação dos atos normativos previstos no § 1º do art. 1º que serão objeto de exame para fins de revisão e consolidação;

II - exame, que objetiva verificar a adequação dos atos normativos identificados na fase de triagem à técnica de elaboração, redação e alteração de atos normativos, nos termos do § 1º do art. 2º; e

III - consolidação ou revogação, que resultará:

a) na revogação expressa do ato, nos casos previstos no § 2º do art. 2º desta Portaria;

b) na revisão e edição de novo ato consolidado sobre a matéria, com revogação expressa dos atos anteriores; ou

c) na conclusão de que o ato vigente atende ao disposto no § 1º do art. 2º.

§ 1º Para efeitos do processo de revisão e consolidação previsto no caput do art. 2º, a forma dos atos normativos classificados como vigentes será avaliada quanto à técnica de elaboração, redação e alteração de atos normativos, considerando:

I - as disposições do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017;

II - as disposições sobre elaboração normativa, em especial aquelas previstas na:

a) Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998;

b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

c) Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018; e

d) Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019; e

III - a isonomia, a prospectividade, a controlabilidade, a razoabilidade e a proporcionalidade.

§ 2º Será revogado expressamente o ato normativo que:

I - tenha sido revogado tacitamente;

II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo; ou

III - vigentes, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS PARA REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS

Art. 3º Na fase de triagem, compete à Secretaria-Geral, em articulação com as unidades organizacionais da ANEEL com competência sobre a matéria do ato normativo:

I - identificar os atos normativos de que trata o § 1º do art. 1º; e

II - divulgar no sítio eletrônico da ANEEL, até 31 de julho de 2020, listagem com os atos normativos identificados nos termos do inciso I do caput.

Art. 4º Na fase de exame, compete à Secretaria-Geral, em articulação com as unidades organizacionais da ANEEL com competência sobre a matéria do ato normativo, classificar os atos normativos identificados na fase de triagem como:

I - passíveis de revogação expressa, nos casos do § 2º do art. 2º;

II - já consolidados e em atendimento ao disposto no § 1º do art. 2º; ou

III - passíveis de consolidação.

Art. 5º Na fase de exame, compete às unidades organizacionais da ANEEL com competência sobre a matéria do ato normativo:

I - analisar e validar o resultado da classificação dos atos normativos; e

II - indicar os temas que serão objeto de consolidação, compatibilizando-os com as etapas previstas no art. 14 do Decreto nº 10.139, de 2019.

Art. 6º Na fase de consolidação ou revogação, compete à SGE, em articulação com as unidades organizacionais com competência sobre a matéria do ato normativo:

I - instruir Processo Administrativo necessário para revogação expressa dos atos classificados nos termos do inciso I do art. 4º;

II - elaborar proposta de ato normativo para revogação dos atos normativos classificados como passíveis de revogação expressa;

III - publicar os atos normativos consolidados no sítio eletrônico da ANEEL, de acordo com etapas, pertinências temáticas e prazos previstos no art. 15; e

IV - divulgar, no sítio eletrônico da ANEEL, relatório com os resultados do processo de revisão e consolidação dos atos normativos, de acordo com etapas, pertinências temáticas e prazos previstos no art. 15 desta Portaria, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) total de atos vigentes antes da fase de exame;

b) total de atos expressamente revogados após a fase de consolidação ou revogação; e

c) relação de todos os atos normativos após a fase de consolidação ou revogação.

Art. 7º Na fase de consolidação ou revogação, compete às unidades organizacionais da ANEEL com competência sobre a matéria do ato normativo:

I - instruir Processo Administrativo necessário para consolidação dos atos normativos classificados nos termos do inciso IV do art. 4º;

II - elaborar proposta de ato normativo consolidado para os atos classificados como passíveis de consolidação;

III - analisar e validar a proposta de revogação de que trata o inciso II do art. 6º; e

IV - colaborar com a SGE nos procedimentos relativos à fase de revisão e consolidação, no que for necessário.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS

Art. 8º Os Processos Administrativos de que tratam o inciso I do art. 6º e o inciso I do art. 7º seguirão as seguintes etapas:

I - abertura de Processo Administrativo específico para a revogação dos atos classificados nos termos do inciso I do art. 4º ou para a consolidação de cada tema;

II - realização de estudos e elaboração das propostas de atos normativos para revogação ou consolidação dos atos normativos; e

III - deliberação pela Diretoria.

§ 1º Tendo em vista tratar de revogação e consolidação de atos normativos sem alteração de mérito, a deliberação pela Diretoria adotará as seguintes condições:

I - dispensa da Análise de Impacto Regulatório - AIR, conforme previsto no art. 6º da Norma de Organização ANEEL nº 40, anexa à Resolução Normativa nº 798, de 12 de dezembro de 2017; e

II - dispensa de Consulta Pública.

§ 2º A dispensa de Consulta Pública prevista no inciso II do § 1º do art. 8º não impede que, durante o processo de revisão ou consolidação dos atos normativos, sejam utilizados mecanismos de participação social que auxiliem a execução das atividades propostas nesta Portaria e suportem a tomada de decisão da ANEEL.

§ 3º Na hipótese de o projeto de consolidação envolver também a revisão do mérito da Norma, não se aplicam as dispensas previstas no § 1º do art. 8º.

Art. 9º Após a triagem e o exame dos atos normativos, a SGE encaminhará os resultados às unidades organizacionais da ANEEL com competência sobre as matérias dos atos normativos para validação da classificação realizada nos termos do art. 4º.

Parágrafo único. Após a validação de que trata o caput, as unidades organizacionais da ANEEL com competência sobre as matérias dos atos normativos deverão elaborar as propostas de consolidação para os temas de sua competência.

Art. 10. As propostas de atos normativos de que tratam o inciso II do art. 6º e o inciso II do art. 7º serão elaboradas em linguagem simples e de fácil entendimento, fornecerão orientações claras e precisas e obedecerão à ordem lógica para permitir a adequada compreensão de seu conteúdo e conhecimento de direitos e obrigações por toda a sociedade.

§ 1º Preservado o mérito do ato normativo original, a consolidação incluirá a melhora da técnica legislativa do ato consolidado, inclusive com:

I - introdução de novas divisões do texto legal básico;

II - fusão de dispositivos repetitivos ou de valor normativo idêntico;

III - reorganização e renumeração de artigos consolidados;

IV - atualização da denominação de órgãos e de entidades da administração pública federal;

V - atualização de termos e de linguagem antiquados;

VI - atualização de valores monetários, com base na indexação padrão;

VII - eliminação de ambiguidades;

VIII - homogeneização terminológica do texto; e

IX - supressão de dispositivos obsoletos, caducos, que tenham sido revogados tacitamente ou cuja necessidade ou significado não pôde ser identificado.

§ 2º A consolidação poderá ser realizada:

I - Por compilação, quando existirem duas ou mais normas sobre o tema e estas serão unificadas em ato normativo único, com revogação expressa das normas anteriores; ou

II - Por inserção, quando, apesar de haver apenas uma norma sobre o tema, é necessária a consolidação de suas alterações, com revogação expressa dos atos normativos alteradores.

Art. 11. Após a elaboração das propostas de atos normativos, os Processos serão encaminhados à SGE para distribuição a Diretor-Relator.

Art. 12. A deliberação final quanto às propostas de revogação expressa e consolidação de atos normativos é de competência da Diretoria da ANEEL.

Parágrafo único. A Diretoria deliberará também quanto à conclusão da desnecessidade de consolidação dos atos vigentes por atenderem ao disposto no § 1º do art. 2º.

Art. 13. Serão adotados mecanismos que garantam a transparência e previsibilidade no processo de revisão e consolidação de que trata esta Portaria.

Art. 14. Será criado no sítio eletrônico da ANEEL, até o dia 31 de julho de 2020, espaço específico e de fácil acesso para divulgação das ações relacionadas ao processo de revisão e consolidação de que trata esta Portaria.

Parágrafo único. O relatório de que trata o inciso IV do art. 6º e a listagem com os atos normativos de que trata o inciso II do art. 3º serão disponibilizados no espaço específico mencionado no caput.

CAPÍTULO V

DAS PERTINÊNCIAS TEMÁTICAS, ETAPAS E PRAZOS

Art. 15. Os resultados do processo de revisão e consolidação de atos normativos no âmbito da ANEEL serão publicados em etapas, de acordo com as seguintes pertinências temáticas, observados os prazos previstos no art. 14 do Decreto nº 10.139, de 2019:

I - primeira etapa, a ser concluída até 31 de agosto de 2020, envolvendo:

a) revogação expressa de normas classificadas conforme inciso I do art. 4º;

II - segunda etapa, a ser concluída até 30 de novembro de 2020, envolvendo:

a) declaração de desnecessidade de consolidação de atos vigentes que atendem ao disposto no § 1º do art. 2º; e

b) consolidações de normas na forma do art. 10, § 2º, II.

III - terceira etapa, a ser concluída até 26 de fevereiro de 2021, envolvendo:

a) normas do tema "Processo Decisório";

b) normas do tema "Compartilhamento de infraestrutura";

c) normas do tema "Contabilidade Regulatória";

d) normas do tema "Instalações e Equipamentos de Transmissão";

e) normas do tema "Prestação do Serviço de Transmissão"; e

f) normas do tema "Cooperativas de Eletrificação Rural";

IV - quarta etapa, a ser concluída até 31 de maio de 2021, envolvendo:

a) normas do tema "Acesso ao Sistema de Transmissão";

b) normas do tema "Outorga a agente de Geração";

c) normas do tema "Classificação das Instalações de Transmissão Sistemas Isolados";

d) normas do tema "Governança dos Serviços de Geração";

e) normas do tema "Sistemas Isolados"; e

f) normas do tema "Tarifas";

V - quinta etapa, a ser concluída até 31 de agosto de 2021, envolvendo:

a) normas do tema "Procedimentos de Comercialização";

b) normas do tema "Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET";

c) normas do tema "Regras de Comercialização";

d) normas do tema "Contratação de Energia";

e) normas do tema "Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE";

f) normas do tema "Convenção de Comercialização de Energia Elétrica";

g) normas do tema "Regulação Prudencial e Corporativa";

h) normas do tema "Autorização para comercializadores de energia";

i) normas do tema "Processo tarifário de Permissionárias de Distribuição";

j) normas do tema "Administração dos Serviços de Transmissão";

k) normas do tema "Glossário - Transmissão";

l) normas do tema "Direitos do usuário do serviço público de distribuição energia elétrica";

m) normas do tema "Procedimentos de distribuição";

n) normas do tema "Planos de Universalização"; e

o) normas do tema "Produção e Comercialização de Energia".

Art. 16. Mediante validação da Diretoria, os resultados das etapas e as pertinências temáticas definidas no art. 15 desta Portaria poderão sofrer alterações, de acordo com o andamento das atividades do processo de revisão e consolidação dos atos normativos.

§ 1º As eventuais alterações descritas no caput do art. 16 serão devidamente motivadas e não poderão comprometer o prazo final do processo de revisão e consolidação dos atos normativos.

§ 2º Todas as alterações descritas no caput do art. 16 serão divulgadas no espaço específico criado no sítio eletrônico da ANEEL de que trata o art. 14.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Designar o servidor Daniel Cardoso Danna para monitorar as atividades do processo de revisão e de consolidação dos atos normativos no âmbito da ANEEL, nos termos do § 1º do art. 10 do Decreto nº 10.139, de 2019.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ
PEPITONE DA
NÓBREGA**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

REFERÊNCIAS:

- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-6.509-de-15-de-setembro-de-2020-278150641>
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-6.405-de-27-de-maio-de-2020-259855558>